

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A EVIDENCIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS:
UM ESTUDO DO SEGMENTO BANCÁRIO**

Maria de Fátima Oliveira Martins

Orientadora: Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro

SÃO PAULO

2004

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA MARTINS

DEDALUS - Acervo - FEA



20600026477

**A EVIDENCIAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS:
UM ESTUDO DO SEGMENTO BANCÁRIO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Maísa de Souza Ribeiro

SÃO PAULO

2004

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Martins, Maria de Fátima Oliveira

A evidenciação das ações sociais: um estudo do segmento bancário / Maria de Fátima Oliveira Martins. -- São Paulo, 2004.

171 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2004
Bibliografia.

1. Responsabilidade social 2. Balanço social 3. Bancos
I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 658.408

A Deus, por me dar saúde, paz e disposição para enfrentar os desafios.

Ao meu companheiro Eugênio Leite Bezerra, e demais familiares pela compreensão das ausências, mesmo estando presente.

À professora Dr^a Máisa de Souza Ribeiro, por ter confiado na minha idéia e de forma competente ter me orientado.

Aos professores Dr. Francisco Carlos Fernandes e Dr^a Marina Mitiyo Yamamoto pelas sugestões e contribuições para a melhoria deste trabalho.

Enfim, a todos que compartilharam e embalaram os meus sonhos de conquista.

**“Todos os grandes avanços da Ciência
nasceram de uma nova audácia da
imaginação”.**

Dewey, educador norte-americano

RESUMO

As transformações sociais e econômicas moldaram o cenário das últimas décadas conduzindo a sociedade a novas tendências e desafios na busca de um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o tema responsabilidade social surge como um processo de evolução empresarial representativo de um compromisso que envolve melhoramento da qualidade de vida dos empregados, de seus dependentes e da comunidade. Algumas ações retratam esse compromisso e são evidenciadas pelas empresas em modelos de balanços sociais variados, já que inexistente regulamentação por parte dos órgãos governamentais competentes. Além disso, os programas e projetos sociais decorrem de ações compulsórias e/ou voluntárias e são realizados com recursos próprios ou feitos em forma de parceria, situação essa não evidenciada à sociedade nos modelos de balanços sociais existentes. Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de propor uma ampliação na forma de estruturar as ações de responsabilidade social que possa melhor retratar como são praticadas as ações sociais, o quanto foi investido e o resultado dessa atuação. Esta proposta é dirigida aos bancos, segmento econômico privilegiado que pode contribuir muito mais com o desenvolvimento social do país. A contribuição, na forma como é feita atualmente, quando divulgada, tem como ponto forte fotografias e gráficos - de excelente *marketing* - que se sobrepõem, muitas vezes, aos números declarados nos relatórios, dificultando uma análise do desempenho social. A evidenciação proposta, denominada de Demonstração de Ações de Responsabilidade Social, busca uma visualização analítica da prática social adotada e abriga conceito abrangente de responsabilidade social, contribuindo para um melhor acompanhamento dos programas e/ou projetos executados pelos bancos. Pode vir a representar um instrumento capaz de aperfeiçoar o planejamento social de quem o elabora, podendo vir a satisfazer as necessidades informativas de todos aqueles que delas precisam. O método de pesquisa aplicado foi o estudo de caso, por ser o que melhor atenderia à proposição deste trabalho, sendo concluído com a apresentação de uma estrutura semelhante às de balanços sociais existentes, por se tratar de uma adaptação, mas que, diferenciada na nomenclatura e consolidação das informações, proporciona uma melhor comunicação de estratégia social.

ABSTRACT

Social and economic transformations have shaped the scenario in the last decades, leading society to new tendencies and challenges in the search for sustainable development. In this context, social responsibility emerges as a business evolution process theme, representing a commitment to improved quality of life for employees, their dependents and the community. Some actions illustrate this commitment, which are disclosed by the company in different social balance sheet models, in view of the lack of regulation by the qualified governmental bodies. Moreover, the social programs and projects result from compulsory and/or voluntary actions and are accomplished with own resources or in partnership. This situation is not disclosed to society in the existing social balance sheet models. This study aimed to propose a broader structure for social responsibility actions, which could portray better how social actions are carried out, how much was invested and the results of those actions. This proposal targets banks, a privileged economic segment that can contribute much more to the country's social development. When advertised, the strong points of this contribution, in the way it is currently made, are pictures and graphs - with excellent marketing - that often superimpose on the figures declared in the reports, making it difficult to analyze social development. The proposed disclosure method, called "Social Responsibility Action Statement" searches for an analytical visualization of the adopted social practice and covers a broad social responsibility concept, thus contributing to a better follow-up of the programs and/or projects carried out by banks. This instrument may turn into a tool capable of improving their social planning and satisfying the information needs of all stakeholders. A case study was carried out, since this was the methodology that best applied to the aims of this research. At the end, a structure was presented that is similar to existing social balance sheets, since our proposal is an adaptation which, as a result of a different terminology and information consolidation, provides a better communication of social strategies.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DA PESQUISA	9
1.1 Identificação do Problema da Pesquisa	9
1.2 Objetivo da Pesquisa	11
1.2.1 Objetivos Específicos	11
1.3 Hipóteses da Pesquisa	12
1.4 Metodologia do Trabalho	13
1.4.1 Delimitação da Pesquisa	13
1.4.2 Método de Pesquisa	14
1.4.3 Técnicas de Pesquisa	15
1.5 Estrutura do Trabalho	15
CAPÍTULO 2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 A Evolução Histórica das Práticas Sociais	17
2.2 A Responsabilidade Social no Brasil	27
2.3 A Evolução do Balanço Social	31
2.3.1 Conteúdo do Balanço Social	34
2.4 A Ética Empresarial e a Responsabilidade Social no Brasil	42
CAPÍTULO 3 - AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS	46
3.1 A Evolução Histórica	46
3.2 A Responsabilidade Social dos Bancos	52
3.3 O Balanço Social dos Bancos	55
3.3.1 Análise do Quadro - Relatório Febraban	61
CAPÍTULO 4 - ESTUDO DE CASO	62
4.1 Coleta de Dados	62
4.2 Tratamento dos Dados	64
4.3 Análise do Estudo de Caso	65
4.3.1 Caso Banco da Amazônia S.A.	68
4.3.2 Caso Banco do Brasil S.A.	75
4.3.3 Caso Banco Itaú S.A.	81
4.3.4 Caso Unibanco S.A.	86
4.4 Análise Conjunta dos Bancos	94
CAPÍTULO 5 - PROPOSTA DE EVIDENCIAÇÃO	101
5.1 Justificativas	101
5.2 Análise da Proposta	104
5.3 As Vantagens da Estrutura Proposta	123
5.4 Operacionalização da Proposta	125
5.5 Estrutura da Demonstração das Ações de Responsabilidade Social	128
CONCLUSÃO	131

REFERÊNCIAS..... 136
ANEXOS 146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	- Associação Atlética Banco do Brasil
AACD	- Associação de Amparo à Criança Defeituosa
Abamec	- Associação dos Analistas de Mercado de Capitais (substituído por Apimec - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais)
ADVB	- Associação dos Dirigentes de Marketing de Vendas do Brasil
Bacen	- Banco Central do Brasil
Banespa	- Banco do Estado de São Paulo
Basa	- Banco da Amazônia S.A.
BB	- Banco do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BS	- <i>British Standard</i>
BSR	- <i>Business for Social Responsibility</i>
CDC	- Crédito Direto ao Consumidor
CDI	- Certificado de Depósitos Interfinanceiros
CEF	- Caixa Econômica Federal
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	- Conselho Monetário Nacional
Cosif	- Plano Contábil das Instituições Financeiras
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DP	- Depósitos a Prazo
DRE	- Demonstração do Resultado do Exercício
DV	- Depósitos à Vista
DVA	- Demonstração do Valor Adicionado
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
Febraban	- Federação Brasileira de Bancos
Fedca	- Fundo Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fipecafi	- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FNO	- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FPB	- Folha de Pagamento Bruta
Gife	- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GM	- <i>General Motors</i>
GRI	- <i>Global Reporting Initiative</i>
Ibase	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFC	- <i>International Finance Corporation</i>
Ipea	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	- <i>International Standards Organization</i>
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
ND	- Não Disponível
ONGs	- Organizações Não-Governamentais
Pasep	- Programa de Assistência ao Servidor Público
PIS	- Programa de Integração Social
Rais	- Relação Anual de Informações Sociais
RH	- Recursos Humanos
Rima	- Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
RL	- Receita Líquida
RO	- Receita Operacional
SA	- <i>Social Accountability</i>
SGS	- <i>International Certifications Services</i> (Serviços de Certificações Internacionais)
SPC	- Secretaria de Previdência Complementar
SRI	- <i>Socially Responsible Investors</i>
Susep	- Superintendência de Seguros Privados
TPE	- Títulos Públicos Estaduais
TPF	- Títulos Públicos Federais
TPM	- Títulos Públicos Municipais
Unama	- Universidade da Amazônia
Unibanco	- União de Bancos Brasileiros
Unicef	- <i>United Nation Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
USP	- Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios Éticos	43
Quadro 2 - Relatório Febraban- Ações sociais externas praticadas por alguns bancos em 2001	60
Quadro 3 - Fórmulas e Significados dos Indicadores Propostos	122
Quadro 4 - Diferenças entre as estruturas de ações sociais	127
Quadro 5 - Estrutura de Evidenciação de Ações de Responsabilidade Social	129

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interesses da empresa	22
Figura 2 - Evolução do Balanço Social	40
Figura 3 - Sistema Financeiro do Brasil	48
Figura 4 - O Segmento Bancário	51
Figura 5 - Bancos investem pesado na imagem	56

INTRODUÇÃO

A revolução industrial contribuiu para o surgimento das grandes corporações que impulsionaram o crescimento econômico e o aprimoramento da contabilidade, a qual, para manter o *status* de ciência essencialmente utilitária e possuidora de instrumentos sistematizados de informações, buscou na pesquisa científica os conhecimentos necessários que lhe permitissem acompanhar a evolução cultural.

O desenvolvimento das comunicações e a globalização da economia impulsionaram mudanças de comportamento empresarial, dentre as quais a evidenciação de ações sociais praticadas no mundo moderno, que passou a ser considerada um diferencial de competitividade.

A materialização dessa transformação é possibilitada pela contabilidade por meio da elaboração do balanço social, cuja função é mostrar o relacionamento existente entre as empresas e os públicos: interno, representado por empregados, acionistas e dirigentes; e externo, representado pela sociedade. Este balanço, quando divulgado, é capaz de agregar credibilidade e continuidade às organizações.

O setor empresarial, por concentrar recursos financeiros e humanos, exerce influência positiva em seus diferentes públicos (pessoas e governos), por meio de ações praticadas, de ordem monetária ou não, que podem refletir em sua imagem mercadológica, como geração de emprego e renda, impostos entre outros.

Dos modelos de balanços sociais existentes, podem ser citados os desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, *Global Reporting Initiative* - GRI, e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, entidades não governamentais e relacionadas às ações sociais.

O Ibase afirma ter, como missão, construir a democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Por isso, apóia e integra iniciativas voltadas para a defesa e a promoção dos direitos humanos.

O GRI, entidade sediada em Boston, nos Estados Unidos, propôs um modelo de balanço social considerado como um padrão de relatório internacional utilizado pelas

organizações que desejem dar informações sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais de suas atividades, produtos e serviços. O Instituto Ethos reúne empresas que desenvolvem, no Brasil, ações de responsabilidade social.

Mesmo com essas propostas, é reduzido o número de bancos que as utilizam, e aqueles que o fazem se concentram mais na forma visual das informações, tendo, como aspecto preponderante, fotografias e gráficos, os quais se sobrepõem, muitas vezes, aos números declarados nos relatórios, dificultando uma análise do desempenho social.

Entende-se que uma demonstração mais analítica, que caracterize a responsabilidade social adotada, mostrando como foram obtidos os recursos, a razão das aplicações nas ações nominadas, a identificação das que partiram de iniciativa voluntária da empresa ou decorrentes de preceitos legais, e o total que vem sendo destinado às práticas sociais, retrataria a transparência de procedimentos informados à sociedade.

O maior nível de detalhamento, agregado do resultado da análise comparativa adequada à função social da empresa, pode vir a contribuir para um melhor acompanhamento dos programas e/ou projetos executados pelos bancos, segmento em que foi centralizado este estudo.

O acesso à informação que conjugue aspectos econômicos e sociais, e que venha a ser utilizada por todo usuário que dela necessite, pode representar um instrumento capaz de aperfeiçoar o planejamento de gastos na área social e facilitar a tomada de decisões, por reunir dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas.

A proposta deste trabalho é identificar uma estrutura que torne possível melhor demonstrar à sociedade como os bancos tratam as questões sociais, quer beneficiando seus empregados, quer a comunidade que os acolhe.

CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DA PESQUISA

1.1 Identificação do Problema da Pesquisa

O balanço social vem sendo discutido no âmbito da contabilidade e resulta de pressões sociais na busca da transparência de informações caracterizada pela nova postura do homem que passou a buscar maiores esclarecimentos não apenas em relação a seus investimentos, mas também em questões sociais e ambientais que envolvem a qualidade de vida.

Já em 1980, Gonçalves (1980, p.49) afirmava que essa transformação cultural fez nascer “[...] a preocupação com elementos novos na vida da empresa e em seu âmbito administrativo, traduzidos por denominações igualmente novas como ‘Balanço Social’ e ‘indicadores sociais’.”

A evidenciação de ações sociais é uma postura voluntária, e o balanço social pode mostrar objetivos e compromissos com a sociedade. Porém a falta de uniformidade quanto aos procedimentos que vêm sendo seguidos pode prejudicar uma análise comparativa do total de investimentos efetuados e da forma como foram aplicados.

A contabilidade possui dados necessários para a evidenciação das ações sociais de natureza econômico-financeira, fato que permite agregar ao conjunto das demonstrações contábeis o balanço social, possibilitando assim a confrontação das ações sociais com o patrimônio e o desempenho.

A empresa participa ativamente da sociedade gerando emprego, proporcionando benefícios sociais, pagando impostos e até mesmo mantendo sua continuidade. O impacto exercido e reconhecido na comunidade, em virtude dessa atuação, a torna partícipe do contexto de empresa cidadã.

Dentro desse cenário encontravam-se os 176 bancos existentes no Sistema Financeiro Nacional, em dezembro de 2002, conforme dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil, em Belém do Pará. Porém poucos são os que evidenciavam, por meio de demonstrações ou relatórios, sua postura social.

Destes, apenas 13 constam da lista do Ibase (Anexo D) como bancos que publicam dados sociais no modelo sugerido por essa entidade, dos quais 4 subsidiaram a proposta de evidenciação deste trabalho.

A estratégia da escolha envolveu a peculiaridade distinta dos grupos de bancos (público e privado), a sua influência na economia nacional, já que constam da lista dos 50 maiores bancos por patrimônio no país, de acordo com a pesquisa realizada pela edição anual da Revista Exame, editora Abril (2002, p.130-131), além de terem tido a iniciativa de divulgar suas ações sociais.

A facilidade na obtenção dos dados também direcionou a escolha da análise. Os bancos públicos escolhidos foram o Banco da Amazônia S.A. - Basa e o Banco do Brasil S. A. - BB.

A escolha do Basa deu-se por sua atuação como um banco de fomento e, portanto, propulsor do desenvolvimento da região Norte, área de domicílio da autora desta pesquisa. Quanto ao BB, foi escolhido por ser o maior do país em termos de geração de emprego.

Os bancos privados escolhidos, pela facilidade encontrada no momento da pesquisa quando da obtenção dos dados, foram o Itaú S.A. e o União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco.

Ressalte-se que as informações sociais, quando apresentadas, estão dispostas em quatro vertentes: recursos humanos, interação com a comunidade, ações ambientais e valor adicionado. Alguns canais utilizados têm sido relatórios de várias páginas, revestidas de fotografias e rigor gráfico de bela apresentação, fato que pode, em certos casos, ofuscar os números a que se referem.

O marketing social da divulgação é forte. Todavia não especifica se a preocupação com o social demonstrada pela empresa decorre de uma atitude voluntária ou compulsória, bem como se as ações sociais são praticadas, em sua maioria, com recursos próprios ou feitas em forma de parceria.

Considerando a importância que hoje as informações sociais exercem na sociedade, o problema desta pesquisa leva aos seguintes questionamentos:

As ações sociais praticadas e divulgadas pelos bancos são voluntárias ou compulsórias?

Elas são realizadas com recursos próprios ou de terceiros?

Köche (2001, p.71) afirma que *“A investigação científica se desenvolve [...] porque há a necessidade de construir e testar uma possível resposta ou solução para um problema.”* Este ponto de vista corrobora o entendimento de que a investigação ora iniciada é decorrente de uma pergunta, cujo conhecimento, até então disponível, não permitia a obtenção de resposta satisfatória.

A importância do estudo está em que a resposta a essa indagação poderá ensejar sugestões de aperfeiçoamento dos modelos de balanço social existentes, além do proposto neste trabalho.

1.2 Objetivo da Pesquisa

O objetivo geral da pesquisa é propor uma ampliação na forma de estruturar a evidenciação das ações de responsabilidade social para melhor demonstrar à sociedade a postura social do segmento bancário.

Fachin (2001, p.109) afirma que *“A literatura mostra que o ponto central de todas as novas invenções está em tomar emprestado, no adicionar ou combinar, ou modificar idéias antigas.”* Assim sendo, este trabalho propõe uma estrutura que terá alguma semelhança aos modelos de balanço social existentes, por se tratar de uma adaptação, porém diferenciando-se na forma de disposição, informação e na denominação desta.

1.2.1 Objetivos específicos

Para ser atingido o objetivo geral, é pertinente que alguns objetivos específicos também sejam considerados, com vistas a consolidar a proposta da pesquisa.

Assim sendo, os objetivos específicos deste trabalho envolvem:

- Identificar, na contabilidade oficial dos bancos, as contas que abrigam valores que caracterizem ações de responsabilidade social de acordo com o referencial teórico existente;
- Inserir tais informações na estrutura proposta;
- Identificar se as ações de responsabilidade social praticadas estão voltadas para o interior ou exterior da empresa e qual o total investido;
- Organizar as informações tornando possível avaliar, julgar e visualizar as ações sociais praticadas;
- Construir índices relacionados às variáveis consideradas como ações de responsabilidade social para fins de comparabilidade do desempenho social.

1.3 Hipóteses da Pesquisa

As hipóteses apresentadas têm a função de orientar o estudo e representam uma resposta prévia ao problema apontado.

Este entendimento tem respaldo na citação de Lakatos e Marconi (2001, p.160) ao afirmarem que a *“Hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de verificar a validade de resposta para um problema.”*

Martins (1994, p.33) comenta que:

Nem todos os tipos de pesquisa necessitam da formulação de hipóteses. Todavia nos estudos em que há possibilidade de enunciá-las: estudos experimentais, estudos descritivos e, às vezes, estudos exploratórios, obtêm-se grandes vantagens metodológicas, pois as hipóteses também possuem a função de orientar e balizar o pesquisador na condução do trabalho.

Estes conceitos respaldam a criação das seguintes hipóteses:

- Os balanços sociais publicados não distinguem as ações sociais em voluntária e compulsória.

- Os balanços sociais publicados não caracterizam a origem dos recursos utilizados como ações sociais.

Glautier (1977, p.29, tradução livre) afirma ser mais fácil testar hipóteses nas ciências naturais que nas ciências sociais, por ser difícil conduzir experimentos controlados e reproduzíveis. As ciências sociais estão preocupadas com o comportamento social, e a presença do elemento humano, ao que parece, afeta a habilidade preventiva de suas teorias.

Afirma ainda o autor que essas ciências estão preocupadas com o julgamento de valores e, por serem de natureza subjetiva, suas hipóteses não podem ser testadas da maneira rigorosa como o são aquelas das ciências naturais.

Os resultados deste estudo não serão representativos do universo, por estarem concentrados em apenas 4 bancos.

1.4 Metodologia do Trabalho

É inegável que a busca do conhecimento se inicia com a leitura, que proporciona a criação de idéias próprias contribuindo para um processo de descoberta que pode ser realizado de diferentes maneiras.

A pesquisa é uma forma de se adquirir conhecimentos através da investigação de fatos, por isso métodos e técnicas são utilizados na busca de objetivos previamente delineados.

1.4.1 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa levantou dados sobre os bancos que publicaram balanços sociais e analisou a forma como evidenciam suas ações sociais.

Barros e Lehfeld (2000, p.86) afirmam que o *“Universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas para um estudo.”*

Os elementos considerados fizeram parte do conjunto de 10 bancos que publicaram balanço social no modelo proposto pelo Ibase. Destes, 4 subsidiaram a proposta de evidenciação.

As potencialidades econômico-financeiras desses bancos geraram uma variedade de atuações sociais inseridas em estruturas de balanço social que reúnem valores, projetos e ações sociais realizadas.

1.4.2 Método de Pesquisa

A condução ordenada dos procedimentos seguidos para obtenção de uma meta desejada caracteriza o que Lakatos e Marconi (1992, p.40) definiram como método: *“O conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...] traçando o caminho a ser seguido[...].”*

Para atingir o objetivo desejado, pesquisas do tipo exploratória e descritiva foram utilizadas. Oliveira (2002, p.134) define a pesquisa exploratória como a que dá ênfase *“[...] à descoberta de práticas ou diretrizes que precisam modificar-se na elaboração de alternativas que possam ser substituídas.”*

O estudo descritivo, para o autor Oliveira (2002, p.114), *“[...] possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação.”*

As questões acima colocadas se materializaram neste trabalho na busca das alternativas para ampliar a forma e alocação do resultado da análise, tornando a postura social dos bancos mais transparentes.

Este estudo limitou-se a dois tipos de pesquisa descritiva: a documental e/ou bibliográfica e a de campo.

Para Barros e Lehfeld (2000, p.70), Fachin (2001, p.102) e Lakatos e Marconi (2001, p.183-190), a pesquisa bibliográfica se resume na busca de conhecimentos adquiridos através de documentações indiretas, como a imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações que dão fundamentos para resolver um problema.

A pesquisa de campo acumula informações por meio de documentos obtidos no ambiente onde o fato ocorre, na procura de respostas que se quer comprovar.

Esse conjunto de procedimentos possibilitou, com suas contribuições teóricas, conhecer os temas responsabilidade social, balanço social e bancos, mediante o uso de teses, dissertações, livros, revistas, periódicos, documentos eletrônicos, entrevistas com funcionários e sindicalista, cujos pareceres fundamentaram a construção estrutural da proposta de evidenciação.

1.4.3 Técnicas de Pesquisa

Foram seguidas, segundo Barros e Lehfeld (2000, p.75), as seguintes técnicas de pesquisa:

- Entrevista;
- Estudo de Caso.

A entrevista aplicada foi a não estruturada, feita de maneira informal, da qual participaram funcionários de diversos níveis hierárquicos do segmento bancário. A representante do sindicato da classe também foi ouvida. Tais sondagens possibilitaram obter dados qualitativos orientadores da pesquisa a respeito do tema responsabilidade social.

Martins e Lintz (2000, p.36) afirmam que o estudo de caso tem por objetivo o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente. É uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real, reunindo o maior número de informações detalhadas por meio de coleta de dados.

O estudo de caso dará suporte à proposição deste trabalho, sendo melhor detalhado no Capítulo 4.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, além da introdução e

conclusão, contendo ainda anexos, da seguinte forma:

Capítulo 1 - Discorre sobre o entendimento do problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e metodologia adotada no trabalho.

Capítulo 2 - Aborda a Revisão Bibliográfica tratando de aspectos conceituais contextualizados, iniciando com a evolução histórica das práticas sociais pontuada em alguns fatos que evidenciem, mesmo que de forma incipiente, a visão conceitual de responsabilidade social defendida no estudo. Estende-se aos temas como responsabilidade social, balanço social e ética empresarial.

Capítulo 3 - Faz um breve relato da origem dos bancos no Brasil e sua importância no contexto social como propulsores de desenvolvimentos setoriais. Aborda a responsabilidade social assumida pelo segmento e a forma de evidenciação.

Capítulo 4 - Evidencia o estudo de caso múltiplo.

Capítulo 5 - Faz as considerações justificando a proposta de ampliar a estrutura de evidenciação de ações de responsabilidade social, orientando inclusive a sua elaboração. Apresenta o modelo.

A **Conclusão** explicita as principais considerações obtidas em função do estudo efetuado, confirmando ou negando as hipóteses suscitadas pelo trabalho.

Os **Anexos** contêm informações utilizadas na elaboração do trabalho e o modelo de balanço social do Ibase utilizado como base para a ampliação proposta.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A Evolução Histórica das Práticas Sociais

A responsabilidade social é uma terminologia contemporânea, mas com ações já visualizadas no passado mesmo de maneira incipiente. Ganhou notoriedade, nos dias atuais, sendo definida por Angel e Jaramillo (1996, p.60), citados por Ashley et al. (2002, p.7), como “[...] o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral.”

A evolução histórica aqui abordada dará destaque ao entrelaçamento de conceitos de responsabilidade social usados no presente que podem retratar as ações sociais praticadas no passado.

A abordagem poderá estar refletida na citação de Schmidt (2000, p.11):

Partindo do pressuposto de que o presente é um prolongamento do passado, assim como o futuro será um prolongamento do presente, a única forma de antever o futuro está na clara compreensão do presente, que somente será possível a partir do entendimento de uma parcela significativa dos acontecimentos do passado.

Estudando o passado, percebe-se que mesmo sem os mecanismos modernos do novo milênio a evolução das civilizações e o crescimento e progresso da humanidade estavam de certa forma vinculados a questões sociais.

A ausência de escrita não impediu o homem de estar sempre atento às mudanças e anseios da sociedade. Tais mudanças podem se iniciar devido às preocupações com a propriedade.

Tinoco (2001, p.19), ao abordar a história da contabilidade, afirma que, segundo historiadores:

Desde os primórdios tempos sempre a contabilidade teve por escopo a informação. Em seu início o usuário principal e talvez único durante muito tempo, foi o proprietário. Assim determinado pastor quando queria saber o número de cabeças de seu rebanho, procedia a uma

contagem física e essa informação era suficiente para seus objetivos de ter conhecimento do que possuía.

O comentário retrata o passado e tem como dados marcantes as palavras: informação e proprietário que podem entrelaçar ações que conduzam a uma postura social à moda antiga.

O fato de o proprietário buscar a informação como resguardo de propriedade tem o procedimento, mesmo que incipiente, de uma abordagem de responsabilidade social, comentada por Smith (1983, p.378) ao reportar que o indivíduo, ao buscar sua própria vantagem individual, estaria acarretando maior vantagem para a sociedade.

A preocupação com a propriedade poderia caracterizar uma visão capitalista na qual valorizar e controlar os negócios denota preocupação com o desempenho econômico, embora esta expressão não fosse dominada no passado.

Drucker (1999, p.33) afirma que “[...] o desempenho econômico é a primeira responsabilidade de uma empresa, [...] é a base, sem ele, a empresa não pode cumprir nenhuma outra responsabilidade, nem ser uma boa empregadora, uma boa cidadã, uma boa vizinha.”

A valorização dos negócios foi, no passado, e permanece nos dias atuais, a base para a continuidade de qualquer empreendimento, seja este realizado de forma individual ou conjunta.

Dentro de uma visão contemporânea de responsabilidade social, o resguardo com a propriedade poderia estar enquadrado no conceito defendido por Melo Neto e Froes (2001, p.40) como sendo a atitude uma “*postura estratégica empresarial*”.

Afirmam os autores (2001, p. 40) que “[...] a busca da responsabilidade social pelas empresas é centrada na valorização dos negócios em termos de faturamento, vendas, ‘market share’ [...]”.

Segundo Iudícibus (2000, p. 31) e Tinoco (1984, p.15), as cidades marítimas italianas, tais como Pisa, Florença, Veneza, Gênova e outras, foram centros comerciais que se formaram na Europa e passaram a ocupar posição centralizadora de ponto de negócios.

O aumento dos negócios e das atividades propiciou novas condições econômicas, culturais e sociais em que riquezas e bens eram acumulados por empresas e pessoas, distintamente, solidificando o princípio de entidade, cuja preocupação não estava mais centrada no proprietário ou em patrimônios individuais, mas também no patrimônio empresarial.

O controle patrimonial estava vinculado à continuidade da empresa e, por extensão, seu crescimento econômico gerava empregos e oportunidades de trabalho, os quais eram práticas sociais sustentáveis que contribuíram para a redução da pobreza.

Assim sendo, as ações de responsabilidade social, nesse contexto, materializavam-se pela instalação de empresas em localidades onde a geração de emprego, circulação monetária e a dinamização da economia local garantiam melhores condições de vida para uma parte da sociedade. Este conceito respalda a proposição deste trabalho.

Esta visão de responsabilidade social é mais abrangente, já que a ação deixou de ser pessoal e passou a ser da entidade, podendo se enquadrar na abordagem defendida por Melo Neto e Froes (2001, p.41) de que a responsabilidade social pode ser considerada "*como estratégia de recursos humanos*", em que as ações sociais têm como foco empregado e dependente.

Iudícibus (2000, p.31-33) afirma que os empreendimentos comerciais e industriais desenvolvidos na Europa por volta dos séculos XIII a XVII e, posteriormente, a ascensão cultural e econômica norte-americana, por volta do século XX, propiciaram o surgimento de gigantescas corporações revestidas de potencialidades geradoras de emprego e renda.

O desenvolvimento econômico e social afluía, cobranças sobre mercado de capitais passaram a ser exigências dos investidores às empresas, na ânsia de controlar seus investimentos.

A responsabilidade social, nesse momento da história, poderia ser definida por Melo Neto e Froes (2001, p.39), dentro de um conceito contemporâneo como uma "*atitude de comportamento empresarial ético e responsável*". O relacionamento entre empresa e investidor, quanto à prestação de contas, traduz uma atitude de

compromisso social que deve prevalecer nas relações com os seus diversos públicos-alvo.

O tempo passa, mas as questões sociais permanecem centradas nos mesmos problemas, conforme comprovam as citações a seguir.

Platão (2002, p.117) já visualizava a educação como um dado social ao afirmar que “[...] *uma educação e instrução honesta que se conservam tornam a natureza boa, e, por sua vez, naturezas honestas que tenham recebido uma educação assim tornam-se ainda melhores que os seus antecessores.*”

Com relação a recursos humanos, Hugon (1976, p.178) comenta que Robert Owen, socialista de personalidade atraente e grande industrial, nos idos de 1817, começou a pôr em prática, na própria empresa, suas concepções sociais e econômicas: criar escolas para os operários e seus filhos, reduzir de 17 para 10 horas a jornada de trabalho, recusar a admissão de crianças com menos de 10 anos, introduzir melhoramento na alimentação e no alojamento dos operários e organizar a assistência aos doentes e inválidos.

Owen tentou convencer as autoridades, entre os anos de 1817 e 1822, sobre a necessidade de mudanças. Apesar de seus esforços, sua iniciativa teve poucos seguidores.

Com relação às questões ambientais, Rosen (1995, p.351, tradução livre), comenta que:

Em 1892, foi criada em Chicago uma entidade com objetivo de sensibilizar os homens de negócios locais a instalarem equipamentos para controle de poluição das chaminés das indústrias instaladas na comunidade.

Prado Júnior (1992, p.26) lembra o fato de que a primeira atividade econômica do Brasil foi a extração do Pau-Brasil que destruiu a floresta nativa, evidenciando que a intervenção do homem pode causar desastres ambientais associados a atividades econômicas.

Kroetz (2000, p.43) aborda que, por volta de 1854, o grande chefe indígena Seattle já ensinava ao homem civilizado como era importante preservar e respeitar a

natureza. Afirmava que a terra era preciosa, feri-la significava desprezar o criador. O desaparecimento das árvores e da água representava o final da vida e o início da sobrevivência.

A responsabilidade social, no que se refere à prestação de contas exigida pelos investidores no passado, se fortaleceu no século XX, mais especificamente na década de 60, e teve como fato econômico-social, a ser destacado, a guerra do Vietnã.

Tinoco (1984, p.22) faz comentários reportando-se à postura do governo americano à época. Afirmar que a administração Nixon gerou insatisfação popular, levando a sociedade a se manifestar contra a guerra, também pelos malefícios ocasionados pelas empresas norte-americanas decorrentes da fabricação de armamentos sofisticados, cujo efeito era nocivo ao homem e ao meio ambiente.

Silva e Freire (2001, p.124) completam afirmando que:

A guerra do Vietnã provocou sérios desgastes na imagem das empresas que se beneficiavam dessa guerra. Visando reagir às pressões da sociedade, que exigiam nova postura ética, as empresas norte-americanas passaram a prestar contas de suas ações justificando seu objetivo social, com intuito de melhorar a imagem com consumidores e acionistas.

Comportamentos éticos devem moldar a postura das empresas na condução de seus negócios, relacionados aos produtos comercializados, para que não prejudiquem o meio ambiente, ou a relação com seus empregados.

Numa visão mais contemporânea a empresa é vista da forma a seguir:

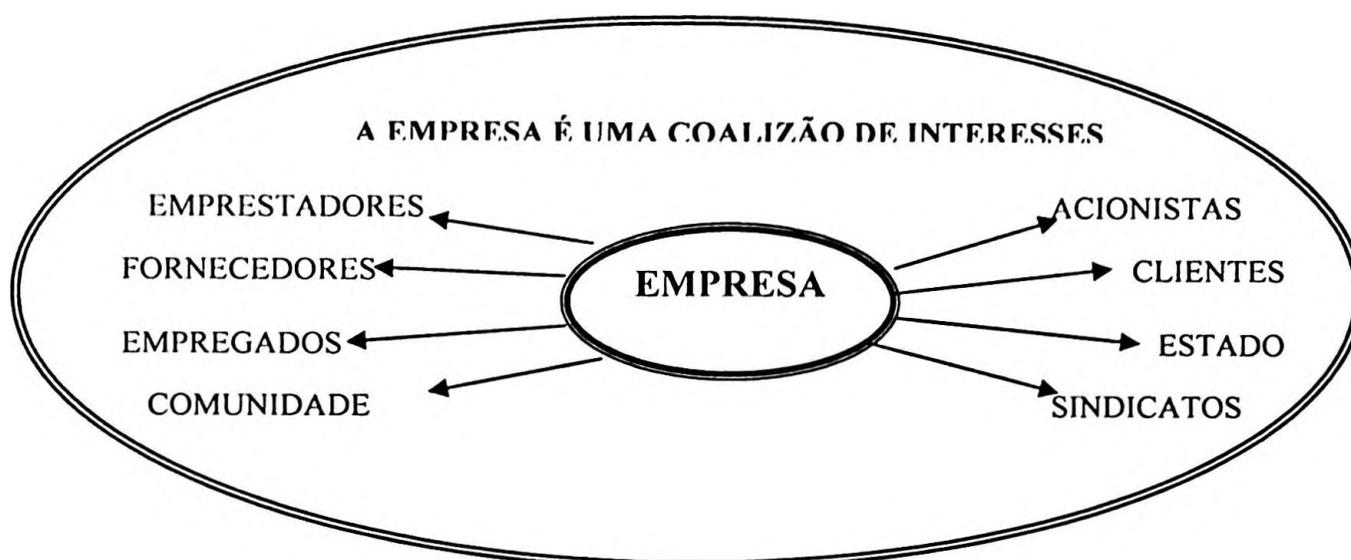


Figura 1 Interesses da empresa
 Fonte: Tinoco (2001, p.24)

Os gestores têm o poder de mostrar o lado social e humano das empresas por meio da interação com seus *stakeholders*, que são os clientes, acionistas, empregados, autoridades fiscais, e todos aqueles formadores de opiniões.

Em relação aos benefícios prestados pelas empresas, De Luca (1998, p.17) comenta:

Atualmente, uma empresa não pode buscar somente lucros. No seu relacionamento com a sociedade existem obrigações, tais como a preservação do meio ambiente, a criação e a manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional, a qualidade dos bens/serviços e outras que não estão legalmente assumidas, mas que são importantíssimas até mesmo para a continuidade da empresa.

O compromisso social de uma empresa é, sem dúvida, muito maior hoje do que há alguns anos. Isto porque a empresa vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

É como se houvesse uma revolução de valores a impor novas exigências.

A sociedade tem exigido das empresas uma postura econômico-social sustentável. Assim sendo: Qual a responsabilidade social das empresas para com a sociedade?

A responsabilidade social pode ser traduzida pela geração de empregos, fomento a outras atividades, manutenção de escolas e hospitais, entre outros benefícios à população.

As empresas passam também a se preocupar em ser partícipes da equalização de problemas ligados à ecologia, saúde e bem-estar, diversidade e direitos humanos, e à comunidade, questões que, em tese, deveriam ser de responsabilidade do Estado, que possui meios e instrumentos para executá-la, por meio de suas políticas macroeconômicas.

A abrangência do tema responsabilidade social atrai diversos conceitos que vão desde o caráter de filantropia até uma visão de desenvolvimento sustentável e uma missão e estratégia das empresas que, por meio de suas ações, passam a exercer influências transformadoras na sociedade.

A empresa continua sendo a força motriz de crescimento e desenvolvimento econômico e sua atuação no campo da responsabilidade social se apresenta hoje como um novo paradigma no mundo dos negócios.

As que abraçam esta causa tendem a ter vantagens competitivas, já que sua constituição e continuidade não estão condicionadas apenas à capacidade de gerar lucros para os *shareholders* (acionistas); decorrem também de políticas de programas sociais.

Kroetz (2000, p.67) comenta que:

[...]as “novas” exigências do mercado, influenciado pela globalização, por um público mais consciente e por investidores mais exigentes e preparados, têm feito com que as organizações publiquem suas demonstrações com maior transparência e qualidade evidenciando os aspectos qualitativos do patrimônio e, ao mesmo tempo, a sua preocupação com o bem-estar social e ambiental.

Esta preocupação é traduzida por meio de ações voltadas ao público interno e/ou externo que estão moldadas à filosofia da empresa no âmbito social, como, por exemplo, treinamentos, auxílio creche ou melhores condições de trabalho.

Mesmo assim, a atitude não só dá para a empresa maior capacidade de recrutar e manter talentos, como também faz com que os empregados se sintam

prestigiados e, muitas vezes, comprometidos com a empresa por serem responsáveis por seu crescimento.

A preocupação com o público externo é vista por meio de benefícios prestados à comunidade que visam a minimizar o abismo existente entre a riqueza e a pobreza provocado por mudanças demográficas e sua relação com o desenvolvimento. Tais benefícios podem se materializar em programas, como o de combate à fome, o de saneamento ou o ambiental.

Para Teixeira (1984, p.187), responsabilidade social é “[...] *fruto das profundas críticas sociais, éticas e econômicas que têm sofrido as empresas inspiradas nos parâmetros de uma economia de mercado.*”

Bowen (1957, p. 6) define responsabilidade social “[...] *como a obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ações que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade.*”

A visão de Friedman (1984, p.122) quanto à responsabilidade social é crítica. Afirma que há, em uma economia livre, “[...] *uma e só uma responsabilidade de capital - usar de seus recursos e dedicar-se à atividade destinada a aumentar seus lucros [...]*”.

DuBrin (2000, p.63, tradução livre) comenta que a idéia que as empresas têm sobre responsabilidade social é de que suas obrigações vão mais além do que as prescritas em leis ou contratos, assim sendo a responsabilidade social é um conceito amplo que relata o impacto das organizações na sociedade.

As citações conduzem ao entendimento de que nem todos reconhecem a obrigação da empresa com o meio social, gerando discussões sobre as crenças e valores.

Melo Neto e Froes (2001, p.39-42) relacionam a responsabilidade social a diferentes visões contemporâneas, apresentadas a seguir, sendo que alguns pensamentos também são defendidos por outras pessoas envolvidas com questões sociais como De Luca, Fleischman e Roddick.

a) *“A responsabilidade social como estratégia de marketing institucional”.*

Os autores comentam que propagar a imagem da empresa se traduz na

melhoria de sua reputação. Ao participar mais ativamente na comunidade onde está inscrita, utilizando e remunerando adequadamente a mão-de-obra local, as empresas mostram sua preocupação com o desenvolvimento socioeconômico da localidade de que fazem parte.

b) *“A responsabilidade social como estratégia de recursos humanos”.*

A expressão “recursos humanos” resulta de inovações conceituais que se processaram nessa área, tendo passado da titulação de serviços de pessoal para recursos humanos, também sendo considerados como força de trabalho ou capital humano.

Numa visão mais contemporânea a expressão recursos humanos deve representar a responsabilidade social das empresas com seus empregados.

A assertiva é ratificada por Fleischmann da McDonald’s, em entrevista à Revista Exame Guia de Boa Cidadania Corporativa (2001, p. 66) quando afirma que *“O nosso maior projeto social são as nossas pessoas”*. Ainda nesta mesma edição (p.26), Roddick da loja Body Shop afirma que:

Fazer negócios não é apenas acumular dinheiro para si mesmo. É buscar felicidade e dar algo de volta a comunidade [...] O primeiro passo a ser dado pelo empresário rumo à responsabilidade social é agir localmente, perguntando-se: Como trato meus empregados? As mulheres têm uma creche onde deixar suas crianças? Suas famílias estão protegidas?

De Luca (1998, p.19) comenta que:

Os gestores das empresas já reconhecem que, quanto mais motivados estão os empregados, mais produtividade a empresa alcança. Quanto mais credibilidade transmite à sociedade, mais respeito e compromisso (no que diz respeito ao consumo de produtos/serviços) ela terá dessa sociedade.

Fica evidente nas citações que a responsabilidade social deve ter seu ponto de partida dentro da própria empresa por meio de medidas que visem a dar condições propícias de bem-estar aos empregados. Não adianta a empresa divulgar que atua com responsabilidade social se, na sua estrutura laboral, essa atuação é incipiente.

c) *“A responsabilidade social como estratégia de valorização de produtos/serviços”*.

Este enfoque é uma estratégia de *marketing* que vincula produtos/serviços a ações sociais. Pesquisas comprovam existir consumidores que dão preferência a produtos que estejam vinculados à ação social. A McDonald's, por meio do programa Mc Dia Feliz, que destina um dia da venda de seus produtos a causas sociais, é um exemplo disso.

A Revista Exame Guia de Boa Cidadania Corporativa (2001, p. 67) divulgou que esta ação representa a maior fonte de renda para o combate ao câncer infantil.

d) *“A responsabilidade social como estratégia de desenvolvimento da comunidade”*.

As empresas passam a ter o reconhecimento da sociedade quando assumem ou compartilham com outras entidades a função de agentes de desenvolvimento da comunidade onde estão inseridas.

Esta decisão pode conduzir a um sucesso empresarial, pois não apenas passam a vincular seus produtos/serviços a ações de responsabilidade social, como tornam sua imagem popular, revestindo-se de vantagens competitivas ante os concorrentes.

e) *“A responsabilidade social como exercício da consciência ecológica”*.

A ecologia vem sendo trabalhada como uma das vertentes de âmbito social quase que obrigatória para os executivos, ao mostrar que a qualidade de vida está atrelada à preservação do meio ambiente, tão agredido por ações devastadoras praticadas pelo homem, movido pela ganância de aumento de riquezas.

Empresas que passaram a se preocupar em preservar o meio ambiente, em praticar ações sociais que beneficiam empregados e a comunidade, transformam a postura numa questão de *marketing* social.

Tal atitude tem o poder de influenciar o comportamento da sociedade como um todo, vindo a favorecer o desempenho empresarial, pois, de uma só vez, consegue trazer para si o gosto e a preferência do consumidor, o respeito da clientela e a admiração dos empregados.

A responsabilidade social aqui discutida engloba as diferentes visões conceituais percorridas no estudo, resumindo-se no compromisso social a ser assumido pelos bancos junto à sociedade, demonstrado no conjunto de benefícios sociais dirigidos a todos os públicos impactados pelas atividades deste segmento.

2.2 A Responsabilidade Social no Brasil

Analisando a responsabilidade social por meio da reunião de aspectos sociais abrangentes, afirma-se que a preocupação com o assunto no Brasil pode ter se iniciado por meio do Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT constituída no governo do Presidente Getúlio Vargas, a qual representava uma extensa legislação trabalhista e previdenciária.

Graças a ela, a relação capital *versus* trabalho teve um melhor direcionamento, levando muitas empresas a valorizar sua força de trabalho que antes não tinha nenhuma garantia em sua atividade laboral, ainda que compulsoriamente.

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, bem como a criação do Programa de Integração Social / Programa de Assistência ao Servidor Público -PIS/Pasep pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, seguido da instituição da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, por meio do Decreto-lei nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, foram eventos importantes no Brasil, considerados, conceitualmente, de responsabilidade social.

Nos anos 80, afirmam Silva e Freire (2001, p.18), fortaleceram-se os sindicatos, nasceram e consolidaram-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs) cuja prática social influenciava a sociedade.

Gonçalves (1980, p. V) aponta, como marco histórico do início da utilização da expressão responsabilidade social diretamente associada às empresas, e pela própria relevância do tema relacionado à ação social das empresas no país, a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas publicada em 1965, afirmando que:

Em 1965 aprovava-se a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", na qual se salienta a consciência de que "as crises e tensões do mundo contemporâneo devem-se a que as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências da justiça social e que os antagonismos de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena de suas responsabilidades sociais."

O despertar dessa consciência coletiva contou com o apoio, dentre outros, do Ibase, do Instituto Ethos, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - Gife - primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.

Todos representam entidades criadas para promover a cultura da gestão empresarial embasada em princípios éticos, relatório social, indicadores e pesquisas que evidenciem e avaliem as ações sociais praticadas pelas empresas em diferentes regiões em determinado período.

Em se tratando de Brasil, pesquisa realizada pelo Instituto Ethos/Valor (*online* 2002) confirma que 51% dos consumidores brasileiros declaram-se adeptos da prática de prestigiar ou punir as empresas com base em sua atuação social; 24% dos consumidores procuram comprar produtos de empresas que se destacam pela responsabilidade social e 19% deles declararam que deixaram de comprar produtos de empresas que não consideram como socialmente responsáveis.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea também realizou uma pesquisa denominada de Ação Social das Empresas, que buscou conhecer a ação social do setor privado.

A pesquisa foi realizada em 1999 no Sudeste; em 2000, no Nordeste e Sul; e, em 2001, no Centro-Oeste e Norte, tendo sido concluída e publicada, oficialmente, no ano de 2002, e disponibilizada na Internet (IPEA, *online* 2002).

Este foi o primeiro estudo do gênero realizado no Brasil tendo revelado, no âmbito nacional, o perfil do investimento e da atuação das empresas em ações sociais. Os dados comprovam que há uma injeção de recursos privados na área social, conforme analisa a coordenadora-geral da pesquisa Anna Maria Peliano.

O conceito de ação social empresarial para o Ipea é abrangente, por considerar qualquer atividade realizada em atendimento às comunidades e aos empregados da empresa e seus familiares, entretanto as atividades executadas por obrigação legal são excluídas.

Embora esse conceito seja diferente do adotado neste trabalho, que considera que a responsabilidade social tem início com a instalação da empresa no mercado e reconhece as atividades realizadas de forma compulsória e voluntária, julgou-se oportuno abordar o ineditismo daquela pesquisa.

Revela o estudo que 59% das empresas têm algum tipo de atuação social, mantendo projetos e ações voltadas para os empregados ou para a comunidade da região onde estão instaladas, não existindo muita mudança no comportamento dos empresários dos diferentes setores da economia.

Na região Sudeste, o universo analisado pela pesquisa reuniu a maior concentração de empresas (445 mil). A pesquisa mostra que algum tipo de ação social é realizado para a comunidade, sendo que o estado de São Paulo está abrigando a maioria absoluta das empresas (60%).

Na região Norte, o universo analisado foi o menor de todas as regiões (24 mil), dos quais 39% das empresas estão instaladas no Pará.

Embora não declarada pela pesquisa, entende-se que a prática de ações sociais, quando feita de forma estratégica, pode se constituir em um diferencial e propiciar vantagens de negócios às empresas.

O artigo publicado em 1997, na Folha de S.Paulo, sobre “Empresa Pública e Cidadã” e as campanhas idealizadas pelo Ibase e seu então presidente Herbert de Souza, que repercutiram nacionalmente, fizeram com que a idéia fosse amadurecida pela classe empresarial, a qual passou a ter uma postura mais atuante, despertando o interesse em buscar certificados de ação social.

Atualmente há no mercado entidades capacitadas a emitir certificados para as empresas que cumprem normas previamente estabelecidas sobre qualidade, segurança, leis trabalhistas e gestão ambiental.

De acordo com suas atuações, as empresas podem ser detentoras de selos ou certificados, dentre os quais o ISO (*International Standards Organization*) 14000 voltado a questões ambientais, a BS (*British Standard*) 8800 voltada à garantia das condições adequadas de segurança e saúde para os empregados e a SA (*Social Accountability*) 8000 que versa sobre a exploração do trabalho infantil e da mão-de-obra fabril no âmbito das unidades operacionais da empresa e de seus fornecedores.

Ressalta-se que o Ibase também concede selos às empresas que elaboram balanços sociais nos modelos por ele definidos.

Os principais benefícios de certificação social, segundo a *International Certifications Services (SGS)*, são:

- Aumenta a eficiência e a produtividade.
- Aumenta a lucratividade.
- Reduz o desperdício.
- Permite maior consistência operacional.
- Fornece maior vantagem competitiva.
- Satisfaz as necessidades dos clientes.
- Encoraja investimentos.
- Ajuda no reconhecimento nacional e internacional da empresa.

A atuação de 245 companhias que participaram da edição Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa (2003, p.30), desenvolvendo, financiando ou apoiando mais de 1.200 projetos sociais em todo país, exemplifica a afirmação. Mesmo que incentivos tenham sido recebidos, não se tira o mérito das ações praticadas, ao contrário, pode servir para estimular novas parcerias, idealmente informando a natureza dos recursos.

Os investimentos efetuados por essas companhias em 2002 foram em torno de R\$ 720 milhões, voltados para a Comunidade, Educação, Saúde, Meio Ambiente,

Cultura, Apoio à Criança e ao Adolescente, Apoio à Terceira Idade e Apoio a Portadores de Necessidades Especiais.

Os problemas sociais como pobreza extrema, miséria, fome, criminalidade, provocados pelo acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e conseqüentemente uma má distribuição de renda, levaram os países ricos e as elites dos países emergentes, sufocados por estes problemas, a criar mecanismos sociais na tentativa de atenuá-los, por meio de ações caracterizadas como de responsabilidade social demonstrada à sociedade por intermédio do balanço social e pelos meios de comunicação.

2.3 A Evolução do Balanço Social

A Business for Social Responsibility – BRS (online, 2003, tradução livre) é uma entidade sem fins lucrativos americana, responsável pela divulgação de parâmetros e campanhas para incentivar as empresas a investir em ações sociais.

Tal entidade teceu comentários sobre a proliferação de modelos de relatórios social e ambiental, estando as organizações tentando padronizar procedimentos que permitam aos *stakeholders* comparar a performance das companhias por meio de setores e resultados.

O *BRS* destaca o GRI, que propôs um modelo considerado como um padrão de relatório internacional e, no Brasil, o Instituto Ethos, que tem produzido um conjunto de indicadores para ajudar as empresas a gerenciar e monitorar suas práticas sociais, consolidado no documento que passou a ser chamado de balanço social.

O Instituto Ethos (2003, p.5) considera o balanço social como:

Resultado de um processo que se inicia com um diagnóstico de gestão da empresa, passa pelo planejamento, implementação e avaliação de suas ações e resulta num documento que revela ao público os resultados que obteve e as metas a que se propõe para o ciclo seguinte.

As informações nele inseridas caracterizam uma filosofia de ação transformadora da sociedade, que representa um novo papel vivenciado pelas

empresas que têm como ênfase a responsabilidade social.

Kroetz (2000, p.58-59) comenta que, em termos de Brasil, o assunto balanço social foi abordado, na década de 70, pelo professor pesquisador Dr. Alberto Almada Rodrigues, em um artigo intitulado “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica”, no qual apresentou discussões em relação à Contabilidade Social, ao Balanço Social e à Auditoria Sócio-Econômica. Na década de 80 e 90, começaram a ser apresentados, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, trabalhos de pesquisa orientada sobre o assunto.

A Dissertação de Mestrado do Professor Tinoco, apresentada em 1984, versou sobre o *Balanço Social: Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade*, e mostra que o:

Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações de cunho econômico e social do que aconteceu e acontece numa entidade, aos mais diferentes usuários, dentre estes os assalariados. (TINOCO, 1984, p. 10)

O balanço social é, portanto, uma demonstração responsável que serve a todos os grupos que se relacionam com a empresa, os chamados *Stakeholders* e que tem por objetivo, segundo Iudícibus et al. (2000, p.31), “[...] *demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.*” Essa interação se materializa por meio dos benefícios prestados que contribuem para melhoria de vida da sociedade.

Ribeiro (1998, p. 20) cita que, de acordo com informes contidos no Seminário “Balanço Social - Participação X Responsabilidade Empresarial” promovido pela Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais - Abamec Nacional, (atualmente Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec) em 1997, a idéia de se divulgar as atividades sociais da empresa juntamente com o relatório sobre o seu desempenho econômico-financeiro data da década de 60 por meio de dois movimentos:

- Movimento de Empresários Cristãos, que procura demonstrar a dimensão social da empresa, em especial da responsabilidade social de seus dirigentes, quanto aos fatores humanos.

- Movimentação Pacifista caracterizada pelo boicote aos produtos e às ações de empresas que contribuíram para a guerra do Vietnã.

Silva e Freire (2001, p.20) fazem um relato sobre as publicações de balanço social e dizem que o primeiro balanço social da história das empresas foi publicado na França, em 1972, pela Singer.

Os autores comentam que no Brasil, a Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, foi a primeira a publicá-lo em 1984, seguida da Telebrás. Em se tratando de instituição financeira, o Banco do Estado de São Paulo – Banespa foi o primeiro a produzir um relatório completo sobre suas ações sociais, em 1992, porém só publicado em meados de 1993.

O balanço social dos bancos, elaborado pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban, começou a ser divulgado a partir do ano de 1993, o que, de forma consolidada, mostra a contribuição desse segmento para o desenvolvimento do país, procurando evidenciar sua responsabilidade social.

Segundo Tinoco (2001, p.138), o Banco do Brasil publicou pela primeira vez seu balanço social em 1997.

Diferente de empresas de países como a França, Bélgica e Portugal que, por legislação, compulsoriamente publicam seus balanços sociais, no Brasil a elaboração ainda é voluntária.

Projetos de Lei tramitam na esfera federal, estadual e municipal visando tornar obrigatória a divulgação do balanço social. Deve-se pensar que, antes de torná-la obrigatória, é preciso disseminar para a sociedade o conceito de cidadania e responsabilidade social.

Empresas estatais, nacionais e transnacionais, quer isoladas ou em parceria, juntam esforços no sentido de tornar mais eficazes suas atuações sociais. Tendo como consequência, valores e interesses compartilhados, não mais centralizados

apenas na defesa dos acionistas e empregados, mas em edificar uma melhor sociedade.

O balanço social passa, assim, a ser um compromisso social no mundo dos negócios incorporando dimensões que vão muito mais além dos aspectos econômicos, já que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental.

Siqueira (2003, p.88) afirma que segundo Duarte e Dias (1986), o balanço social é um instrumento de mensuração do impacto social que pode assumir diversas formas de evidenciar, embora não mude a sua finalidade que é o de demonstrar o que a empresa tem feito nos diversos domínios de responsabilidade social.

Comentam ainda, que o documento pode ser denominado de inventário social, relatório social, contabilidade de recursos humanos, relatório de custos, abordagem do valor agregado e balanço de lucros e perdas sociais, com o que concordamos, apenas acrescentando que a nomenclatura do relatório de custos poderia ficar melhor se adicionada a expressão *sociais*, incluindo ainda a essa classificação a proposta deste trabalho: Demonstração de Ações de Responsabilidade Social.

2.3.1 Conteúdo do Balanço Social

A elaboração do balanço social é recente, tendo se iniciado na década de 60, conforme afirma Tinoco (2001, p.125-134), que destaca a experiência dos seguintes países:

- Estados Unidos da América: têm, como destinatários preferenciais da informação, os usuários externos, bem mais que os assalariados. As informações abrigam a poluição, a participação em obras culturais e benefícios à coletividade.
- Alemanha: a identificação social à ecologia, de uma parte, e as condições de trabalho são as principais informações, voltadas para dentro e fora da esfera empresarial.

- Holanda: foi o primeiro país do mundo a ter publicado os *Social Jarverslag* (Relatórios Sociais). As condições de trabalho e as estatísticas sobre o emprego ocupam posição privilegiada, embora as condições econômicas também sejam focalizadas.

- Bélgica: O texto que regulamenta o balanço social congrega as informações econômicas às sociais, e incita os trabalhadores a tomar posição nos dois campos, tornando-os capazes de entender a causa e efeito de decisões sociais e suas implicações financeiras.

- Grã-Bretanha: reúne informações econômicas e sociais em um relatório suscetível de informar investidores e assalariados.

- Espanha: as informações não são somente para os acionistas, investidores diversos e o governo, mas também para os trabalhadores, a comunidade local e a todos os formadores de opinião.

- França: primeiro país do mundo a ter uma lei que obrigue à elaboração e publicação do balanço social. É voltado para dentro da empresa e centra-se em recursos humanos. As considerações econômico-financeiras estão excluídas do balanço social.

- Portugal: engloba um conjunto de informações sobre a situação social das empresas, divulgando informações sobre: emprego, custo com pessoal, higiene e segurança, formação profissional e proteção social complementar.

O balanço social brasileiro apresenta algumas variações: Ibase, Ethos e versões personalizadas sendo amplamente divulgadas e utilizadas. Ele é composto, segundo Iudícibus et al. (2000, p.31), de “[...] quatro vertentes: o *Balanço Ambiental*, o *Balanço de Recursos Humanos*, *Demonstração do Valor Adicionado* e *Contribuições à Sociedade em Geral*.”

As informações referentes ao meio ambiente retratam a conscientização da empresa em preservar a natureza e mostram os investimentos feitos em inovações tecnológicas com vistas a evitar a agressão do homem ao seu *habitat* natural, inclusive as parcerias feitas, completando o processo de interação.

Ribeiro (1998, p.38) comenta que:

As informações quanto aos investimentos realizados na área ambiental, as obrigações decorrentes de falhas na interação com o patrimônio natural e o consumo de recursos utilizados para reduzir e corrigir os impactos adversos servem para orientar o público externo quanto à postura e preocupação da empresa com a questão ambiental e, por conseguinte, com a sociedade presente e futura.

Ressaltando-se que as obrigações decorrentes de falhas na interação com o patrimônio natural envolvem as penalidades aplicadas por descaso ambiental, e que as informações sociais prestadas à sociedade deveriam incluir benefícios e malefícios, cumprindo assim o estigma de transparência de que deve ser revestido o balanço social.

A abordagem sobre a gestão de recursos humanos está voltada ao reconhecimento da mão-de-obra como um capital ativo, que precisa ser valorizado por representar potencialidades individuais que contribuem para a continuidade das empresas.

Os benefícios prestados, quer de forma compulsória quer voluntária, constam da informação, estando direcionados a treinamentos, assistência médica, cultura, lazer etc., os quais retratam o comprometimento das empresas com sua força de trabalho.

Ribeiro (1998, p.34) também comenta que:

Na sua forma mais tradicional essas informações serviriam para demonstrar o empenho da organização em maximizar sua produtividade, ao elevar sua mão-de-obra da mera condição de empregados assalariados para a de colaboradores. Em síntese reflete parte da responsabilidade social da empresa para com aqueles que lhe servem e sua contribuição para a melhoria das condições sociais e econômicas da região.

Informa a autora que a gestão de recursos humanos, durante muito tempo, foi a única ótica do balanço social. A mudança operada justifica o avanço da contabilidade no campo da informação.

A sociedade como um todo é refletida nas observações feitas por Iudícibus et al. (2000, p.32) ao afirmarem que é por meio dessas informações que:

Tem-se a evidência do que a empresa fez em termos de benefícios sociais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados etc.

Este pensamento conduz à idéia de que tudo que a empresa fizer para a sociedade será como uma compensação por dela utilizar recursos humanos e naturais, os quais, de alguma forma, retornam como benefícios.

O livro *Balanço Social da Empresa na América Latina*, organizado pelo Professor Ernesto Lima Gonçalves (1980, p.IX) aborda alguns tópicos sobre o Balanço Social. Na Introdução, Teixeira cita:

Cada vez mais o intercâmbio de experiências, de sucessos e de malogros no que diz respeito às várias áreas reclamam que uma gestão social mais adequada reúna todos os elementos básicos de uma empresa e principalmente contenha critérios de medição e de acompanhamento de seu progresso social.

A afirmação expõe com propriedade a idéia de Gestão Social e Balanço Social.

Deve-se analisar sempre o poder que as empresas têm em contribuir para o crescimento da comunidade onde estão instaladas e esta em ajudá-las a permanecer atuantes no mercado.

A DVA é o aspecto do balanço social que teve mais inserção e destaque na contabilidade. Santos (1999, p.28), considerado um de seus divulgadores, afirma que:

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na mediação e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.

De Luca (1998, p.28) se reporta à demonstração do valor adicionado como:

Um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração.

Conforme citações, os dados econômicos são evidenciados na DVA com o objetivo de demonstrar o quanto a empresa contribuiu para a geração de riqueza e sua distribuição entre os que colaboraram para a sua formação.

A DVA utiliza dados da demonstração do resultado do exercício, porém os enfoques dessas demonstrações são diferenciados. Martins (1993, p.115) comenta a diferença de objetivos de uma demonstração de resultados de exercícios e uma demonstração do valor adicionado, afirmando que a DRE “[...] procura verificar, no final, qual parte da riqueza criada é da empresa na forma de lucro líquido.” Enquanto a DVA procura “[...] evidenciar o total de riqueza criada pela empresa e toda a sua distribuição.”

Yoshioka (1998, p. 4) comenta tais diferenças, ressaltando que o objetivo da demonstração de resultados é:

[...] mostrar o lucro líquido que, em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com capital de juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Observa-se que a grande diferença conceitual entre as duas está relacionada aos conceitos de benefícios e despesas. Enquanto a DVA denomina a remuneração de distribuição de benefícios, a DRE denomina como despesas, consumo.

O modelo da DVA foi desenvolvido pela Fipecafi e depois adotado pelo Instituto Ethos e Ibase em formato sucinto.

Exemplo do modelo da Fipecafi consta do Anexo E, voltado para empresas em geral, e Anexo F adaptado para Bancos. O modelo do Instituto Ethos, apresentado no Anexo G, considera as informações como Indicadores de Desempenho Econômico, denominando-os de Geração e Distribuição de Riqueza.

A demonstração do valor adicionado faz parte do conjunto de informações que integram o balanço social.

Na figura 2 a seguir, é reproduzido o trabalho do Instituto Ethos que sintetiza os fatos que marcaram a evolução histórica das ações de responsabilidade social.

FATOS QUE MARCARAM O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

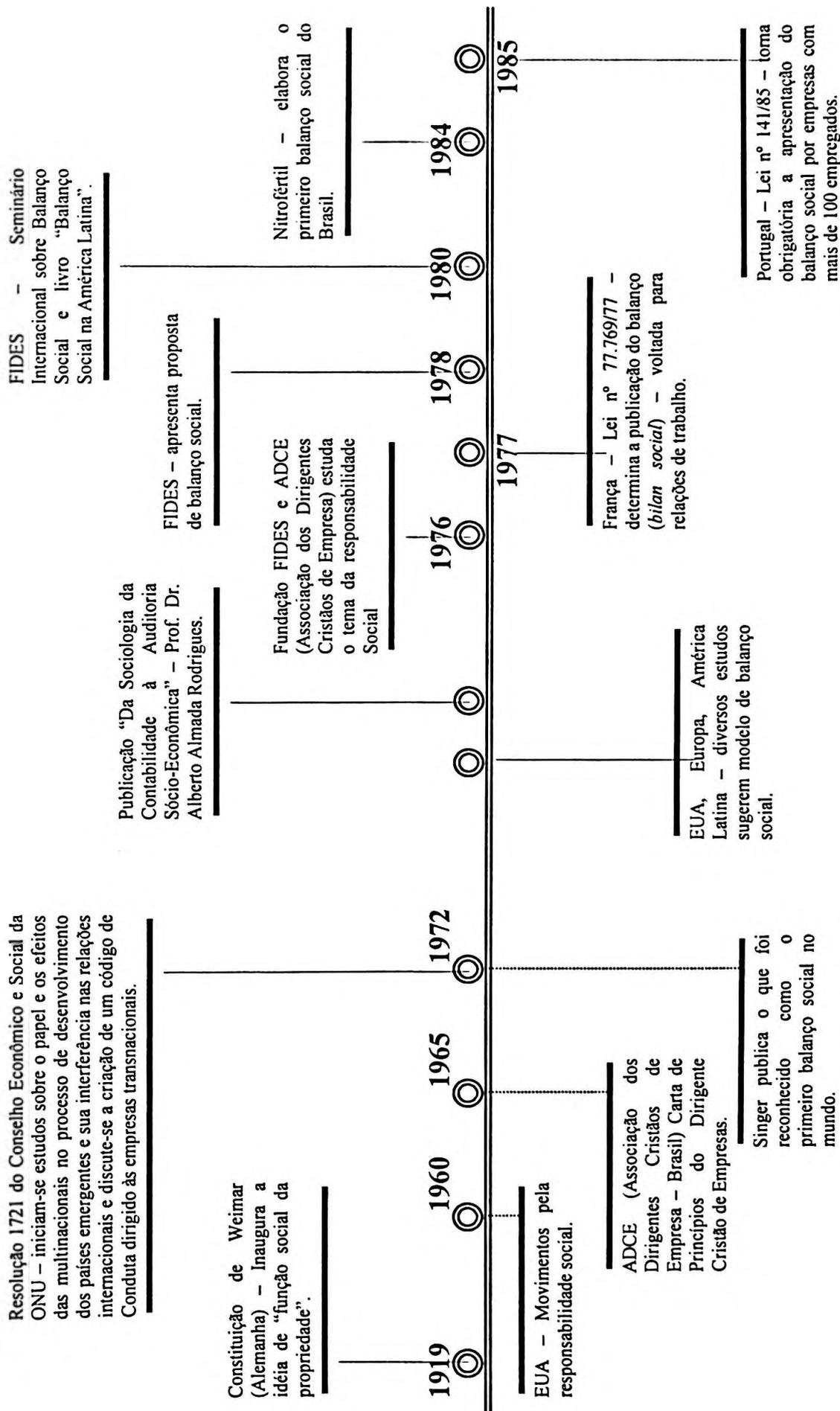


Figura 2 – Evolução do Balanço Social
Fonte: Adaptação Instituto Ethos (2003)

FATOS QUE MARCARAM O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL (continuação)

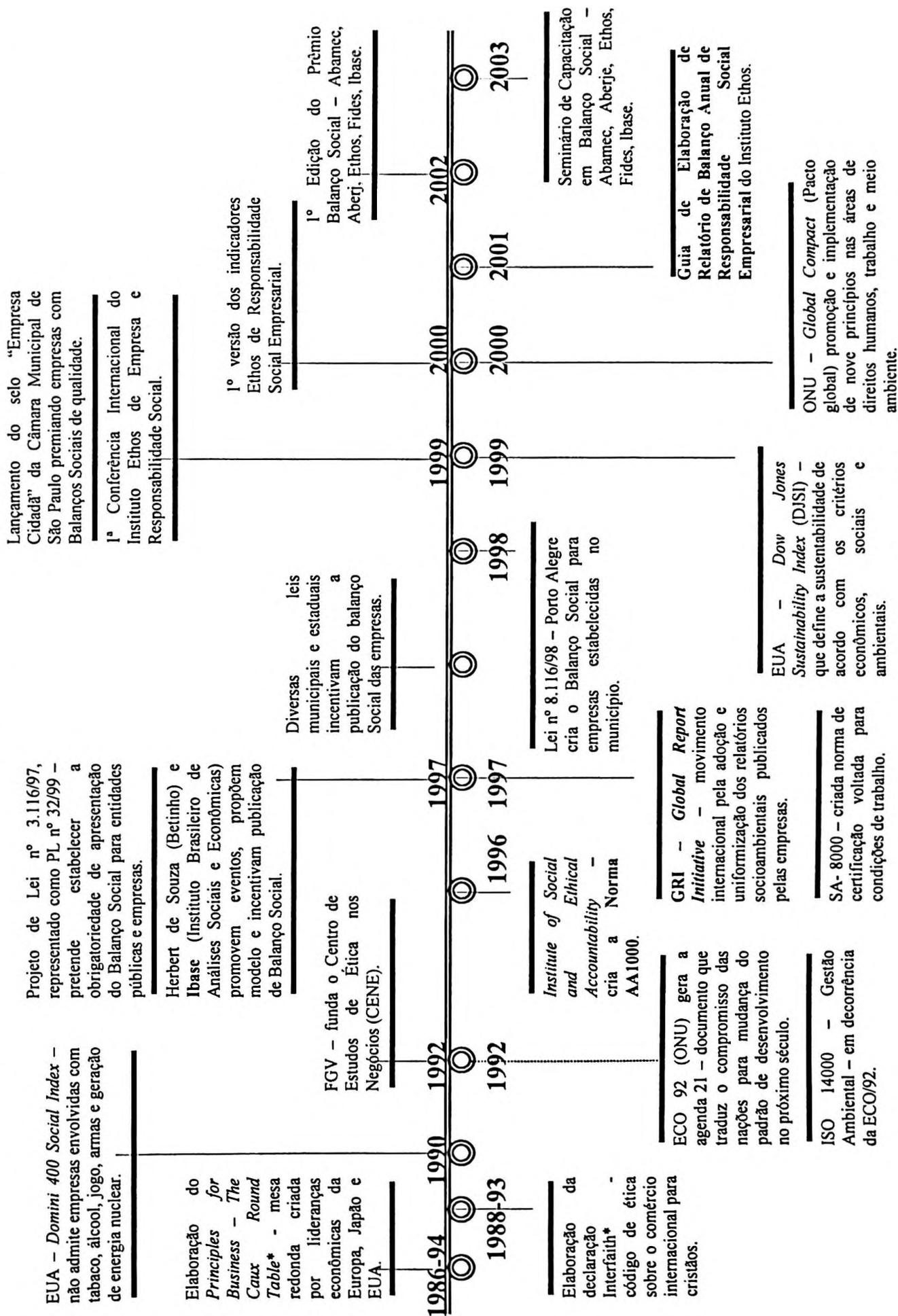


Figura 2 - Evolução do Balanço Social

Fonte: Adaptação Instituto Ethos (2003)

2.4 A Ética Empresarial e a Responsabilidade Social no Brasil

A mudança do regime político no Brasil, em 1980, possibilitou uma maior liberdade de imprensa e, conseqüentemente, a sociedade passou a tomar conhecimento dos desmandos que anteriormente eram difíceis de vir a público, tais como: privilégios, nepotismos, corrupções e favorecimentos a determinados grupos empresariais etc.

É neste contexto que as empresas são pressionadas a adotar uma postura socialmente responsável na conduta de seus negócios. Princípios éticos devem fazer parte da postura das empresas, embora questões éticas e sociais constituam um desafio em termos de gestão empresarial.

Srour (2000, p.41) afirma que:

As decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas: carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam. Em termos práticos, afetam os stakeholders, os agentes que mantêm vínculos com dada organização, isto é, os partícipes [...]

As decisões empresariais, dependendo da forma como são conduzidas, impactam o ambiente onde as empresas estão inseridas podendo ser agentes operadores de grandes mudanças benéficas ou maléficas à sociedade.

A globalização e os vários movimentos sociais tendem a ampliar as ações de responsabilidade social que passam a ser alinhadas à estratégia de negócios da empresa, as quais, em tese, devem ser praticadas de acordo com os padrões que formam os pilares da ética empresarial, envolvendo, entre outros: postura responsável nos negócios, na política e nas relações pessoais.

O Instituto Ethos (1998, p.3) considera que “[...] *um conjunto de valores éticos é uma importante ferramenta para que gerentes e empregados tomem decisões empresariais condizentes com as metas e convicções de sua companhia.*”

Tais valores podem estar moldados no que especificam as duas teorias citadas por Srour (2000, p.50-51), que envolvem a ética da Convicção e a ética da Responsabilidade.

A ética da Convicção diz respeito a valores e normas previamente estabelecidas, rotuladas pelo cumprimento da obrigação. A ética da Responsabilidade envolve o prestar contas dos atos cometidos.

O alinhamento dessa postura pode integrar o Código de Ética das empresas, moldado nos valores sugeridos no Ethos (*Guia de Elaboração do Balanço Social*, 2003, p. 4) que envolvem:

Quadro 1 – Princípios Éticos

Honestidade	Justiça	Compaixão
Compromisso	Lealdade	Respeito ao próximo
Integridade	Solidariedade	

Fonte: Instituto Ethos (2003)

Solomon (2000, p.169) afirma que:

Haja ou não uma teoria ética 'verdadeira' [...] sempre é necessário, em qualquer instituição, respeitar as regras. Sempre é desejável em qualquer situação interpessoal, sintonizar-se com as perspectivas e os sentimentos de outras pessoas.

A ética vista dentro de um conjunto de valores como especifica Solomon (2000), deixa implícitos não apenas conceitos éticos, mas também conceitos sobre desenvolvimento social, em que a auto-estima dos empregados, dentre outros, caracteriza um compromisso da empresa com a sociedade.

Silva e Freire (2001, p.120) comentam algumas razões que justificam a importância da ética na formulação e execução da estratégia empresarial, dentre as quais:

- “A opinião pública espera das empresas um comportamento ético”.

Esta exigência caracteriza a mudança de paradigmas, impondo uma conduta empresarial que segue novas posturas embasadas em regras não mais sustentadas

apenas em qualidade, bons serviços a baixos preços.

A vantagem competitiva continua existindo moldada em tais segmentos, porém atreladas estão as preocupações sociais caracterizadas por uma postura ética responsável.

A falta de ética pode ocasionar danos empresariais das mais variadas formas. Pode se iniciar com a perda de credibilidade e culminar com a perda financeira que é um passo fatal para os negócios que as empresas operam, desde que a opinião pública assim se manifeste.

- O “*aumento de vendas decorrente da melhoria da imagem*”.

A imagem de muitas empresas está vinculada aos produtos e serviços que oferecem. Sua integridade é um patrimônio que levou tempo para ser formado, resguardá-la deve ser uma questão de responsabilidade social e de procedimentos éticos com vistas à manutenção de sua continuidade.

Posturas antiéticas têm levado empresas a perderem a credibilidade do mercado. A Parmalat, empresa de boa reputação, com ações recomendadas à clientela pelos bancos investidores, ao supervalorizar seus bens de forma a obter maiores lucros, provocou um dos maiores escândalos na Europa. A postura antiética trouxe descréditos e perdas inevitáveis aos investidores, fornecedores e consumidores.

Da mesma forma, o comportamento ético pode contribuir para obtenção de excelência empresarial como é o caso da marca União que se diferencia dos concorrentes fixando na embalagem dos produtos sua prática de ações sociais.

O termo ética, por ter caráter subjetivo, induz a várias abordagens. Visto no contexto de negócios, é definido por Nash (1993, p.6), como:

O estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas de um estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema.

Pode, portanto, representar conduta do indivíduo se vista de forma generalizada, ou ter um caráter normativo e prescritivo válido para uma conduta em sociedade, se visto dentro do aspecto filosófico.

Grayson e Hodges (2002, p.63) comentam sobre ética, chamando-a de revolução de valores e afirmam que:

No passado, os governos democráticos e as grandes empresas ganharam respeito e eram tidas como guias da sociedade. Mais recentemente eles perderam o brilho.

A confiança no governo, no processo político e nas empresas diminuiu. Escândalos, corrupção e uma aparente falta de responsabilidade levaram muita gente a questionar a autoridade concedida a organizações há muito vistas como Sistema.

A responsabilidade social no contexto da ética repousa na transparência de procedimentos relacionados com ações praticadas de forma correta já que esta é a conduta esperada pela sociedade. A postura de uma empresa cidadã que baseia seus compromissos em princípios éticos e morais, voltados ao benefício da cidadania e desenvolvimento da comunidade, ganha o respeito da sociedade e transforma a ação em estratégia de *marketing*.

Alguns bancos, como os utilizados no estudo de caso, implantaram Código de Ética na condução de seus negócios.

CAPÍTULO 3 - AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS

3.1 Evolução Histórica

Os elementos para elaboração deste tópico foram obtidos no Banco Central do Brasil, via *online*, em 2002, e por meio de pesquisas realizadas em dissertações que abordaram as instituições financeiras, identificadas na bibliografia deste trabalho.

A evolução histórica dos bancos no Brasil destaca a origem e contempla as fases mais importantes de sua existência. A abordagem é necessária por buscar uma forma de evidenciar ações consideradas como de responsabilidade social que venha a ser utilizada pelos bancos.

Conhecer sua evolução reforça o entendimento de que, por meio das instituições financeiras, ações sociais são praticadas ratificando a sua importância no desenvolvimento da sociedade.

A origem do sistema financeiro nacional, conforme dados produzidos pelo Banco Central do Brasil, data de 1808, quando D. João VI, por meio de alvará, criou o Banco do Brasil, que se tornou o primeiro banco no país e que acumulou, a partir de 1809, além das funções de captação de depósitos, descontos e emissão, também o privilégio de vender os produtos comercializados pela Coroa.

Este banco desapareceu quando do retorno da família real a Portugal juntamente com o dinheiro dos correntistas, ressurgindo em 1851, data oficial de sua fundação, com atividade básica voltada para captação de depósitos e pequenos empréstimos.

O sistema financeiro brasileiro divergiu das demais nações quanto a sua formatação, haja vista que, no Brasil, a implantação do banco central foi bastante demorada, tendo sido proposta em 1918. O compromisso de criação só foi feito dois anos depois, na Convenção de Bruxelas, pelo presidente Epiácio Pessoa, mas este compromisso não veio a se concretizar.

Outras instituições foram surgindo, fazendo-se necessária uma fiscalização que foi exercida, a partir de 1921, pela Inspeção Geral de Bancos, subordinada ao Ministério da Fazenda.

O primeiro anteprojeto sobre a reestruturação do sistema bancário surgiu em 1947, com edição de lei dispondo que seriam criados vários bancos especializados, todos subordinados ao Banco Central do Brasil. Mesmo assim, não surgiu o banco central, embora proliferassem bancos comerciais, tornando o controle das operações mais problemático.

O Brasil, por volta dos anos 60, passou por períodos conturbados sem um órgão centralizador de decisões e de normalizações que organizassem o sistema financeiro.

Os bancos viram-se impedidos de assumir a demanda de financiamentos decorrente do progresso de grupos industriais. Assim sendo, foi encaminhada ao Congresso Nacional, em 22 de março de 1963, a mensagem nº 52, do então Presidente da República João Belchior Marques Goulart, sobre o anteprojeto de Lei da Reforma Bancária, embrião da Lei 4.595.

Em 31 de dezembro de 1964, o projeto foi sancionado com veto parcial do Presidente da República, sob a denominação de Lei nº 4.595, reconhecida como a Lei da Reforma Bancária, destacando-se as seguintes criações:

1. Conselho Monetário Nacional – CMN;
2. Banco Central do Brasil;
3. Bancos comerciais, mais confinados às operações de curto prazo, suprindo o setor produtivo com capital de giro;
4. Bancos de investimentos, voltados para aplicações de longo prazo;
5. Sociedade de Crédito Imobiliário;
6. Associação de Poupança e Empréstimos.

Serralvo (1998, p. 81) afirma que:

Segundo a Lei 4595 de 31 de dezembro 1964, consideram-se instituições financeiras as pessoas físicas ou jurídicas, cuja atividade principal ou acessória se constitui na coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Trata-se, portanto, de uma ampla rede de entidades, com variada constituição jurídica, que regulamentam, fiscalizam ou suprem de capital o organismo econômico do país.

Em 1965 surgiu a Lei da Reforma de Capitais que, juntamente com a Lei da Reforma Bancária, direcionou o rumo dos bancos, cujo segmento centrou-se em capital de giro e outras operações de curto prazo, diferentemente, mais uma vez, dos bancos europeus que atuavam em todas as modalidades financeiras.

O Sistema Financeiro Nacional vigente é assim caracterizado:

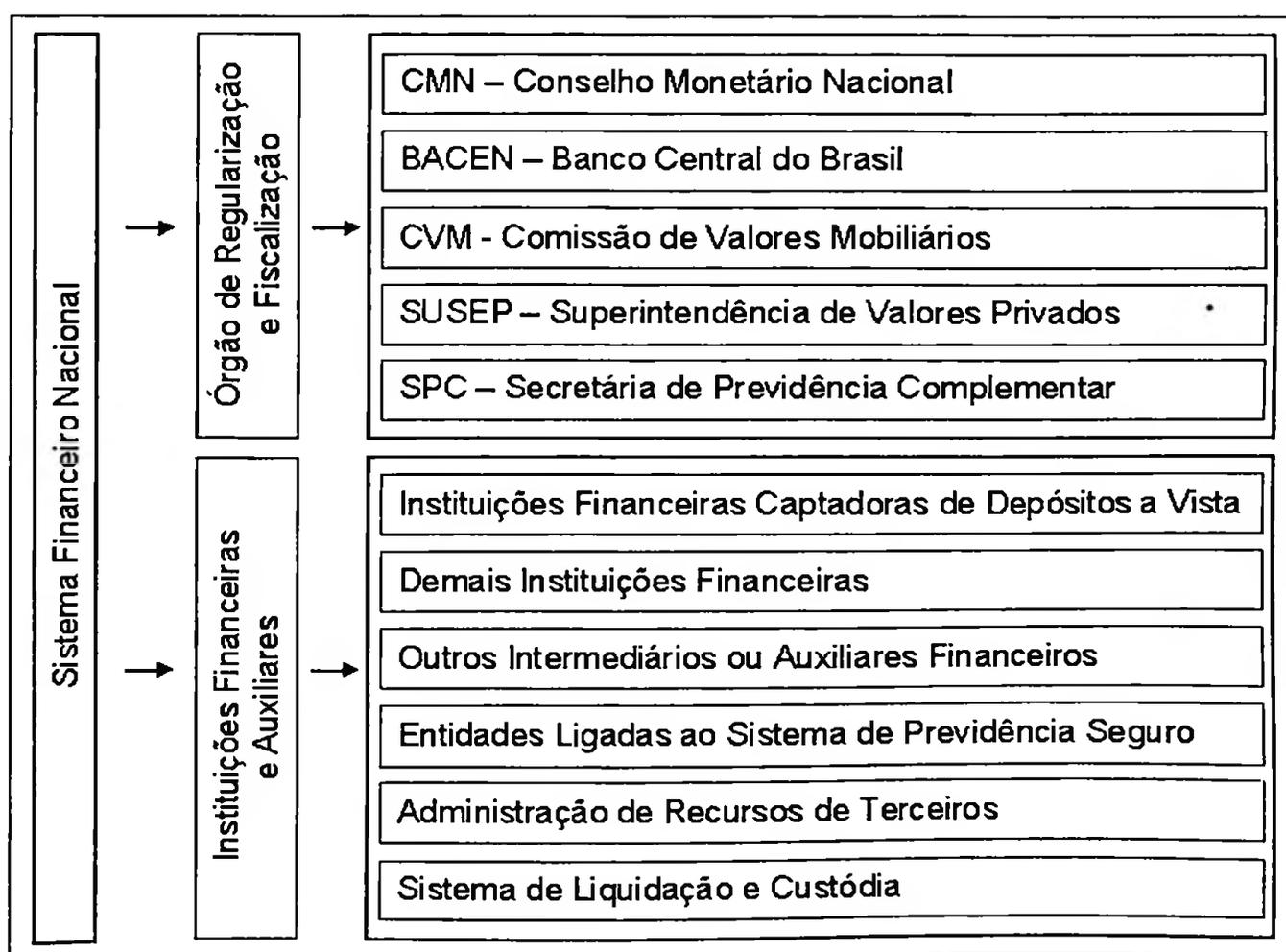


Figura 3 – Sistema Financeiro do Brasil

Fonte: Adaptado de Pereira (2000, p.59)

O sistema financeiro é composto, portanto, de um conjunto de entidades que possibilitam a transferência de recursos dos poupadores para os tomadores intermediando financeiramente os negócios entre eles, exercendo um papel de expressiva responsabilidade social ao agregar vários segmentos da sociedade.

O sistema financeiro nacional é predominantemente bancário, regulado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil que acompanha, como parte de suas atribuições, a evolução do sistema.

No relato produzido pelo Bacen sobre a evolução do Sistema Financeiro Nacional, consta que

O quadro inflacionário, presente na economia brasileira desde a década de 60, foi extremamente favorável ao sistema bancário, que se adaptou bem a ele em seu processo de desenvolvimento. Elevadas taxas de inflação contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na economia nacional [...] (BACEN on line, 2003).

Ainda segundo o Bacen, o sistema financeiro brasileiro, desenhado em 1964, mudou de enfoque a partir da Resolução Bacen 1524, de 21 de setembro de 1988. Saiu de um sistema formado por instituições especializadas, condicionadas pela regulamentação a praticarem uma faixa restrita de operações, e passou para um sistema constituído pelas chamadas “instituições universais”.

Neste sistema, as instituições, mesmo diferenciadas entre si na organização funcional e administrativa, na condução dos negócios e na escala de operações, apresentaram em comum poderem oferecer todos os serviços financeiros, tais como captar, intermediar e aplicar recursos.

Nasceu, nessa fase, a figura do Banco Múltiplo que, ao mesmo tempo, poderia atuar como banco de investimento e financiamento, surgindo assim corretoras, distribuidoras, financeiras e grandes grupos empresariais que criaram seus próprios bancos, como foi o caso do Banco Fiat (vendido em 2003 ao Banco Itaú) e GM, caracterizando-se a evolução do capital externo.

Por meio do processo de privatização, a Resolução 1524/88 reduziu o número de bancos públicos, em face da política de redução da presença do setor público na atividade financeira.

O Plano de Estabilização Econômica, o Plano Real como ficou conhecido, implantado no segundo semestre de 1994, tornou a mudar o cenário bancário brasileiro, não apenas pela mudança da moeda nacional e finalização do processo inflacionário, mas também contribuiu para a redução de empresas atuantes no sistema, mediante intervenção/liquidações, extinções/cancelamento, incorporações, transformações em outros tipos de instituições financeiras.

Com o fim da inflação deixou de existir o ganho financeiro (*floating*) representativo da remuneração do mercado interbancário de valores em trânsito que representava uma das maiores fontes de renda.

A redução dos níveis inflacionários e a maior abertura econômica evidenciaram uma ineficiência bancária também afetada pela ineficiência de outros segmentos, motivadas pela incapacidade de honrar empréstimos concedidos.

A revitalização do sistema bancário monitorado pelo Bacen (*online*, 2003) se fazia necessária, tendo os bancos privados demonstrado maior adaptação às novas condições econômicas por meio de avanços tecnológicos e processo de modernização na produção de serviços ofertados à clientela.

Uma crise de desconfiança foi desencadeada no setor bancário em 1994, não apenas em relação aos bancos de pequeno porte, mas em instituições de grande porte, culminando com a intervenção no Banco do Estado de São Paulo - Banespa e a quebra do Banco Econômico e do Banco Nacional.

Fatos como estes não devem alterar a missão deste segmento, em face a sua importância para a sociedade, conforme afirma Pereira (2000, p.50):

Os governos normalmente realizam os diversos programas de financiamento com o objetivo de fomentar a atividade econômica, tais como: programas habitacionais, crédito rural, financiamentos de longo prazo para aquisição de máquinas e equipamentos. Dessa forma, as instituições financeiras constituem um segmento diferenciado do sistema financeiro de qualquer país, funcionando como um importante instrumento para o desenvolvimento econômico.

Dentre os agentes econômicos que fomentam a política governamental e participam da atividade econômica nacional estão os bancos, considerados como “[...] empresas que possuem capitais próprios e de terceiros (depósitos) e empregam

esses recursos em diversas espécies de operações peculiares ao comércio do dinheiro, com o objetivo de obter lucro.” (COLLI e FONTANA, 1990, p.15).

Martins (1997, p.2) comenta que a “[...] grande utilidade social e econômica dos bancos está no seu papel de intermediar entre quem produz renda e quem fica com parte da renda que é o poupador [...]”.

As citações caracterizam que o segmento bancário relaciona-se com entidades que integram os mercados de recursos e produtos financeiros, intermediando o crédito, podendo ser esquematizado da forma a seguir.

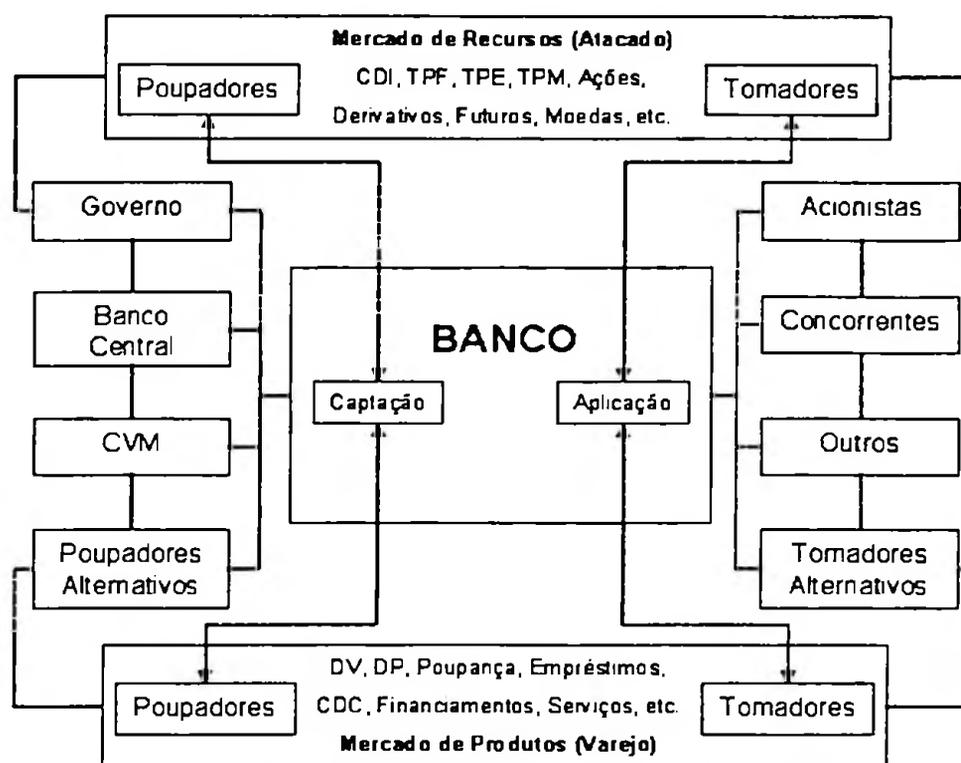


Figura 4 – O Segmento Bancário

Fonte: Adaptado de Pereira (2000)

O Mercado de Recursos caracteriza-se pela existência de alternativas e restrições de negócios que envolvem o Mercado Intermediário, Mercado de Títulos Públicos, Redesconto do Banco Central e Depósitos Compulsórios.

O Mercado de Produtos é o local onde os bancos compram e vendem dinheiro e prestam serviços financeiros.

As atividades ligadas aos bancos têm regulamentações, restrições e principalmente inspeções cujas transformações se processam em decorrência da

globalização que trouxe à sociedade benefícios como melhoria na qualidade dos serviços a ela prestados.

3.2 A Responsabilidade Social dos Bancos

As transformações no mundo moderno impulsionadas pela globalização conduzem as empresas a se tornarem agentes sociais no processo de mudança e desenvolvimento.

Essas mudanças conjunturais contribuíram para a redução de ações sociais praticadas pelo Estado e aumento de responsabilidade social imposta às empresas, que passaram a vincular ações sociais a questões econômico-financeiras formando uma parceria estratégica.

Ashley et al. (2002, p.6), ao falarem de responsabilidade social das empresas, compartilham do conceito abrangente quando a consideram:

Como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Este compromisso é assumido pelo setor financeiro cuja prática de ações responsáveis pode ter início na instalação de agências e postos de atendimento em localidades de difícil acesso e pouco assistidas por bancos.

A permanência nessas localidades economicamente deficitárias, gerando empregos e impostos, concedendo financiamentos ao desenvolvimento dos parques negócios regionais onde estão instaladas, atuando como partícipes de ações que possibilitem melhoria de vida da comunidade é, sem dúvida, uma ação de responsabilidade social sustentável.

Em *Bancos adotam princípios de responsabilidade social*, artigo publicado no jornal *O Valor Econômico*, de 5 de junho de 2003, comenta-se o fato de que dez dos maiores bancos no financiamento internacional de projetos adotaram, em 04 de junho de 2003, critérios mínimos ambientais e de responsabilidade social que deverão ser atendidos para a concessão de créditos.

O conjunto de regras, chamado de “Princípios do Equador”, foi baseado em critérios desenvolvidos pela *International Finance Corporation (IFC)* ligada ao Banco Mundial para a concessão de créditos.

Dentre os critérios citam-se: o impacto ambiental sobre a flora e fauna; a exigência em compensação em dinheiro às populações afetadas por um projeto; a proteção a comunidades indígenas e proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo.

As regras serão aplicadas para todos os financiamentos de projetos acima de US\$ 50 milhões, que serão classificados em relação ao risco ambiental e social.

Os dez bancos que adotaram os princípios foram: ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestL.B e Westpac. Destes, o Citigroup comprometeu-se a publicar, no relatório anual, o número de projetos financiados e sua classificação ambiental.

Há algum tempo se discute responsabilidade social nos critérios surgidos com o Princípio do Equador. Na *LX Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil*, em 2000, Carvalho e Ribeiro (2000, p.1) apresentaram um trabalho que abordou “A Posição das Instituições Financeiras frente ao Problema das Agressões Ecológicas”, afirmando que:

As instituições financeiras têm acrescentado no rol das exigências para análise de concessão de créditos dois novos documentos para aumentar as garantias de continuidade de seus clientes e, portanto, melhorar as condições de estes honrarem seus compromissos bancários; o EIA – Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

Os EIAs visam a identificar os tipos de impactos ambientais provocados pelas atividades de uma empresa, suas conseqüências e meios preventivos existentes. Os Rimas são relatórios de acompanhamento que descrevem o tratamento aplicado e atingido.

Dotar o critério de concessão de créditos com mecanismo de segurança contra possíveis impactos sobre o patrimônio das empresas, ocasionados, por exemplo, por passivos ambientais, perda de potencialidades dos ativos afetados por meio ambiente poluído, passou a ser uma preocupação dos bancos dentro de um contexto social responsável.

As estratégias e políticas adotadas pelo sistema financeiro são consideradas relevantes no Brasil. Com todo o crescimento que os bancos passaram a ostentar, como os empregados e a comunidade dele se beneficiam?

O benefício é observado por meio da geração de emprego e renda.

Quais reflexões poderiam ser feitas quanto à sua atuação no contexto social?

A reflexão leva ao fato de que, quando os bancos geram empregos, reduzem em parte os problemas que deterioram a estrutura social.

Cardoso (2001, p.94) comenta que:

É cada vez maior o envolvimento do setor bancário com investimentos e programas sociais, seja pela necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas, diminuir os custos e as desigualdades sociais gerados pelas suas atividades de intermediação financeira, seja para aumentar seu poder político, econômico e estendê-lo para a área social, ou ainda, para qualificação da mão-de-obra [...] ou mesmo para manter uma imagem de preocupação e envolvimento com a questão da desigualdade social que assola nosso país.

À medida que novas ações sociais ou ambientais vão sendo implantadas por este setor, surge a necessidade de torná-las públicas, por meios de comunicação, dentre os quais o balanço social.

3.3 O Balanço Social dos Bancos

Com muita propriedade a Federação Brasileira de Bancos posiciona-se quanto à evidenciação de ações sociais, afirmando que:

A Febraban e os bancos, cientes da importância de um sistema financeiro ético, saudável e eficaz ao crescimento econômico do Brasil e a melhoria das condições de vida de seu povo, empenhados em programas de caráter social, acumulam experiências na execução de programas sociais dos mais diversos, primam pela continuidade e pelo cuidado com que são mantidos e, sobretudo, acompanhados pelas patrocinadoras.

Comenta ainda que o setor tem investido tempo, talento e recursos para o desenvolvimento de projetos que buscam soluções para superar desigualdades sociais, aprofundando sua atuação em programas do Terceiro Setor, apoiando entidades sem fins lucrativos que trabalham para melhorar a qualidade de vida da população, áreas de saúde, educação, cultura e proteção ao meio ambiente.

Esta atuação tem levado alguns bancos a investirem pesados recursos na propagação de sua imagem em ações dessa natureza, cada um buscando uma forma diferente de se projetar no mercado, tentando amenizar inclusive as críticas que lhes são proferidas pelas altas taxas de juros e caras cobranças de serviços.

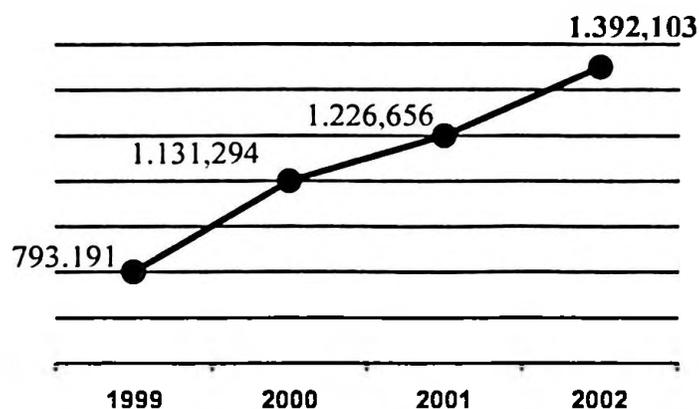
Esquecem, no entanto de melhor informar o quanto dessa prática é realizada por obrigações compulsórias e voluntárias.

Prado, em *Bancos contra atacam para salvar imagem* (Folha de São Paulo, 13 de julho de 2003, Caderno Dinheiro, B6), escreve sobre a imagem dos bancos perante a sociedade dizendo que, ao serem criticados pelo governo e pela opinião pública pelos juros praticados no país, os bancos procuram reforçar, por meio da publicidade, a divulgação de seus programas sociais, lançando campanhas publicitárias agressivas como forma de salvar imagem em momento estratégico.

Os gastos atuais com publicidade, independentemente da finalidade a que se referem, são altos se comparados às demais despesas operacionais. Uma pesquisa publicada na Folha de São Paulo, de 13 de julho de 2003, da qual fazem parte bancos do estudo de caso, mostra graficamente esta afirmativa.

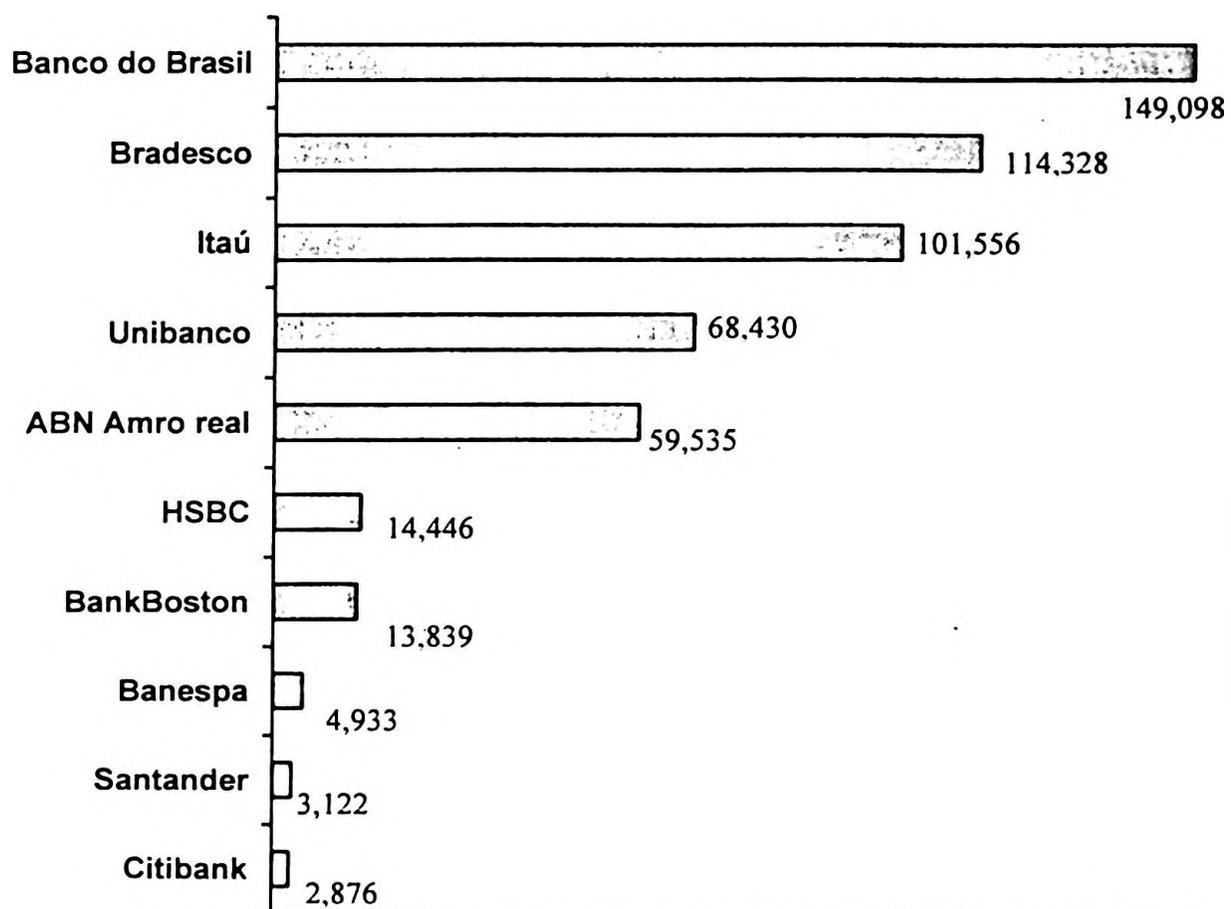
BANCOS INVESTEM PESADO EM IMAGEM

Gastos com Publicidade em R\$ milhões*



75,5%
foi quanto cresceram os gastos com publicidade do setor entre 1999 e 2002. O setor é o quarto na lista dos segmentos com maiores investimentos em publicidade.

Investimento dos principais bancos em 2002.



*Os dados se referem ao setor bancário e de seguros.

Figura 5 – Bancos investem pesado na imagem
Fonte: Ibope Monitor (apud Folha de São Paulo de 13/07/2003)

Os bancos representam um segmento da sociedade no qual prevalecem investimentos sociais por meio de fundações que desenvolvem projetos em várias áreas, muitos realizados em forma de parcerias.

A Febraban (2003, *online*) fez um relatório resumindo a atuação social, em 2001, de seus associados para conhecimento das principais práticas adotadas por alguns bancos, em benefício à qualidade de vida da população.

O Banco da Amazônia S.A. tem sua atuação voltada para a comunidade, caracterizando o compromisso social com patrocínio de eventos variados centrados na saúde, educação, cultura e esporte. Com relação ao meio ambiente atua como parceiro em programas como o de preservação dos rios amazônicos, apoiando também o trabalho voluntário.

O Banco do Brasil S.A., por intermédio de sua Fundação, desenvolve programas comunitários como o AABB Comunidade; Geração de Emprego e Renda; o Projeto Criança e Vida, cuja parceria com a Fundação Orsa e o Ministério da Saúde, apóia, promove e incentiva ações em prol do atendimento a crianças portadoras de câncer.

O BB Educar, programa de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvido por empregados em parceria com voluntários da comunidade, fortalece a interação com a população. Lidera em termos de investimentos na área da cultura e do esporte.

O Banco Bradesco S.A., por intermédio de Fundação, centraliza suas ações na educação de crianças, jovens e adultos por meio de teleducação e educação profissional básica e técnica, garantindo inclusive a assistência médico-odontológica, respeitando sempre as peculiaridades de cada região em que atua, apoiando, na área de educação, o Canal Futura.

Participa, dentre outros programas, do Comunidade Solidária, contribuindo ainda com projetos de preservação do patrimônio público.

O Banco Real/ABN Amro consolida suas ações em atividades comunitárias, como a restauração de centros históricos e donativos assistenciais a hospitais e escolas. Atua em projetos de parcerias com outras instituições financeiras

internacionais, tendo lançado, em maio de 2000, o Banco na Escola. Patrocina eventos culturais e, no esporte, prestigia a velocidade.

O BankBoston, por intermédio de sua Fundação, focaliza a educação de crianças e adolescentes. O Banco na Escola é uma associação da Fundação BankBoston com oito das principais instituições financeiras internacionais que atuam no Brasil, e mobiliza empregados voluntários para atuarem junto aos conselhos escolares e demais componentes da comunidade escolar, com vistas à melhor forma de gerir as verbas públicas escolares. Atua também em ações culturais.

O Banco Itaú S.A., por meio do Itaú Social, consolida projetos sociais bem sucedidos nas áreas de educação e saúde de forma própria ou em parceria com entidades especializadas na implantação de projetos e com entidades comunitárias.

O Instituto Itaú Cultura, criado em 1987, divulga arte e cultura brasileira em suas diferentes formas de expressão. No que se refere ao esporte, prefere apoiar competições regionais. Apóia também o trabalho voluntário.

A atuação social da Caixa Econômica Federal se faz por intermédio do Movimento Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal, trabalho voluntário dos empregados da instituição, que conta com convênio firmado com a própria Caixa e outros órgãos, cujas ações estão voltadas à assistência social da comunidade.

Considerada grande incentivadora da arte, a CEF dispõe de espaços culturais próprios em algumas cidades brasileiras. Administra o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e no esporte centraliza o patrocínio no basquete. Firmou convênio para desenvolver projetos de recuperação do meio ambiente.

O Banco Safra S.A. apóia as atividades da Fundação Getúlio Vargas, da Associação de Amparo à Criança Defeituosa- AACD e do Hospital do Câncer da Fundação Antonio Prudente. Apóia também a cultura.

O HSBC - Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo apóia e patrocina a educação de crianças e adolescentes garantindo conhecimento e oportunidades profissionais futuras. Na área de saúde participa assistindo crianças portadoras de doenças renais crônicas ou soropositivos.

Por meio do projeto “Natal no Palácio Avenida” desenvolveu atividades tais como auxílio alimentação, educação musical e acompanhamento escolar. A preservação do meio ambiente, conforme palavras de seu Presidente Geoghegan, “[...] visa à convivência pacífica entre o homem e a natureza.”

O União de Bancos Brasileiros S.A. estabelece vínculo com a comunidade, voltando suas ações para o meio ambiente, saúde e educação. Por meio do Instituto Moreira Salles concebe e executa projetos nos centros culturais que mantém no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Poço de Caldas.

A Nossa Caixa apóia ações sociais regionais, atuando na cultura via TV Cultura. Sua principal contribuição social foi feita ao Fundo Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente -Fedca.

O Banco do Estado de São Paulo incentiva ações sociais regionais. Na área da cultura, incentiva o cinema e teatro e, no esporte, investe em equipes de vôlei e futsal.

O Citybank e o BBV Banco voltam-se para a saúde e educação, tendo o Citybank, em termos de cultura, dado apoio a óperas.

A amostra deixa evidente estarem os bancos atuando nas mesmas áreas sociais, sendo que uns com mais e outros com menos investimentos.

Na divulgação à sociedade, cada um adota a logística que melhor propague sua imagem participando de problemas e anseios das comunidades onde se fazem presentes.

Quadro 2 - Relatório Febraban - Ações sociais externas praticadas por alguns bancos em 2001

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PRATICADAS PELOS BANCOS									
BANCOS PÚBLICOS	Saúde	Educação	Esporte	Cultura	M.ambiente	Comunidade	Voluntário		
BANCO DO BRASIL	X	X	X	X		X	X		
CAIXA ECONÔMICA	X	X	X	X	X	X	X		
BASA	X	X	X	X	X	X	X		
NOSSA CAIXA		X		X		X			
BANCOS PRIVADOS	Saúde	Educação	Esporte	Cultura	M.ambiente	Comunidade	Voluntário		
BRADESCO	X	X		X		X			
REAL/ABN AMRO	X	X	X	X		X			
ITAÚ	X	X	X	X		X	X		
BANKBOSTON		X		X		X	X		
SAFRA	X			X					
HSBC	X	X		X	X	X			
UNIBANCO	X	X		X	X	X	X		
BANESPA			X	X					
CITYBANK	X	X		X					
BBV BANCO	X	X							

Fonte: Elaborado pela autora (Pesquisa 2003).

3.3.1 Análise do Quadro 2 - Relatório Febraban

A análise a ser discorrida não será voltada a valores investidos no âmbito social, até porque tais informações não constam do quadro em exame. A abordagem é direcionada às áreas de investimentos que vêm merecendo maior atenção por parte dos bancos.

Como se percebe, a cultura foi a área na qual todos os bancos direta ou indiretamente, atuaram por meio de projetos e/ou programas sociais. A educação e a saúde vêm em seguida, contrariando o entendimento de que seriam estas as de maior preocupação social, só confirmada mediante análise dos valores investidos, o que não é o enfoque.

Em se tratando de bancos públicos, somente o Banco do Brasil não evidenciou investimentos com o meio ambiente neste exercício. Os demais atuaram em todas áreas sociais identificadas pela Febraban.

No que se refere aos bancos privados, a preservação ambiental ainda não despertou amplo interesse, sendo restrito a 4 bancos. O Unibanco e o Itaú vêm contribuindo em seis das sete áreas escolhidas para investimentos sociais.

O Bradesco, considerado o maior banco do país em termos de patrimônio líquido, não evidenciou, de acordo com o relatório da Febraban, investimentos direcionados ao esporte, ao meio ambiente, e trabalhos voluntários, contrariando suas potencialidades econômico-financeiras que lhe permitem uma ampla participação social.

Programas e projetos comunitários fazem parte da atuação de 10 bancos da amostra, evidenciando aplicações direcionadas à comunidade que fizeram com que se tornassem solidários aos problemas sociais da localidade onde estão inseridos.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO

4.1 Coleta de Dados

Com o objetivo de obter maiores informações sobre a atuação dos bancos no âmbito social, segmento pesquisado no estudo, dados foram coletados por meio de fontes primárias e secundárias.

A bibliografia usada permitiu constatar que o estudo utilizaria enfoque exploratório e descritivo na busca de identificar a multiplicidade de acontecimentos orientadores do trabalho.

Tais enfoques moldam a técnica de pesquisa julgada apropriada - o estudo de caso -, que possibilitará o entendimento de fatos contemporâneos referentes à atuação social dos bancos.

Yin (2001, p.21) afirma que:

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Ainda segundo o autor (2001, p.29), a pesquisa de estudo de caso inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos.

Um estudo de caso múltiplo (quatro casos) será utilizado e considerado suficiente ao propósito específico desta investigação, por reunir bancos com atuações sociais semelhantes, caracterizando a lógica da replicação literal, segundo Yin (2001, p. 69).

Ao reunir valores, projetos e ações sociais realizados pelos bancos, buscou-se compreender seus próprios termos, moldando as terminologias em uma estrutura que caracterizasse as ações de responsabilidade social dentro do contexto real de um estudo de caso.

Yin (2001, p.105) comenta que a coleta de dados para os estudos de caso pode ter como base muitas fontes de evidências, dentre os quais entrevistas e documentos representados por meio de recortes de jornais e outros artigos publicados na mídia.

Tais fontes de evidências foram utilizadas como parte da revisão bibliográfica que contou ainda com livros e pesquisas realizadas, buscando maior interação ao tema, reforçando o entendimento de que uma maior transparência na forma como são praticadas as ações sociais divulgadas pelos bancos poderá ser bem aceita pela sociedade.

A estratégia operacional teve início com visitas a um banco da região norte do país, onde uma possível linha de pesquisa seria adotada. A falta de informações sociais padronizadas e publicadas, redirecionou a investigação, tornando-a mais abrangente.

Fica claro que não é a forma de divulgar que tira a importância da informação. Porém, dados publicados de maneira esparsa e não consolidados, dificultam acompanhar a postura social que vem sendo praticada ao longo do tempo.

Assim sendo, o trabalho passou a ser dirigido a 10 bancos que consolidam dados sociais no modelo do Ibase e, por serem de conhecimento público, não houve necessidade de pedir permissão para uso desses informes.

Posteriormente, ficou limitado a quatro bancos, Basa, BB, Banco Itaú e Unibanco, conforme exposto na página 10, de atuação operacional diferenciada e potencialidade econômico-financeira equivalentes, cujos balanços sociais foram coletados de fontes primárias, caracterizando um estudo de caso.

Em se tratando do Banco da Amazônia S.A, os dados foram obtidos em sua matriz na cidade de Belém; o do Unibanco S.A. - conseguido em uma de suas agências, também na cidade de Belém. Os dados do Banco Itaú S.A., solicitados por telefone à Fundação Itaú Social e à sua matriz, foram recebidos por meio dos Correios; e os do Banco do Brasil S.A., via Internet.

O horizonte temporal da pesquisa concentrou-se nos exercícios de 2000 e 2001. O exercício de 2002 foi excluído pelo fato de as demonstrações sociais não terem sido publicadas até a época da análise dos dados.

O referencial teórico deu sustentação à pesquisa de campo voltada aos bancos. O desenvolvimento da teoria envolveu as questões que deverão mostrar “como” este segmento atua socialmente, a razão pela qual as ações são praticadas e quanto foi destinado em termos de investimentos.

De acordo com Yin (2001, p.19-26), “[...] os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’[...] quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Adentrar na realidade social contemporânea por meio de análise dos dados divulgados por esses bancos permitirá:

- visualizar as vantagens e desvantagens dos modelos utilizados “como” forma de evidenciação de ações sociais; e
- analisar “como” os números podem melhor retratar a veracidade prática do que se propaga na mídia sobre responsabilidade social.

Trata-se, portanto, de um processo de comunicação que reconhece as informações adequadas a cada *stakeholder*, evidenciadas em documentos como Balanço Patrimonial, Balanço Social, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração de Valor Adicionado, dentre outros.

4.2 Tratamento dos Dados

Os dados foram transcritos dos documentos elaborados e divulgados pelos bancos, o que permitirá conhecer convergências e divergências de suas práticas sociais, que contribuirão para a contextualização da estrutura proposta.

A análise reportar-se-á quanto à estratégia social seguida, utilizando parâmetros e informações dispostas nos relatórios, tais como as receitas líquida, a de

intermediação financeira, a de prestação de serviços, o lucro retido, o número de empregados e o valor adicionado bruto, entrelaçando os aspectos sociais e econômicos como forma de constatação teórica e prática do estudo.

Tachizawa (2002, p.258) afirma que:

No setor de serviços financeiros, as organizações, normalmente, têm possibilidade de implementar estratégias de gestão de pessoas com ênfase em salários e benefícios, bem como contemplar de forma privilegiada as relações trabalhistas em sua esfera de atuação.

O comentário ratifica o entendimento de que os bancos, ao instalarem suas agências em localidades de alta concentração demográfica, têm a possibilidade de implementar estratégias de gestão de pessoas com ênfase em salários e benefícios gerados.

A estratégia de negócios está na forma diferenciada que mantém em relação aos concorrentes quanto aos produtos ofertados, ligados à promoção institucional de sua imagem.

A *Ethical Corporations Magazine*, de acordo com dados obtidos junto ao Ibase (*online*, 2003, tradução livre), afirma que é no setor financeiro onde estão situadas as cem maiores empresas do mundo, entretanto é o segmento que oferece o menor número de relatórios sociais. Mesmo assim não se pode ignorar o impacto que exercem no ambiente e na sociedade.

Visualizar a forma como são feitos os investimentos, contemplando valores individuais e em conjunto direcionados aos diversos segmentos da comunidade, e o resultado obtido dessa prática, contribuiu para o estudo dos bancos, a seguir detalhado.

4.3 Análise do Estudo de Caso

Os modelos de balanço social utilizados pelos bancos seguem em grande parte os propostos pelo Ibase, pelo Instituto Ethos, e a Fipecafi no que se refere à demonstração do valor adicionado.

As informações inseridas nesses modelos referem-se a dados que comparam dois exercícios sociais - 2000 e 2001 - que serviram de base para o estudo de caso.

A estrutura contempla informações que se reportam a Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional, e Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial.

A Base de Cálculo representa os dados a serem utilizados no processo de análise que tem como parâmetros a Receita Líquida, o Resultado Operacional e a Folha de Pagamento Bruta, cujos valores serão relacionados aos investimentos efetuados.

As aplicações feitas em benefício do corpo funcional fazem parte das ações agrupadas como Indicadores Sociais Internos e envolvem saúde, alimentação, treinamento dentre outros. As voltadas para a comunidade passam a ser identificadas no conjunto das ações que integram os Indicadores Sociais Externos direcionadas a saúde, esporte e lazer, educação etc.

A preservação ao meio ambiente está identificada no grupo de Indicadores Ambientais, envolvendo programas e/ou projetos que podem ou não estar relacionados com as operações dos bancos.

As informações que retratam procedimentos ligados à administração de recursos humanos estarão segregadas nas Informações do Corpo Funcional e Informações Relevantes quanto ao Exercício de Cidadania Empresarial.

A estrutura da DVA identifica o valor agregado do período e a distribuição entre aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua formação.

Lisboa & Ribeiro (1999, p. 12) comentam que a “[...] *a análise da demonstração do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados*”, podendo ser vista como um medidor de eficácia da gestão empresarial.

A análise individual, e posteriormente em conjunto, a ser realizada centraliza o estudo nos exercícios sociais de 2000 e 2001 e tem como propósito examinar nomenclatura e forma de estruturação que venham subsidiar a elaboração de um documento que possa melhor servir à sociedade como instrumento de avaliação e acompanhamento de práticas sociais.

O exame dos números busca entrelaçar parâmetros econômicos e sociais que possam vir a ser inseridos na estrutura proposta com o intuito de propiciar uma compacta visualização gráfica, facilitadora de uma análise comparativa de desempenho social a ser utilizada por qualquer usuário interessado nessa informação.

Os resultados numéricos evidenciados na análise a seguir terão os seguintes significados:

- Os valores médios, quando citados no relatório, foram encontrados por meio da soma dos dados dos períodos de 2000 e 2001 divididos por dois.
- A proporcionalidade das admissões retratará a relação entre as contratações efetuadas no exercício analisado e a média do número de empregados existentes.
- As demissões refletirão o contingente do ano anterior acrescido das contratações do exercício atual, deduzido do número de empregados declarados no período em análise. O resultado encontrado será relacionado à média do número de empregados existentes.
- Os percentuais de empregados com idade superior a 45 anos, de mulheres que trabalham na empresa e de portadores de deficiência foram encontrados pela média dos anos relacionados à média de empregados ativos.
- O cálculo sobre acidentes de trabalho, em virtude dos dados disponíveis, será feito com base no dado do período.

- Os investimentos efetuados na sociedade foram considerados pela soma dos indicadores sociais externos e ambientais, por se entender que a preocupação ambiental especificada caracteriza programas e projetos externos.
- A contribuição dos empregados para a formação do resultado retido e a geração do valor adicionado, será encontrada pela divisão desses valores com o número médio de empregados.

As demonstrações sociais do estudo de caso múltiplo foram transcritas seguindo estrutura e terminologia adotada pelos bancos. Com vistas a melhor identificação, foi acrescentado à titulação do documento o nome da instituição.

4.3.1 Caso Banco da Amazônia S. A.

a) Histórico Social

O Basa, organizado como sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, é o gestor financeiro regional das políticas do Governo Federal, tendo sua sede estabelecida na cidade de Belém do Pará.

Empresa de controle acionário estatal, foi classificada na pesquisa da Revista Exame (2003, p. 130-131) entre os 50 maiores bancos do país em termos de patrimônio, e em 7º lugar em termos de preferência dos clientes da grande Belém, na pesquisa realizada pela Universidade da Amazônia (2001, p.12).

É um banco de fomento da região norte, razão de ter como missão, em face da opulência da biodiversidade da Amazônia, a de promover o desenvolvimento integrado da região por meio de recursos de fomento, produtos e serviços à satisfação da sociedade, clientela e acionistas, consubstanciado nos conhecimentos e experiências acumulados em 60 anos de engajamento intenso nos desafios e complexidades do crescimento econômico e social da região.

Em dezembro de 2001, operava no território nacional com 82 agências, 15 pontos de serviços e 177 caixas eletrônicos, distribuídos no Território Nacional,

principalmente na região Norte, assistindo cerca de 88% dos municípios da Amazônia Legal.

O compromisso social e a atuação comunitária constituem um dos discursos defendidos pelo Basa que, como agente econômico nacional, busca dar retorno ao ambiente social em que vive, investindo no desenvolvimento de atividades importantes para melhoria da qualidade de vida da população, patrocinando a realização de diversos e variados projetos educacionais, culturais e esportivos, além de eventos de cunho mercadológico como cursos, simpósios, feiras de negócios, exposições agropecuárias industriais e outras programações.

Analisar o discurso social com base em dados numéricos expostos em uma nomenclatura que abriga as ações praticadas se faz necessário para a proposta deste trabalho.

A estrutura a seguir contempla a transcrição das informações sociais inseridas no documento intitulado de balanço social que agrega a demonstração de valor adicionado elaborado pelo banco em relatório anual específico e apresentado junto com as demais demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

INDICADORES	Valores em (R\$ mil)					
	2001			2000		
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)		40.530			50.975	
Resultado Operacional (RO)		109.875			75.429	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		204.844			153.814	
2. Indicadores Sociais Internos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Alimentação	6.203	3,03	15,30	6.219	4,04	12,20
Encargos Sociais Compulsórios	48.552	23,70	119,79	46.308	30,11	90,84
Previdência Privada	18.733	9,15	46,22	17.560	11,42	34,45
Saúde	3.855	1,88	9,51	3.175	2,06	6,23
Segurança e Medicina no Trabalho	4.097	2,00	10,11	3.984	2,59	7,82
Educação	841	0,41	2,08	643	0,42	1,26
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	5.534	2,70	13,65	2.973	1,93	5,83
Creches e auxílio-creche	728	0,36	1,80	801	0,52	1,57
Participações nos lucros ou resultados	0	0,00	0,00	3.134	2,04	6,15
Outros	741	0,36	1,83	272	0,18	0,53
Total - Indicadores Sociais Internos	89.284	43,59	220,29	85.069	55,31	166,88
3. Indicadores Sociais Externos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Educação	257	0,13	0,63	466	0,30	0,91
Cultura	350	0,17	0,86	114	0,07	0,22
Esporte	38	0,02	0,09	3	0,00	0,01
Outros	759	0,37	1,87	547	0,36	1,07
Total das Contribuições para a Sociedade	1.404	0,69	3,46	1.130	0,73	2,22
Tributos (excluídos encargos sociais)	102.354	49,97	252,54	30.444	19,80	59,72
Total - Indicadores Sociais Externos	103.758	50,66	256,00	31.574	20,53	61,94
4. Indicadores Ambientais						
Em programas e/ou projetos externos	231	0,11	0,00	35	0,02	0,07
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	231	0,11	0,00	35	0,02	0,07
5. Indicadores do Corpo Funcional		2001			2000	
Nº de empregados ao final do período		2.693			2.555	
Nº de admissões durante o período		257			0	
Nº de empregados terceirizados		755			708	
Nº de empregados acima de 45 anos		1.310			1.152	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.031			1.043	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		41,02			40,60	
Nº de portadores de deficiência.		7			5	
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa		14,2			14,4	
Número total de acidente de trabalho		14			10	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:						
	<input checked="" type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência		<input checked="" type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	
	<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:						
	<input checked="" type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência		<input checked="" type="checkbox"/> pela direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	
	<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados		
A previdência privada contempla:						
	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	
	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados			<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados		
A participação nos lucros ou resultados contempla: (*)						
	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerência	
	<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:						
	<input type="checkbox"/> não são considerados			<input type="checkbox"/> não são considerados		
	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos		<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:						
	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	
	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva			<input type="checkbox"/> organiza e incentiva		
(*) não houve participação nos lucros ou resultados no exercício de 2001						

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Especificação	Exercício 2001		Exercício 2000	
	Valores	%	Valores	%
1. Apuração do Valor Adicionado				
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	58.552	17	39.550	16
Outras Receitas/Despesas	361.018	104	279.135	111
Bens e Serviços Adquiridos de Terceiros	(72.805)	(21)	(68.465)	(27)
Valor adicionado bruto	346.765	100	250.220	100
2. Distribuição do Valor Adicionado				
Recursos Humanos	184.567	53	133.732	53
Salários e Honorários	144.603	42	96.724	39
Encargos Sociais	28.275	8	26.226	10
Benefícios	11.689	3	10.782	4
Governo	113.667	33	55.911	23
Despesas Tributárias	25.219	7	14.509	6
Imposto de Renda e Contribuição Social	68.171	20	21.320	9
INSS sobre Salários	20.277	6	20.082	8
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	-	-	13.310	5
Retenções	48.531	14	47.267	19
Depreciação e Amortização	8.001	2	6.468	3
Lucro Retido	40.530	12	37.665	15
Participações Estatutárias no Lucro	-	-	3.134	1
Valor adicionado bruto	346.765	100	250.220	100

Fonte: Banco da Amazônia S.A

b) Análise Social

O modelo de balanço social utilizado pelo Basa segue em grande parte o proposto pelo Ibase e Fipecafi.

As informações inseridas procuram retratar a preocupação do banco com o bem-estar de seus empregados e a sociedade, por meio de benefícios, dentre outros a geração de emprego, tendo em vista que o desemprego hoje é a principal causa dos problemas sociais.

Empresas que conseguem se manter em continuidade assegurando e gerando novos empregos contribuem para a melhoria na qualidade de vida de uma parte da sociedade, sendo essa atitude considerada socialmente responsável.

Dentro deste contexto está o Basa que tinha, conforme dados inseridos nos indicadores do corpo funcional, um contingente médio, entre os exercícios de 2000 e 2001, de 2.624 empregados, com ingresso de 9,79% e demissão de 4,54%, evidenciando uma geração de emprego da ordem de 5,25%.

Deste contingente, 39,29% eram mulheres, caracterizando a presença do sexo feminino no mercado de trabalho.

A contribuição média desses empregados para o resultado retido em 2001 foi da ordem de R\$ 15 mil, tendo estes mesmos empregados gerado, de valor adicionado bruto, R\$ 132 mil.

O corpo funcional era formado em média por 46,91% empregados com idade acima de 45 anos, caracterizando uma força de trabalho que equilibrava a experiência e novos conhecimentos.

Os portadores de deficiência atuavam no banco a uma proporção média de 0,23% do seu quadro funcional, participação pequena para o que estabelece o Decreto-Lei 3.298 de 20 de dezembro de 1999, o qual determina que empresas com mais de 1000 empregados devem ter em seu quadro 5% de portadores de deficiência.

Os investimentos representados pelos indicadores sociais internos em 2001 destinados à sua força de trabalho foram da ordem de R\$ 89.284 mil, representando 25,75% do total de riqueza gerada, distribuídos da forma a seguir: 54,38% corresponderam a encargos sociais, 20,98% a previdência privada, 6,95% a alimentação, 6,20% a capacitação e desenvolvimento profissional, 4,59% a segurança e medicina no trabalho, 4,32% a saúde e os 2,58% restantes aplicados nos demais benefícios.

Excluindo-se os encargos sociais, as maiores aplicações retrataram os investimentos feitos em previdência privada.

Gastos com alimentação e qualificação de pessoal mostraram a conscientização de dignificar o indivíduo que, satisfeito, tende a desempenhar suas funções com melhor qualidade.

A preocupação da empresa com a sociedade, representada pelos indicadores setoriais externos ao banco, inclusive indicadores ambientais, em 2001, foram em valores absolutos de R\$ 103.989 mil que corresponderam a 29,99% do valor agregado e 2,56% dos lucros retidos. A maior parcela desse valor representou a parceria com o governo (98,43%), por meio dos tributos recolhidos, que retornariam

à sociedade sob a forma de novos recursos para aplicação, em especial, no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

A atuação cultural junto à comunidade se materializa por meio de projetos como o Quinta Cultural que tem por objetivo promover e descobrir valores artísticos da região norte, tendo se estendido a outras regiões do Brasil onde o banco tem agências.

O ingresso às apresentações é trocado por alimentos em benefício de pessoas carentes. A iniciativa foi reconhecida com o Prêmio Top Marketing Social. Os valores investidos na área cultural foram de R\$ 350 mil, correspondendo a 0,32% da receita operacional e 0,10% do valor adicionado bruto.

O cuidado com o meio ambiente tem início em seus programas de financiamentos, ao impor condições de respeito ao meio ambiente na concessão de crédito oficial, conciliando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Os investimentos em programas e/ou projetos externos voltados para o meio ambiente totalizaram, no exercício em análise, R\$ 231 mil que corresponderam a 0,22% do total de recursos externos, 0,57% do lucro retido nominado no balanço social, como receita líquida, e 0,07% do valor adicionado bruto.

O modelo não totalizou os valores aplicados em ações sociais e dificultou a informação tempestiva de quanto foi investido. Cálculos à parte foram feitos tornando possível conhecer que, em 2001, o investimento foi de R\$ 193.273 mil.

Deste total, exceto os tributos recolhidos na ordem de R\$ 102.354 mil, os demais investimentos sociais representaram R\$ 90.919 mil e corresponderam a 26,22% do valor adicionado bruto, evidenciando a parcela da riqueza gerada destinada à sociedade de forma direta.

Do valor de R\$ 193.273 mil investidos no âmbito social, 53,80% estão voltados para ações fora da empresa e 46,20% beneficiaram os empregados. A proporcionalidade caracterizou uma estratégia de responsabilidade social que, em termos proporcionais, não está centrada na valorização do capital de trabalho, mas na

sociedade, impulsionado por recursos transferidos ao governo na ordem de 52,96% do total dos valores investidos.

Várias informações retratam o exercício de cidadania empresarial do Basa, dentre as quais a que aborda o número de acidentes de trabalho ocorridos que, em média, foi de 0,53% por empregados. O bom seria não se ter registro dessa ordem, reduzido em termos absolutos de um exercício para outro.

Os projetos sociais ambientais, padrões de segurança e de salubridade ambientais são definidos pela administração, que também determina a extensão dos benefícios sociais concedidos a todos os empregados, assim como exige, na relação de negócios com seus parceiros, padrões éticos e de responsabilidade social.

A demonstração do valor adicionado mostrou que, em 2001, o Basa gerou de riqueza R\$ 346.765 mil, para o qual em muito contribuíram as receitas de prestações de serviços inseridas no grupamento de outras receitas e despesas operacionais no valor de R\$ 361.018 mil.

Tal receita sozinha poderia absorver a distribuição feita com recursos humanos de R\$ 184.567 mil, ratificando o que foi divulgado na mídia com relação aos gastos com a folha de pessoal e a receita de prestação de serviços.

Os recursos gerados foram distribuídos: 53,23% em Recursos Humanos, 32,78% para o Governo e 13,99% em forma de retenções.

A relação entre a geração de riqueza de R\$ 346.765 mil e os investimentos sociais de R\$ 193.273 mil mostra, em termos proporcionais, que 55,74% correspondem à parcela de contribuição do banco no contexto social que tem lido o reconhecimento público por meio de concursos promovido pela Associação dos Dirigentes de Marketing de Vendas do Brasil - ADVB.

Ainda com relação à riqueza gerada, sua composição está representada por 16,88% do resultado bruto da intermediação financeira. O restante, fora a transferência de bens e serviços a terceiros, está centralizado nas receitas de prestação de serviços.

O banco, por meio da demonstração do valor adicionado, materializou os recursos obtidos no período e sua distribuição, evidenciando sua parcela de contribuição no contexto social da comunidade onde está inserido.

As informações sociais de 2002 foram apresentadas em forma de relatório, não sendo possível comparar mudança na estrutura do exercício, por não ter sido elaborada.

4.3.2 Caso Banco do Brasil S.A.

a) Histórico Social

O Banco do Brasil, fundado oficialmente em 1851, é considerado um banco múltiplo, de controle acionário estatal, com sede em Brasília, Distrito Federal.

As demonstrações financeiras de 2001, de acordo com a pesquisa realizada pela Revista Exame (2002, p.130-131), o enquadrava como o 2º maior banco do Brasil em termos de patrimônio.

É o principal agente financeiro da União, responsável pela movimentação dos recursos do Tesouro Nacional, pela administração de haveres do Governo Federal, por transferências constitucionais, arrecadação de tributos e pagamento de salários aos servidores federais.

Os 13 milhões de clientes contavam em 2001 com 3.045 agências e mais de 32 mil terminais de auto-atendimento instalados, inclusive em municípios não assistidos por agentes financeiros. É possuidor da maior rede de atendimento do país, o que justifica ser o 1º banco em termos de depósito, conforme dados da pesquisa realizada pela Revista Exame.

Adota a aliança entre resultados e responsabilidade social como norteadores de sua administração, investindo na relação com seus empregados, sociedade, acionistas, clientes, fornecedores e governo, por meio de iniciativas que contribuem

para a qualidade de vida do país e para disseminação de uma conduta ética e responsável.

A instalação de Códigos de Ética e Normas de Conduta Profissional com princípios amplos que sistematizam valores essenciais praticados pelo conglomerado nos relacionamentos com diversos segmentos da sociedade comprova esse compromisso, aliado à manutenção de um canal de comunicação com os empregados por meio do RH Responde.

As potencialidades econômico-financeiras evidenciadas nas demonstrações contábeis são notórias, tanto que lhe valeram o 3º lugar entre os bancos em termos de riqueza criada, conforme pesquisa da Revista Exame. Razão do forte discurso social propagado pela mídia.

Analisar esse discurso de responsabilidade social é necessário a fim de constatar, dentre outras razões, as vantagens e desvantagens dos modelos utilizados pelo banco e contrapô-los à estrutura de evidenciação proposta neste trabalho.

As informações sociais foram transcritas dos documentos elaborados pelo banco:

INDICADORES DE RESPONSABILIDADE DO BANCO DO BRASIL S.A.

1. Base de cálculo		2000 (R\$) mil			2001 (R\$) mil		
Receita Líquida (RL)		35.315.838			36.713.619		
Resultado Operacional (RO)		974.211			1.081.952		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		5.114.723			4.994.665		
2. Indicadores Sociais Internos		Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
		(R\$ mil)			(R\$ mil)		
Alimentação		219	4.29	0.60	258.380	5.17	0.70
Encargos Sociais Compulsórios		1.087.412	21.26	3.08	1.113.890	22.30	3.03
Previdência Privada		579.485	11.33	1.64	317.811	6.36	0.87
Saúde		263.846	5.16	0.75	274.191	5.49	0.75
Segurança e Medicina no Trabalho		15.348	0.3	0.04	12.005	0.24	0.03
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		28.482	0.56	0.08	27.521	0.55	0.07
Creches e auxílio-creche		24.179	0.47	0.07	23.745	0.48	0.06
Participações nos lucros ou resultados		60.361	1.18	0.17	66.346	1.33	0.18
Outros		10.133	0.20	0.03	6.706	0.13	0.02
Total – Indicadores Sociais Internos		2.288.765	44.75	6.46	2.100.595	42.06	5.72
3. Indicadores Sociais Externos		Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
		(R\$ mil)			(R\$ mil)		
Educação		18.227	1.87	0.05	12.481	1.15	0.03
Cultura		14.469	1.49	0.04	25.829	2.39	0.07
Saúde e Saneamento		4.500	0.46	0.01	3.342	0.31	0.01
Esporte		17.500	1.80	0.05	17.000	1.57	0.05
Outros		91	0.01	0.00	28.534	2.64	0.08
Total das Contribuições para a Sociedade		54.787	5.62	0.16	87.186	8.06	0.24
Tributos (excluídos encargos sociais)		886.233	90.97	2.51	986.408	91.17	2.69
Total – Indicadores Sociais Externos		995.807	102.22	2.82	1.073.594	99.23	2.92
4. Indicadores Ambientais		Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
		(R\$ mil)			(R\$ mil)		
Relacionados com a operação da empresa		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Em programas e/ou projetos externos		652	0	0	0	0	0
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		652	0	0	0	0	0
5. Indicadores do Corpo Funcional		2000			2001		
Nº de empregados ao final do período		78.201			78.122		
Nº de admissões durante o período		12.331			4.885		
Nº de empregados terceirizados		462			1.761		
Nº de empregados acima de 45 anos		17.726			19.810		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		27.301			27.363		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21.2			24		
Nº de negros que trabalham na empresa		11.398			11.665		
% de cargos de chefia ocupados por negros		n.d.			n.d.		
Nº de empregados portadores de deficiência.		1.497			1.027		
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		2000			2001		
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa		10.7x			17.1x		
Número total de acidente de trabalho		n.d.			n.d.		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	(X) pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	

Fonte: Banco Brasil S.A com transcrição fiel considerando a evidenciação primeiro do ano de 2000 e depois de 2001.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Descrição	Exercício/2000		Exercício/2001	
	Valores	%	Valores	%
Apuração do Valor Adicionado				
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	4.680.973		4.868.629	
Receitas de Prestação de Serviço	3.189.091		3.759.685	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(713.627)		(2.080.684)	
Resultado Não Operacional	140.397		79.263	
Valor adicionado	<u>7.296.798</u>		<u>6.626.893</u>	
Resultado de Participações em Coligadas/Controladas	857.191		1.600.589	
Valor Adicionado Bruto	<u>8.153.989</u>		<u>8.227.482</u>	
Despesas de Amortização/Depreciação	(462.639)		(518.109)	
Valor Adicionado a Distribuir	<u>7.691.350</u>	100,00	<u>7.709.373</u>	100,00
Distribuição do Valor Adicionado				
Remuneração do trabalho	<u>5.120.628</u>	66,58	<u>5.051.954</u>	65,53
Salários e Honorários	3.400.005		3.538.928	
Benefícios, Encargos Sociais e Treinamento	1.660.262		1.446.680	
Participações no Lucro – Empregados	60.361		66.346	
Remuneração de Governos	<u>1.448.489</u>	18,84	<u>1.575.763</u>	20,44
No País	<u>1.419.719</u>		<u>1.520.763</u>	
INSS sobre Salários	562.256		589.059	
Despesas Tributárias (exceto IR e CS)	596.322		656.940	
Imposto de Renda/Contribuição Social	261.141		274.764	
No Exterior	<u>28.770</u>		<u>54.704</u>	
Despesas Tributárias (exceto IR e CS)	8.327		28.677	
Imposto de Renda/Contribuição Social	20.443		26.027	
Remuneração dos Acionistas	<u>1.122.233</u>	14,58	<u>1.081.952</u>	14,03
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio da União	184.695		190.772	
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio de Outros Acionistas	73.236		74.613	
Lucro retido	864.302		816.567	
Valor Distribuído	<u>7.691.350</u>	100,00	<u>7.709.373</u>	100,00

Fonte: Banco do Brasil S.A

b) Análise Social

Os modelos propostos pelo Ibase e Fipecafi, em linhas gerais, são seguidos, embora sejam apresentadas algumas características próprias, como titulação do documento como indicadores de responsabilidade, ao invés de balanço social, e informações mais detalhadas em se tratando de demonstração do valor adicionado.

A análise dos exercícios de 2000 e 2001 mostrou um número médio de empregados de 78.161, dos quais 34,97% eram mulheres fazendo-se presentes no mercado de trabalho.

Do total de empregados, 1,61% eram portadores de deficiência registrando um decréscimo, em termos absolutos, de 470 desses servidores, de um ano para outro, estando o percentual abaixo do que estabelece o Decreto-Lei 3.298 comentado.

Admitiu, no período, 6,25% da média de empregados que integrava o corpo funcional, porém as demissões foram de 6,35%, o que demonstrava não estar o banco gerando novos empregos.

Desse contingente, a média de empregados com idade acima de 45 anos era de 24,01%, ocasionada, dentre outros fatores, pelos planos de demissão voluntária e aposentadorias, ficando evidente a supremacia de uma força operacional mais jovem.

A relação com o público interno, esclarecida no relatório social, incorporava novos parâmetros de remuneração e ascensão profissional, mantendo um programa interno de incentivos à graduação e pós-graduação, inserido no conceito de estímulo aos seus empregados.

Estes empregados contribuíram em média por ano para a formação do resultado final do período com R\$ 10 mil e para o valor adicionado bruto com R\$ 105 mil.

Investir em empregados atingiu a ordem de R\$ 2.100.595 mil, distribuídos: 53,03% em encargos sociais; 15,13% em previdência privada; 13,05% em saúde; 12,30% em alimentação; em capacitação e desenvolvimento profissional, 1,31%; em creche e auxílio-creche, 1,13%; 3,16% em um programa espontâneo de participação dos empregados nos lucros e resultados da empresa; e 0,89% em demais benefícios.

Por meio da Fundação Banco do Brasil, o conglomerado marcou sua contribuição à sociedade em ações e programas voltados para a comunidade.

Os investimentos em ações externas totalizaram R\$ 1.073.594 mil, que corresponderam a 13,05% do valor adicionado bruto e 1,31% dos lucros retidos. Analisando sob outro enfoque, afirma-se que 8,12% estavam voltados para a sociedade e 91,88% para o governo que caracterizavam a forma indireta do banco contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Os recursos destinados à sociedade foram assim distribuídos: 2,41% corresponderam à atuação dos Centros Culturais Banco do Brasil, do Circuito Cultural Banco do Brasil e eventos de oportunidade; 1,58% foram investidos em esportes como vôlei, tênis e para o desporto brasileiro, além de iniciativas voltadas para disseminar a prática esportiva a adolescentes de baixa renda; 1,16% em educação; 0,31% em saúde e saneamento; e 2,66% foram destinados a outros investimentos.

O meio ambiente, nesse exercício, não fez parte dos investimentos feitos pelo banco, entretanto as ações existentes continuam sendo monitoradas.

A soma dos indicadores considerados como de responsabilidade social foi de R\$ 3.174.189 mil, distribuídos 66,18% para os empregados e 33,82% para a sociedade.

Considerando a receita líquida do exercício de R\$ 36.713.619 mil, a parcela destinada a atuações de âmbito social correspondeu a 8,64%. Destes, 5,72% foram aplicados em benefícios aos empregados e 2,92% em prol da sociedade.

A postura interna do Banco do Brasil S.A., baseada nos percentuais observados, caracterizava preocupação com a classe laboral. Porém insatisfações existiam no que dizia respeito a benefícios concedidos e retirados.

No discurso do Presidente do Banco, Cássio Casseb, empossado em 2003, acenou-se com um novo patamar de diálogos com o funcionalismo, mudança confirmada nas entrevistas abertas com alguns empregados em Belém, dentre elas o registro e a instalação do Comitê de Relações de Saúde, previsto em acordo coletivo e não ativado, significando sinal de novos tempos.

Nas informações que retratam o exercício de cidadania, nada foi registrado com relação aos acidentes de trabalho. Merece destacar que os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos de forma compartilhada entre a direção e as gerências.

O banco incentiva a participação voluntária de seus empregados e familiares em programas e projetos que beneficiam a comunidade, por meio de comitês de

cidadania organizados em várias unidades do Conglomerado, colocando inclusive à disposição informações sobre voluntariado.

Ações de responsabilidade social puderam ser vistas nos benefícios concedidos de forma indistinta aos empregados no que se referia à previdência privada e participação nos lucros, assim como na postura adotada com os fornecedores ao exigir que tivessem padrões éticos e ambientais equivalentes aos praticados pelo banco na condução de seus negócios.

O valor adicionado a distribuir em 2001 foi de R\$ 7.709.373 mil, contribuiu para a sua formação, dentre outras, a receita de prestação de serviços com 48,77% que, em termos absolutos, correspondeu a R\$ 3.759.685 mil e pôde absorver 74,42% da remuneração do trabalho evidenciado na DVA.

A distribuição de tais recursos foi feita em forma de remuneração, dos quais, aos empregados foram destinados 65,53%; ao governo no país, 19,73%; e governo no exterior, 0,71%, detalhamento não observado em igual documento feito pelos demais congêneres do estudo; e aos acionistas 14,03%, sendo que, destes, 10,59% representaram o lucro retido.

O balanço social demonstrou que os maiores investimentos estavam concentrados em recursos humanos, destacando-se que, da riqueza gerada, 41,17% eram destinados a ações sociais.

4.3.3 Caso Banco Itaú S.A.

a) Histórico Social

Fundado em 1945, teve sua origem no Banco Central de Crédito, depois Banco Federal de Crédito. Consta de seu relatório social ser um dos maiores bancos privados do país e de maior valor de mercado entre as empresas privadas brasileiras, bem como entre todos os bancos latino-americanos.

O Itaú tem por objetivo a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operação de câmbio. É um banco de tipo múltiplo, que procura combinar tecnologia com estrutura de atendimento para melhor satisfazer todos os segmentos do mercado financeiro brasileiro, com ênfase no varejo, sendo considerado, de acordo com a pesquisa realizada pela Revista Exame (2002, p.130-131), o 3º maior banco em termos de patrimônio.

Em 56 anos de atuação, seguiu fortes valores de sua cultura: respeito pelo ser humano, observância estrita das leis e dos regulamentos, e busca permanente do desenvolvimento. Os mesmos valores norteiam sua atuação social, sempre preocupado com a construção de uma sociedade mais justa, segundo dados do relatório social.

Operava, em 2001, com uma rede de atendimento de 3.080 pontos distribuídos entre 2.179 agências, 901 Postos de Atendimento Bancário e 13.469 Caixas Eletrônicos, distribuídos nas principais cidades brasileiras. Além disso, tem operações na América do Norte, Mercosul e na União Européia por meio de suas agências, subsidiárias e coligadas no exterior.

O código de ética implantado reforça os valores de sua cultura orientando quanto às condutas profissionais e pessoais a serem seguidas pelos empregados com todos os públicos com os quais se relaciona.

As potencialidades econômico-financeiras dão condições de exercer influência no contexto social com ações nominadas no modelo adotado. Quanto à comprovação dessa atuação, é possível observar por meio do balanço social que, analisado, subsidia a estrutura proposta.

A estrutura dos dados sociais descrita se mantém fiel às expressões e nomenclaturas utilizadas pelo banco, responsável pela elaboração e divulgação do documento. Estes dados estarão agrupados como indicadores - quadro resumo e não balanço social, e geração e distribuição de riqueza ao invés de demonstração do valor adicionado que, neste caso, utiliza a formatação proposta pelo Instituto Ethos.

Justifica-se assim a não padronização dos demonstrativos já que foram transcrito.

BALANÇO SOCIAL DO BANCO ITAÚ S.A.

Indicadores – Quadro Resumo – R\$ mil						
Descrição	2001			2000		
	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	5.262.079			4.541.118		
Resultado Operacional (RO)	2.987.079			2.510.844		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.963.189			2.422.728		
2. Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	189.705	6,4	3,6	166.771	6,9	3,7
Encargos Sociais Compulsórios	594.469	20,1	11,3	465.282	19,2	10,3
Previdência Privada	37.118	1,3	0,7	71.150	2,9	1,6
Saúde	72.080	2,4	1,4	62.179	2,6	1,4
Segurança e Medicina no Trabalho	493	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Educação	14.318	0,5	0,3	8.344	0,3	0,2
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	42.725	1,4	0,8	24.893	1,0	0,6
Creche e Auxílio-Creche	12.770	0,4	0,2	13.125	0,5	0,3
Participações nos lucros ou resultados	212.747	7,2	4,0	112.187	4,6	2,5
Outros Benefícios	34.920	1,2	0,7	29.121	1,2	0,6
Total - Indicadores Sociais Internos	1.211.345	40,9	23,0	953.052	39,3	21,0
3. Indicadores Sociais Externos						
Educação	9.402	0,3	0,2	8.778	0,3	0,2
Cultura	24.475	0,8	0,5	17.911	0,6	0,3
Saúde e Saneamento	2.441	0,1	0,1	2.076	0,1	0,0
Esporte	8	0,0	0,0	302	0,0	0,0
Lazer e Diversão	271	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Creches	6	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Alimentação	7	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Outros	14.217	0,5	0,3	2.086	0,1	0,0
Total das Contribuições para a Sociedade	50.827	1,7	1,0	31.153	1,0	0,6
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.121.969	37,6	21,3	1.007.719	33,7	19,1
Total - Indicadores Sociais Externos	1.172.796	39,3	22,3	1.038.872	34,8	19,7
4. Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa	37.631			8.325		
Em programas e/ou projetos externos	-			-		
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	37.631			8.325		
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período	45.409			47.524		
Nº de admissões durante o período	4.960			5.327		
Nº de empregados terceirizados	10.132			8.501		
Nº de empregados acima de 40 anos	12.669			5.665 ^(*)		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	23.617			24.325		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,8%			12,3%		
Nº de negros que trabalham na empresa	ND			ND		
% de cargos de chefia ocupados por negros	ND			ND		
Nº de empregados portadores de deficiência.	475			539		
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		ND			ND	
Número total de acidente de trabalho		443			ND	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() pela direção	(X) direção e gerência	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerência	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	(X) pela direção	() direção e gerência	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerência	() todos os empregados
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerência	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerência	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerência	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerência	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva

Fonte: Banco Itaú S.A.

ND – Dados não disponíveis

* Nº de empregados acima de 45 anos.

Geração e Distribuição de Riqueza (DVA) – R\$ mil

Geração de Riquezas	Exercício 2001	Exercício 2000
Receita Bruta	7.050.834	5.751.865
(-) Bens e Serviços de Terceiros	-	-
(-) Depreciação	489.698	431.909
(-) Remuneração de Capital de terceiros	-	-
Valor Bruto = Valor adicionado	6.561.136	5.319.956
Distribuição por Stakeholders	2001	2000
Governos		
Impostos Expurgados os Subsídios (Isenções)	1.121.969	1.007.719
Empregados		
Salários	1.967.308	1.636.014
Encargos previdenciários	379.005	298.944
Previdência Privada*	37.118	71.150
Benefícios	367.011	304.433
Participação nos resultados*	212.747	112.187
Acionistas		
Dividendos	807.700	633.359
Variação no Patrimônio líquido	1.668.278	1.256.150

Fonte: Banco Itaú S.A.

* O Banco não especificou seu significado.

b) Análise Social

O modelo apresentado é o proposto pelo Ibase e pelo Instituto Ethos, com algumas adaptações para inserção de ações sociais praticadas pela empresa que retratam as peculiaridades de sua atuação. Entretanto, nominam ações sem valor especificado nos períodos que poderiam ser omitidos do relatório.

O desempenho social do Itaú é visualizado por sua postura junto ao público interno que é a fonte fundamental de geração de conhecimento e valor numa organização contemporânea, feita pelas pessoas que a compõem.

Com um contingente médio de 46.466 empregados, 1,09% eram portadores de deficiência contratados, segundo o banco, por meio de programa específico criado em 2000, que possibilita a inserção no mercado profissionalizante de pessoas portadoras de deficiência. Este percentual, entretanto, estava aquém do que determina a legislação vigente.

Da média do total de empregados, 51,59% eram mulheres, evidenciando respeito ao ser humano quanto à geração de emprego independente do sexo.

As admissões foram em torno de 10,67% contra 15,23% de demissões, não havendo geração de novos empregos no período, embora o banco informasse ter priorizado o desenvolvimento e retenção de talentos por meio de investimentos em treinamentos, criando programas que facilitassem oportunidades internas de ascensão profissional.

A contribuição média por empregados para a geração da riqueza e dos lucros retidos foi de R\$ 141 mil e R\$ 36 mil, respectivamente.

Os indicadores sociais internos evidenciaram investimentos da ordem de R\$ 1.211.345 mil, distribuídos: 49,08% em encargos sociais compulsórios, 17,56% em participação nos lucros, 15,66% em alimentação, 5,95% em saúde, 3,53% na capacitação e desenvolvimento profissional, 3,06% em previdência privada, 1,18% em educação, 1,05% em creche e auxílio-creche, 0,04% em segurança e medicina no trabalho e 2,89% em outros benefícios.

Excluindo o investimento compulsório, as maiores aplicações foram: na distribuição dos ganhos com os empregados e nos gastos com a alimentação.

A preocupação com a comunidade, relata o Itaú, é evidenciada por meio do Programa Itaú Social que objetiva desenvolver e apoiar projetos sociais. Mantém, dentre outros, o Prêmio Itaú-Unicef Educação & Participação, que visa a identificar e incentivar programas educacionais de complementação ao ensino público fundamental, bem como na área da saúde desenvolvidos por meio de ONGs, baseados em forte conceito de cidadania empresarial e de parceria.

Os investimentos externos, inclusive indicadores ambientais, totalizaram R\$ 1.210.427, dos quais 92,69% referiam-se aos tributos. Para a sociedade foram direcionados 4,20%. A preocupação com o meio ambiente relacionada com a operação da empresa correspondeu a 3,11%.

O total de contribuição à sociedade foi de R\$ 50.827 mil, correspondendo a 0,77% do valor adicionado bruto, 3,05% do lucro retido do período e 0,97% da receita líquida de 2001. A distribuição dos investimentos externos entre as ações

praticadas centralizou 2,02% na cultura, 0,78% na educação, 0,20% em saúde, esporte e lazer 0,02%, e em demais benefícios 0,17%.

A totalização do valor investido em ações sociais feita à parte evidenciou que, em termos proporcionais, as aplicações foram equilibradas: 50,02% direcionadas para seu capital de trabalho e 49,98% para a sociedade.

Dentre os dados relevantes, foram citados o número de acidentes de trabalho ocorridos no exercício de 2001, representativo a 0,95% em média por empregado, tendo sido informado que as estratégias quanto à adoção de ações de responsabilidade social foram definidas pela direção e gerência evidenciando uma administração compartilhada.

A administração, ao decidir conceder benefícios sociais ao corpo funcional em forma de previdência privada e participação nos lucros, o fez de forma indistinta sendo extensivos a todos os empregados.

O Itaú evidenciou ter agregado aos insumos adquiridos, no período de 2001, R\$ 6.561.136 mil, representado pela receita bruta (o banco não usa a expressão receita de intermediação financeira) menos depreciação, valor este igual à remuneração concedida aos seguintes Stakeholders: 17,10% ao governo expurgados os subsídios, 45,16% aos empregados e 37,74% aos acionistas.

A riqueza gerada, em termos proporcionais, mostrava que 36,91% foram destinados a ações sociais, representando a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento da sociedade nas regiões onde está instalado.

Tendo em vista a DVA publicada pelo banco ter sido utilizada de forma sintética, não foi possível a comparação das receitas de prestação de serviços com os gastos com recursos humanos.

4.3.4 Caso Unibanco S.A.

a) Histórico Social

O Unibanco relata que, durante seus 77 anos de história, tem tomado a

iniciativa de contribuir ativa e efetivamente para o desenvolvimento do país, estando presente em 296 municípios por meio de sua rede de agências, com prestação de serviços em todas essas localidades contribuindo, assim, para a atividade econômica nacional.

Essa atuação tem sido pautada tanto pela responsabilidade social no desempenho de seu papel como instituição financeira, quanto por apoio e participação em projetos dedicados às questões sociais, voltados à cultura, educação, saúde e voluntariado, desenvolvidos por iniciativas próprias ou em forma de parceria.

Dentre as iniciativas próprias, destacam-se os programas culturais difundidos pelo Instituto Moreira Salles, criado em 1990; e a criação, em 1991, do Unibanco Ecologia por meio do qual a preservação ambiental e a conscientização de questões ecológicas são desenvolvidas.

A atuação social em forma de parceria é feita, dentre outras, na educação por meio de programas e projetos como o Informatizar que garante o acesso gratuito a aulas de informática, e na saúde ao colaborar para o combate de doenças que afligem a população, ao participar da construção e aparelhamento do Hospital das Clínicas em São Paulo para o atendimento do câncer infantil, conforme dados de seu relatório.

A prática social é visualizada em ações voltadas para dentro da empresa, dirigida aos seus empregados, e as voltadas para fora da empresa, mediante eventos que mostraram o relacionamento com a vida comunitária das cidades em que atua, caracterizando o discurso de responsabilidade social exposto no balanço social.

A Revista Exame (2002, p.130-131) listou o Unibanco como o 4º maior banco em termos de patrimônio no Brasil. A análise comparativa dessas atuações (social e econômico-financeira) pode ratificar se a prática social condiz com a teoria divulgada pela mídia.

A empresa informou, no relatório social, ter, em janeiro de 2001, lançado o primeiro serviço de pesquisa no Brasil para investidores socialmente responsáveis (SRI, *Socially Responsible Investors*), que contém informações ambientais e sociais sobre empresas brasileiras com ações cotadas em bolsa, o que evidencia certamente uma preocupação de âmbito social.

A elaboração de um Manual de Diretrizes de Conduta Ética do conglomerado sintetiza a condução dos negócios embasado em princípios éticos que caracterizam uma postura social responsável.

BALANÇO SOCIAL DO UNIBANCO S.A.

Balanco Social Anual		2001			2000		
1. Base de cálculo		Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida (RL)		3.736.283			2.641.969		
Resultado Operacional (RO)		1.233.829			763.596		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		1.773.638			1.291.685		
2. Indicadores Sociais Internos		Valor	% s/	% s/	Valor	% s/	% s/
		(R\$ mil)	FPB	RL	(R\$ mil)	FPB	RL
Alimentação		122.523	6,9	3,3	79.381	6,1	3,0
Encargos Sociais Compulsórios		342.698	19,3	9,2	258.491	20,0	9,8
Previdência Privada		4.722	0,3	0,1	3.803	0,3	0,1
Saúde		53.697	3,0	1,4	41.200	3,2	1,6
Educação		2.207	0,1	0,1	979	0,1	n.d.
Cultura		19	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		8.441	0,5	0,2	7.101	0,5	0,3
Creches e auxílio-creche		7.640	0,4	0,2	6.276	0,5	0,2
Participações nos lucros ou resultados		170.215	9,6	4,6	127.101	9,8	4,8
Outros		23.006	1,3	0,6	27.024	2,1	1,0
Total – Indicadores Sociais Internos		735.168	41,4	19,7	551.356	42,6	20,8
3. Indicadores Sociais Externos		Valor	% s/	% s/	Valor	% s/	% s/
		(R\$ mil)	FPB	RL	(R\$ mil)	FPB	RL
Educação		991	0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Cultura		8.476	0,7	0,2	9.622	1,3	0,4
Saúde e Saneamento		1.323	0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Esporte e Lazer		2.538	0,2	0,1	892	0,1	n.d.
Creches		198	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Alimentação		3.854	0,3	0,1	3.657	0,5	0,1
Outros		637	0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total das Contribuições para a Sociedade		18.017	1,5	0,4	14.171	1,9	0,5
Tributos (excluídos encargos sociais)		596.797	48,4	16,0	720.406	94,3	27,3
Total – Indicadores Sociais Externos		614.814	49,9	16,4	734.577	96,2	27,8
4. Indicadores Ambientais		(R\$ mil)			(R\$ mil)		
Relacionados com a operação da empresa		n.d.			n.d.		
Em programas e/ou projetos externos		1.028			n.d.		
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		1.028			n.d.		
5. Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados ao final do período		29.704			28.384		
Nº de admissões durante o período		6.749			4.842		
Nº de empregados acima de 45 anos		1.692			1.633		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		16.347			14.516		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		31%			33%		
Nº de negros que trabalham na empresa		2.099			1.761		
% de cargos de chefia ocupados por negros		5%			5%		
6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial							
Número total de acidente de trabalho		195			n.d.		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:		() pela direção	(X) e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:		() pela direção	(X) e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla:		() direção	() e gerências	(X) todos os empregados	() pela direção	() e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:		() direção	() e gerências	(X) todos os empregados	() pela direção	() e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são consi- derados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são consi- derados	(X) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva

Fonte: Unibanco

Nota: as informações do Balanço Social Anual são de caráter informativo e não são auditadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO UNIBANCO S.A.

	Exercício 2001		Exercício 2000	
	R\$ milhões		R\$ milhões	
Resultado de Intermediação Financeira	3.736		2.642	
Receitas de Prestação de Serviço	2.184		1.640	
Outras Receitas/Despesas	(2.579)		(1.531)	
Total do Valor adicionado	3.341	100,00%	2.751	100,00%
Recursos Humanos	1.517	45,4%	1.099	39,9%
Remuneração	1.218		876	
Encargos Sociais	90		68	
Benefícios	209		155	
Governos	853	25,5%	913	33,2%
Despesas Tributárias/Imposto de Renda/Contribuição Social	597		720	
INSS sobre Salários	256		193	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	323	9,7%	287	10,4%
Reinvestimentos de Lucros	648	19,4%	452	16,4%
Total	3.341	100,00%	2.751	100,00%

Fonte: Unibanco

b) Análise Social

Os informes sociais estão compilados no modelo proposto pelo Ibase e Fipecafi adaptado às necessidades de evidenciação da empresa. O banco contava com um corpo funcional médio de 29.044 empregados, dos quais, em média, 53,13% eram mulheres, evidenciando que as oportunidades de trabalho eram oferecidas, indistintamente, para ambos os sexos.

Atuava com uma força laboral jovem, já que apenas 5,72% dos empregados tinham idade superior a 45 anos. Não foi especificada a quantidade de portadores de deficiência que trabalhavam na empresa.

As admissões no período foram em torno de 23,24% e as demissões de 18,69%, gerando, no período, 4,55% novos empregos o que vinha a beneficiar uma parte da sociedade.

O banco considera seus empregados como colaboradores e comenta serem o grande diferencial competitivo de sua atuação no mercado financeiro, traduzindo seu reconhecimento mediante a preocupação constante com o crescimento profissional, propiciando-lhes benefícios, dentre os quais a participação nos resultados.

A sua força de trabalho contribuiu, por ano, para a formação do valor adicionado bruto com R\$ 115 mil e R\$ 22 mil em termos de formação do lucro retido.

Como indicadores sociais internos, estavam inseridos os benefícios prestados aos empregados de R\$ 735.168 mil, distribuídos: 46,60% para encargos sociais compulsórios, 23,15% referindo-se à participação nos lucros, 16,67% com alimentação, 7,30% com a saúde, 1,15% em capacitação e desenvolvimento profissional, 1,04% com creche ou auxílio-creche, 0,64% em previdência privada, 0,30% em educação e os 3,14% restantes em demais benefícios de valores pouco expressivos.

Os dados reforçavam que, exceto os encargos sociais, a participação nos lucros e a alimentação eram os indicadores em que estavam concentrados maiores investimentos, seguidos da saúde. Embora o relatório social informasse preocupação com o crescimento profissional, o valor investido em educação representou tão somente 0,30% dos investimentos internos.

O Unibanco divulga que, de uma maneira geral, apóia e desenvolve ações no sentido de levar conhecimento fundamental e técnico a diversificados estratos da população, dentre as quais destaca-se a alfabetização solidária, colaborando financeiramente com o projeto, que é parte do programa comunidade solidária do governo federal desde 1998.

Colabora ainda, seja por meio de seus produtos e serviços ou por contribuições diretas, para o combate a doenças que afligem a população.

O discurso materializou-se nos indicadores sociais externos com aplicações de R\$ 615.842 mil, incluindo o meio ambiente para efeito de análise. Destes, 96,91% foram investidos indiretamente à sociedade por meio do governo e 2,92% de forma direta, fora o meio ambiente, ao qual foi destinado 0,17%.

Na cultura foram investidos 1,38%, realizados por meio do Instituto Moreira Salles, entidade civil sem fins lucrativos, voltada à promoção e ao desenvolvimento da cultura brasileira.

Foram aplicados também: 0,63% em alimentação, 0,41% em esporte e lazer, 0,21% em saúde e saneamento, 0,16% em educação, em creche 0,03%, e nos demais benefícios 0,10%.

O compromisso com o meio ambiente é feito por meio da difusão da consciência com a questão ecológica, caracterizada pela participação em programas e projetos desenvolvidos pelo Unibanco Ecologia, que já lhe valeram prêmios com *cases* que promovem o exercício de cidadania e conscientização pelo respeito ao meio ambiente.

Os investimentos nessa área somaram R\$ 1.028 mil correspondendo a 0,03% de R\$ 3.341 milhões que representaram o total do valor adicionado bruto e 0,16% dos lucros retidos.

A estrutura do modelo utilizado não especifica um campo que evidencie o quanto foi investido em ações sociais. A soma desses recursos, feita à parte, totalizou R\$ 1.351.010 e correspondeu a 40,43% da riqueza gerada de R\$ 3.341 milhões.

A receita de prestação de serviços correspondeu a 65,37% dessa riqueza motivada pelo momento econômico vivenciado pelos bancos. O suficiente para absorver os valores destinados à remuneração dos recursos humanos que foram de R\$ 1.517 milhões.

A distribuição da riqueza gerada estava centralizada em recursos humanos com 45,41%, no governo com 25,53% e aos acionistas representados pelos dividendos e juros s/capital próprio e os valores considerados como reinvestimentos de lucros foram de 29,06%.

A DVA mostrava realmente à sociedade a contribuição do banco para o desenvolvimento da economia, quando evidenciou a captação auferida junto a esta sociedade e o retorno que proporcionou para aqueles que contribuíram na formação desse resultado.

Uma análise comparativa envolvendo as ações sociais praticadas, mostrando semelhanças e contrastes evidenciados nos modelos utilizados pelos bancos do estudo de caso, foi feita de acordo com o resumo da tabela a seguir.

Tabela 1 - Comparativo das Ações de Responsabilidade Social dos Bancos do Estudo de Caso - 2001

	INVESTIMENTOS EM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL			
	BASA	BANCO DO BRASIL	ITAÚ	UNIBANCO
BASE DE CÁLCULO				
Valor Adicionado Bruto	3.46.765 mil	8.227.482 mil	6.561.136 mil	3.341.000 mil
Receita Líquida	40.530 mil	36.713.619 mil	5.262.079 mil	3.736.283 mil
Receita de Prestação de Serviço	361.018 mil	3.759.685 mil	Não informado	2.184.000 mil
Lucros Retidos	40.530 mil	816.567 mil	1.668.276 mil	648.000 mil
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	89.284	2.100.595	1.211.345	735.168
Encargos Sociais	46,20%	66,16%	50,02%	54,42%
Previdência Privada	54,38%	53,03%	49,08%	46,60%
Saúde	20,98%	15,13%	3,06%	0,64%
Alimentação	4,32%	13,05%	5,95%	7,30%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	6,95%	12,30%	15,66%	16,67%
Educação	6,20%	1,30%	3,53%	1,15%
Segurança e Medicina no Trabalho	0,94%	0%	1,18%	0,30%
Creche	4,59%	0,57%	0,04%	0%
Participação nos Lucros	0,82%	1,13%	1,05%	1,04%
Outros	0%	3,16%	17,56%	23,15%
Investimentos Internos/ Valor Adicionado	0,82%	0,30%	2,89%	3,14%
Investimentos Internos/Receita de Prestação de Serviço	25,75%	25,53%	18,46%	22,00%
	24,73%	55,87%	-	33,66%
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	103.989	1.073.594	1.210.427	615.842
Contribuição para a sociedade	1,404	87.186	50.827	18.017
Educação	1,35%	8,12%	4,20%	2,92%
Cultura	0,18%	1,16%	0,78%	0,16%
Esporte	0,34%	2,41%	2,02%	1,38%
Saúde e Saneamento	0,04%	1,58%	0,20%	0,41%
Outros	0%	0,31%	0%	0,21%
Governo	0,54%	2,66%	1,18%	0,76%
Medo Ambiente	98,43%	91,	92,69%	96,91%
Investimentos Externos/Valor Adicionado Bruto	0,22%	0	3,11%	0,17%
Investimentos Externos/Receita de Prestação de Serviços	29,29%	88%	18,45%	18,43%
	28,80%	0%	-	28,19%
TOTAL GERAL	193.273	3.174.189	2.421.772	1.351.010
	100%	100%	100%	100%
INFORMAÇÕES RELEVANTES				
Número médio de Empregados	2.624	78.161	46.466	29.044
Contribuição por Funcionário para o Valor Adicionado	132 mil	105 mil	141 mil	115 mil
Contribuição por Funcionário para o Lucro Retido	15 mil	10 mil	36 mil	22 mil
Geração de empregos no período	5,25%	0%	0%	4,55%
Faixa Etária de 45 anos	46,91%	24,01%	0%	5,72%
Empregados portadores de deficiência	0,23%	1,61%	1,09%	n.d
Número de Mulheres	39,52%	34,97%	51,59%	53,13%

Fonte: Elaborado pela autora (Pesquisa)

4.4 Análise Conjunta dos Bancos

Os bancos evidenciaram suas ações sociais utilizando o modelo do Ibase que recomenda usar como base de cálculo, para a análise vertical, a receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento bruta, sugerindo a relação com os indicadores sociais internos e externos, sendo para este o resultado operacional.

O Basa, ao proceder à análise dos indicadores externos, ignorou o procedimento, fazendo a relação com a folha de pagamento, o que tornou a inclusão do resultado operacional inócua, comprometendo uma possível análise comparativa entre os congêneres.

No que se refere à identificação do documento, o Banco do Brasil o chamou de Indicadores de Responsabilidade Social e o Itaú, de Indicadores.

Nos Indicadores Sociais Internos, as ações estavam voltadas para os mesmos segmentos, com menos ou mais atuações. No caso do Banco do Brasil não foi evidenciada atuação em Educação e, no Unibanco, em Medicina e Segurança no Trabalho, embora atue na Cultura, item não evidenciado pelos demais, a não ser que esteja incluso em outros benefícios.

Os Indicadores Sociais Externos apresentavam igual comportamento, com o Basa não atuando em Saúde e Saneamento, Alimentação e Creches, o mesmo acontecendo com o Banco do Brasil que não evidenciou atuar em Creches, a não ser que tais ausências estejam como Outros.

No que se refere ao Meio Ambiente, apenas o Banco do Brasil não evidenciou investimentos ambientais no período, embora mantivessem compromisso nessa área.

Das informações sugeridas pelo Ibase, como Indicadores do Corpo Funcional, o Basa e o Itaú não se posicionaram quanto a negros, e o Banco do Brasil não diz se ocupavam cargos de chefia na empresa.

O destaque à cor de seus empregados, inclusa no modelo, entende-se ser prova de que o preconceito e a discriminação racial são questões não abolidas na sociedade contemporânea de um país de etnia diversificada.

O que os torna diferentes são as desigualdades sociais motivadas pela falta de escola, empregos, saúde e cidadania, já que, em igualdade de condições, todos podem se tornar inteligentes, uma vez que a inteligência é parte inerente do homem como ser pensante.

Integram ainda esse grupo, informações sobre empregados, envolvendo dados que vão desde a quantificação até o tipo de empregado existente.

Em termos de quantificação, o Banco do Brasil, o maior do país, possuía em média mais empregados, 78.161, seguido do Itaú com 46.466, do Unibanco com 29.044 e do Basa com 2.624.

Em se tratando de geração de empregos, quem mais contratou no período em termos proporcionais foi o Basa, com 5,25% em relação à média de empregados existente, seguido do Unibanco com 4,55%. O Banco do Brasil e o Itaú, de acordo com os dados informados, geraram desemprego no período.

A mão-de-obra feminina se fez presente nesse contexto, sendo que, no Unibanco, em termos proporcionais, foi encontrado o maior contingente - 53,13% -, entretanto este não informou empregar portadores de deficiência.

Os demais bancos admitiram portadores de deficiência na seguinte proporcionalidade: Basa 0,23%, BB 1,61% e Itaú 1,09%, mesmo assim a proporcionalidade está em desacordo ao que estabelece o Decreto-Lei 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Em decorrência do Banco do Brasil ter um número de empregados superior aos demais bancos é justificável que tenha em seu quadro um percentual maior de portadores de deficiência, o qual, entretanto, está longe do nível ideal.

Dentre as Informações Relevantes direcionadas ao Exercício da Cidadania Empresarial, o Itaú e o Unibanco não informaram a respeito da relação entre a maior e a menor remuneração da empresa.

A prática de trabalhos voluntários foi evidenciada em todos os bancos, porém com atuação diferenciada. Apenas o Banco do Brasil organizava e incentivava o trabalho voluntário. Os demais apenas apoiavam.

Ressalta-se que o voluntariado representa um fator de motivação e integração entre as unidades do banco.

A postura dos bancos também precisa ser analisada quanto ao relacionamento de potencialidades econômicas às práticas sociais declaradas pela mídia.

Os modelos apresentados não foram moldados a facilitar respostas tempestivas do tipo:

- Quanto foi investido em ações de responsabilidade social;
- Quais ações são realizadas com recursos próprios e quais as feitas em parceria, no sentido de melhor classificar as fontes de recursos utilizadas no exercício social;
- Quais ações consideradas como socialmente responsáveis são praticadas de forma compulsória ou voluntária;

A falta de um maior detalhamento das informações constantes do balanço social induz a sociedade a crer no discurso social propagado na mídia por meio de *folders* ou *outdoors*.

Assim sendo, a análise efetuada procurou totalizar o valor dos investimentos sociais e relacioná-lo aos dados que melhor evidenciassem o potencial econômico dos bancos, tais como o valor adicionado bruto, a receita de intermediação financeira ou as receitas de prestação de serviços constantes na demonstração do valor adicionado.

Em termos absolutos, o BB foi quem mais investiu em ações sociais – R\$ 3.174.189, até porque suas potencialidades – maior banco do país – assim o permitem, seguido do Itaú com R\$ 2.421.772, do Unibanco com R\$ 1.351.010 e do Basa com R\$ 193.273.

Destes recursos, foram destinados aos empregados, no caso do BB, 66,16% por ter maior contingente, seguido do Unibanco que investiu 54,42% embora com um quadro de pessoal 37% menor que o Itaú, o qual, por sua vez, investiu 50,02%.

O Banco da Amazônia apresentou postura diferenciada - investe 46,20% em benefícios aos empregados contra 53,80% à sociedade.

Dos investimentos internos, a exceção dos encargos sociais é a previdência privada que apresentou expressividade em termos de valor, tendo o Basa investido 20,98% e o Banco do Brasil 15,13%.

Ainda com relação aos investimentos internos foi com a saúde de empregados que o Banco do Brasil mais investiu, 13,05%, seguido do Unibanco com 7,30%, o Itaú com 5,95% e o Basa com 4,32%. Em termos de alimentação, o Unibanco e o Itaú investiram em média 16,17%, enquanto o Banco do Brasil e o Basa destinaram 12,30% e 6,95% respectivamente.

A participação nos lucros, em se tratando do Unibanco, excetuando os encargos sociais, é a que representou maior proporcionalidade em termos de investimentos internos 23,15%, seguido do Itaú com 17,56%, justificando os lucros auferidos para os quais muito contribuiu sua força de trabalho.

O Banco do Brasil, mesmo com um lucro retido maior em 20,64% do ostentado pelo Unibanco e por possuir uma quantidade de empregados 169% maior, distribuiu um percentual de 3%, não tendo o Basa efetuado distribuição, embora registre lucros retidos.

Os investimentos destinados à sociedade, conforme Tabela 1, mostram ser o governo o grande beneficiário desses recursos. O fato do Banco do Brasil ser o maior banco e ter evidenciado menor proporcionalidade no parâmetro recursos destinados ao governo se justifica pelos créditos tributários existentes.

De acordo com a riqueza gerada no período, evidenciada na DVA, a relação com os valores destinados a ações de responsabilidade social exposta no balanço social, observa-se que, em termos proporcionais, o Basa foi quem mais investiu, nessa área, tendo destinado 53,80%, seguido do Itaú com 49,98%, Unibanco com 45,58% e BB com 33,84%, razão de usar o *slogan* “*um exemplo de responsabilidade social*”.

Entretanto, se os modelos divulgassem as ações segregadas em compulsórias e voluntárias, o discurso social poderia ter um novo enfoque.

De acordo com esse entendimento, as ações voluntárias para o estudo de caso apresentado foram consideradas as voltadas para a sociedade e meio ambiente.

Embora existam ações voluntárias direcionadas aos empregados, estas não foram consideradas, para facilitar a visualização na Tabela 1, e ainda porque a expressividade do valor não distorce a informação.

Comparando esse resultado à riqueza gerada mostrada na DVA, a proporcionalidade seria: Basa 0,47%, BB 1,06%, Itaú 1,35% e Unibanco 0,57%. Este resultado evidencia que os bancos muito arrecadam e pouco contribuem de forma voluntária com o social, ratificando a citação de Kanitz (2004, p. 22) quanto à prática social das empresas.

A visão de responsabilidade social defendida no trabalho é a de considerar as empresas socialmente responsáveis ao se instalarem e permanecerem atuando no mercado. Assim sendo, a maneira que vêm utilizando para divulgar suas práticas sociais, vista dentro deste enfoque, é aceitável.

Porém, o que se propõe é uma postura mais ética, em que as informações passem a refletir se a atuação social propagada decorre de uma atitude voluntária ou compulsória. Hendriksen (1999, p.25, grifo nosso) afirma que *“O enfoque ético à teoria da contabilidade dá ênfase aos conceitos de justiça, verdade e equidade. [...] a informação não deve receber qualquer colorido de modo a influenciar comportamento em qualquer direção [...]”*.

Desta forma, ampliar a estrutura dos modelos de balanços sociais poderia eliminar interpretações distorcidas quanto à prática de ações sociais.

No que se refere à demonstração do valor adicionado, as estruturas apresentadas pelos bancos foram bem diversificadas, com modelos e nomenclaturas próprios, com destaque à conta de depreciação e amortização, na busca de um tratamento mais adequado como se observa na transcrição do estudo de caso.

O Banco da Amazônia S. A. e o Unibanco S.A. usaram a proposta da Fipecafi evidenciando as contas que contribuíram para a formação do valor agregado e sua distribuição aos empregados, governo e retenções, estando inclusas a depreciação e a amortização, dado não observado no Unibanco.

O Banco do Brasil S.A. apresentou uma estrutura de DVA bem mais detalhada incluindo, na formação do valor adicionado, o resultado não operacional,

complementando, na composição do valor adicionado bruto, o resultado de participações em Coligadas e Controladas.

As despesas de depreciação e amortização foram tratadas pelo banco como parte dos insumos adquiridos de terceiros, motivo pelo qual foram deduzidas do valor adicionado bruto.

A distribuição do valor adicionado foi feita em forma de remuneração ao trabalho dos empregados, ao governo com destaque à parcela destinada ao governo do país e ao exterior, e à remuneração aos acionistas, também trazendo como detalhe os dividendos pagos à União e aos demais acionistas além do lucro retido.

O Banco Itaú utilizou uma estrutura mais resumida. A falta de uniformidade no procedimento motivado pelo fator voluntário prejudicou a comparabilidade do documento.

A estrutura do balanço social dos bancos do estudo de caso, em 2002, apresenta novos investimentos tendo em vista a ampliação do modelo Ibase.

Em se tratando de indicadores sociais internos, o Itaú acrescentou a cultura, o mesmo fazendo o BB que incluiu também educação, enquanto que o Unibanco adicionou segurança e medicina no trabalho.

Como indicadores sociais externos todos incluíram o combate à fome e segurança alimentar. O Itaú acrescentou ainda habitação, o mesmo fazendo o BB além de passar a considerar dados sobre lazer e diversão, creche e alimentação, informações que foram excluídas pelo Unibanco.

Como indicadores ambientais todos acrescentaram ao modelo de balanço social a palavra Investimentos às informações contidas no modelo de 2001, e mais informes referentes ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, exceto o Unibanco.

Como indicadores do corpo funcional foram inseridos dados sobre estagiários.

No item informações relevantes ao exercício de cidadania empresarial foram acrescentadas informações quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva

e à representação interna dos trabalhadores, devendo informar se a empresa não se envolve, se apóia, ou se segue e incentiva as normas da Organização Internacional do Trabalho –OIT.

Também no item de informações relevantes foram adicionados dados quanto ao número de ações e críticas de consumidores, assim como o percentual de reclamações e críticas solucionadas na empresa, no Procon e na Justiça.

Algumas dessas informações, sugeridas pelo Ibase, já constavam na proposta deste trabalho, tais como número de estagiários, combate à fome e a satisfação da clientela analisada por outro enfoque, que moldam uma estrutura de ações consideradas como de responsabilidade social, de forma a facilitar o entendimento quer do público interno quer do público externo, a respeito da condução das práticas sociais, que será o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 - PROPOSTA DE EVIDENCIAÇÃO

5.1 Justificativas

O objetivo principal deste capítulo é mostrar, de forma detalhada, uma proposta de estrutura de evidenciação de ações de responsabilidade social voltada para bancos.

Os benefícios prestados, nominados e identificados no Plano Contábil das Instituições Financeiras - Cosif, integrarão o grupo de contas que melhor enquadre os investimentos que estarão subdivididos em voluntários e compulsórios, e por Projetos e/ou Programas próprios ou em parceria.

Somados entre si darão a dimensão do que foi aplicado no âmbito social e que será comparado às potencialidades econômicas dos bancos, o que, no conjunto, tornará a proposta diferente.

A proposição partiu da idéia de que a postura social dos bancos perante a sociedade ficaria mais transparente se a estrutura existente fosse ampliada, passando também a retratar o como e a razão pela qual são praticadas essas ações.

O como, no sentido de enfatizar as fontes de recursos utilizadas na realização das práticas sociais voltadas para a comunidade; e a razão pela qual são praticadas, no sentido de melhor detalhar se a atitude para com os empregados é uma postura voluntária ou decorre de obrigações legais, tornando-se compulsória.

A justificativa para a sugestão envolve as seguintes observações:

- 1) Pela posição que ostentam perante a sociedade, os bancos aparecem como um dos mais rentáveis segmentos da economia. Para minimizar tais considerações, alguns divulgam a prática de ações vinculadas a questões sociais e ambientais.
- 2) A forma como atuam não é bem demonstrada nos modelos de balanços sociais utilizados. Seria importante evidenciar que o comprometimento

social é um misto de postura voluntária e de cumprimento de preceitos legais, independente do valor a ser investido.

- 3) A ação social em programas e/ou projetos voltados para a preservação do meio ambiente e o bem estar da sociedade, realizados muitas vezes em forma de parcerias, não é identificada nos modelos existentes por sua fonte de recursos.
- 4) Nos modelos de balanços sociais, o total dos indicadores não é somado entre si, impossibilitando visualizar o quanto foi direcionado ao âmbito social.
- 5) A nota explicativa, pela própria estrutura, encontra-se distante dos números a que se refere, dificultando a relação visual entre as informações e os valores investidos.

A evidenciação sugerida amplia os modelos existentes, inserindo em seu contexto informações dos tipos retromencionados, por se entender que a sociedade poderia melhor visualizar a maneira como os bancos conduzem sua política social.

O documento demonstrará os resultados dessa atuação em forma de nota explicativa, na coluna ao lado do valor investido, permitindo a correlação entre o valor econômico e a ação social praticada.

A disposição gráfica é formatada de maneira compacta, e permite a realização de três tipos de análises relacionadas a informações qualitativas e quantitativas, que facilitam o acompanhamento do desempenho social, mediante não apenas a visualização dos números, mas também por meio de uma configuração triangular (deltas) que irá caracterizar acréscimos e decréscimos desse desempenho.

A proposição exposta deixa claro que a expressão mais apropriada para denominar o documento é chamá-lo de **Demonstração de Ações de Responsabilidade Social** em virtude de sua finalidade, que é a de **demonstrar** a forma como são praticadas as ações sociais.

Os investimentos que retratam ações de responsabilidade social serão considerados como benefícios prestados pelos bancos aos seus empregados e a

sociedade, e identificados na contabilidade oficial como despesas e outras obrigações codificadas no Cosif.

As despesas que caracterizem os benefícios prestados aos empregados e à comunidade serão agrupadas na estrutura proposta, identificando as ações em voluntárias, compulsórias, e em programas e/ou projetos próprios.

A conta Outras Obrigações evidenciará os benefícios prestados à comunidade por meio de parcerias estratégicas.

Estas contas retratarão um conceito amplo de responsabilidade social considerado neste trabalho, que tem início com a implantação da empresa, e sua continuidade por vários fatores, dentre os quais, a força de trabalho de seus empregados e o reconhecimento de suas potencialidades empresariais pela sociedade.

A retribuição dos bancos aos benefícios recebidos da sociedade é feita por meio de práticas sociais, postura que será visualizada na sugestão proposta de forma compacta, transparente, e sem prejuízo da informação de que se revestem os modelos tradicionais de balanço social.

As empresas, ao demonstrarem à sociedade sua postura social, o fazem muitas vezes em forma de *marketing* promocional, o que não impede o documento de contribuir também para tomada de decisões, como pensam alguns autores.

Tinoco (2001, p.36) afirma que:

Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, várias empresas já vêm consagrando o Balanço Social como instrumento de gestão e informação. Essas empresas divulgam normalmente informações econômica e social a seus trabalhadores e a sua comunidade [...]. O mesmo documento reúne os indicadores úteis para julgar a situação econômica e apreciar os dados sociais e ambientais. (Grifo nosso)

Santos et al. (1998, p.80) afirmam que o balanço social “*Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.*”

As citações reforçam o entendimento de que a forma do documento sugerido pode auxiliar na tomada de decisão por dar aos gestores condições de visualizar, em uma estrutura compacta, a política social que vêm desenvolvendo.

As informações para elaboração do balanço social não estão centralizadas em um único departamento. Elas emanam da contabilidade que registra e mensura os valores das ações sociais, e dos recursos humanos que detêm os dados referentes ao corpo funcional.

Assim sendo, embora os gestores dos bancos tenham ao seu dispor informações sociais que, por serem controladas em setores diferentes, passam a ser dados esparsos, que precisam ser moldadas com o apoio do sistema de informática, o qual poderá consolidá-las na estrutura proposta, tornando possível medir e julgar investimentos sociais sempre que preciso.

Hendriksen (1999, p.524) afirma que a escolha do melhor método de divulgação depende da relevância da informação e, tão importante como a forma de divulgar, são as descrições usadas quanto ao grau de detalhamento empregado.

Este entendimento corrobora a idéia de que a sugestão apresentada é importante pelo detalhamento da informação que contém. O documento contemplará, de alguma forma, as quatro vertentes do balanço social defendidas por Iudicibus et al. (2000, p.31), já citadas, e espelha dados que integram o modelo apresentado pelo Ibase - Anexo D.

Difere desse modelo na denominação do documento, na organização gráfica e na identificação dos beneficiários, em atendimento à sua finalidade.

5.2 Análise da Proposta

O estudo de caso constatou que as práticas sociais dos bancos têm quase o mesmo enfoque, o que facilitou detalhar e formatar a demonstração sugerida, que tem por base o conceito de benefício.

Ferreira (1986, p.248) define benefícios, dentre outras interpretações, como o *“serviço ou bem que se faz gratuitamente”* ou o *“auxílio por força de legislação social”*.

Essas características moldam a estrutura a seguir detalhada que, analisada em conjunto com o modelo existente, permitiu observar as diferenças e convergências, dando condições de avaliar vantagens e desvantagens do que se propõe.

A adoção da proposta sugerida decorrerá do julgamento individual de cada banco, já que inexistente a obrigatoriedade da elaboração e divulgação de práticas sociais, a quem caberá decidir se é de interesse mostrar para a sociedade a amplitude de sua atuação social, onde a parceria na solução dos problemas poderá, inclusive, representar um diferencial dentro de uma nova realidade social.

É evidente que a voluntariedade, além de não ter compromisso em uniformizar procedimentos, traz como desvantagem a escolha de se publicar apenas dados julgados importantes e oportunos que venham a favorecer a imagem da empresa perante a sociedade.

Este posicionamento poderá não ser a fotografia refletida na estrutura proposta. Entretanto, se defenderem uma postura transparente, não enviesada, poderá ser adotada, preenchendo a lacuna informativa ainda existente.

A formatação sugerida inicia-se com a:

I) Nominção

A expressão balanço não será utilizada na nominção do documento por se entender que fugiria à finalidade a que se propôs. A palavra balanço etimologicamente dá idéia de equilíbrio. No âmbito da contabilidade, significa equilíbrio de valores representando as origens e aplicação de recursos.

A proposta de ampliar a forma como são evidenciadas as ações sociais não inclui o balanceamento dos recursos disponíveis e sua respectiva aplicação, linha que poderá ser seguida em estudos futuros.

Assim sendo, o documento será identificado como **Demonstração de Ações de Responsabilidade Social** por ser a expressão que melhor atenderá ao objetivo proposto, qual seja, o de **demonstrar**. Mas, demonstrar o quê e para quem?

Demonstrar de uma forma mais detalhada a razão pela qual as ações são praticadas e o quanto foi investido, mostrando ao público, em geral, realizações que visem não apenas à melhoria de vida dos empregados, mas da comunidade onde os bancos estão inseridos.

1) Base de Cálculo

Os itens escolhidos em substituição aos utilizados nos modelos existentes representam parâmetros que caracterizam a expressividade econômica dos bancos.

A receita líquida é decorrente da atividade básica da empresa e o resultado operacional evidencia o lucro ou prejuízo dessa atividade, assim sendo, a conta que melhor evidencia não apenas atividade básica, mas o resultado das operações dos bancos, seria o resultado da intermediação financeira, acrescido da receita de prestação de serviços.

A folha de pagamento foi desconsiderada por não estar o foco da análise voltado ao relacionamento dos investimentos sociais aos gastos com pessoal, mas sim ao vínculo das aplicações sociais às potencialidades econômicas dos bancos, dentre os quais o lucro líquido do exercício.

Os dados serão extraídos da contabilidade oficial e terão seus valores relacionados, mediante técnica de análise, às ações de responsabilidade social identificadas, com vistas a possibilitar comparações entre as potencialidades econômicas auferidas e o desempenho social ostentado.

a) Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Representa o confronto das receitas e despesas da atividade operacional, caracterizando a dimensão econômico-social dos negócios ocorridos por meio da transferência de recursos captados e aplicados entre os diversos segmentos da sociedade onde os bancos desempenham seu papel social.

Estão incluídas, nesse grupamento, as receitas e despesas constantes do Anexo A, e são contas que integram a demonstração do resultado do exercício, de onde serão transportadas as informações.

Relacionar tais resultados com os valores despendidos em ações consideradas como de responsabilidade social permite visualizar o impacto que tal prática exerce no resultado da atividade básica dos bancos.

Ao mesmo tempo, a comparação poderá traduzir, em termos proporcionais, a constatação ou não do discurso social proferido quanto à prática de responsabilidade social, ao comparar o resultado bruto da atividade com os valores despendidos em forma de benefícios sociais.

b) Receita de Prestação de Serviços

Mesmo não integrando o conjunto das receitas de intermediação financeira, de acordo com o Cosif, não se pode deixar de considerar, como base de cálculo, as receitas de prestação de serviços, evidenciadas no Anexo A.

A pesquisa realizada pela empresa de Consultoria Austin Assis, da qual participaram 18 bancos instalados no Brasil, comentada no Jornal *O Liberal*, de 24 de fevereiro de 2004 (*In*: “Tarifas cobrem folha de pessoal dos bancos”, Belém, Caderno Painel, p. 6) aborda que:

Os bancos nunca ganharam tanto dinheiro com taxas e tarifas cobradas dos clientes, como agora. Apenas com as receitas de serviços que representam 16,6% dos ganhos totais, conseguem cobrir 100% da folha de pagamento e ainda sobram recursos. [...] Entre 1994 e 2003 as receitas das instituições financeiras cresceram 746,07%[...].

Por ser uma importante fonte de renda que retrata o atual momento econômico deste segmento, a relação expressiva desse valor com os investimentos sociais poderá representar um parâmetro econômico-social que melhor retrate a prática social divulgada pelos meios de comunicação.

c) Valor Adicionado Bruto

Este parâmetro também representa o enfoque econômico-social e tem como principal fonte de informação a demonstração do resultado do exercício, complementada com informações extraídas do balanço patrimonial.

O valor adicionado bruto caracteriza a riqueza gerada em decorrência da atividade dos bancos e será representado pelo grupo de contas constantes do modelo exposto no Anexo F.

Relacionar a riqueza agregada no período com os recursos aplicados em ações de responsabilidade social propiciará ver, em termos proporcionais, o quanto a empresa vem destinando à prática social.

d) Lucro Líquido do Exercício

As contas de receitas e despesas evidenciadas no Anexo A, depois de balanceadas, representam o resultado da atuação operacional dos bancos no período, que poderá ser lucro ou prejuízo.

Gil (2001, p. 22) diz que “[...] *uma empresa pode ter como objetivo principal o lucro; entretanto, deve proporcionar também os meios para a satisfação de outros objetivos.*”

Entendem-se como outros objetivos a preocupação, inclusive, com o âmbito social. A relação proporcional do valor investido em ações sociais e o lucro podem constituir um parâmetro de avaliação representativo do desempenho econômico-social dos bancos.

II) Estrutura

Mostrará os dados representativos dos benefícios prestados pelos bancos, como um compromisso à sociedade em geral, os quais serão agregados, em ações compulsórias e voluntárias, caracterizando a razão pela qual as práticas sociais são realizadas.

Evidenciará também as ações praticadas com recursos próprios e as em forma de parceria, facilitará visualizar o quanto vem sendo destinado ao exercício da cidadania, assim como os esclarecimentos dessa atuação social e a análise de acompanhamento dessa postura.

Este compromisso social estará focalizado em duas dimensões, semelhantes à forma já existente, porém diferenciadas no detalhe das informações, estando denominadas de Ações de Responsabilidade Social Interna e Ações de Responsabilidade Social Externa que abrigarão benefícios realizados sob as mais diversas formas.

Como Ações de Responsabilidade Social Interna, integram os investimentos feitos aos empregados considerados como Capital de Trabalho e seus dependentes, e estarão distribuídos em ações compulsórias e ações voluntárias.

Incluídos como Ações de Responsabilidade Social Externa estão os investimentos voltados de forma direta e indireta à Sociedade, ao Governo e ao Meio Ambiente, que poderão ser realizados com recursos próprios ou em parceria.

Como resultados das ações praticadas, serão considerados os esclarecimentos referentes aos valores investidos em ações dirigidas aos empregados ou à sociedade.

As informações relevantes envolvem os dados referentes ao quadro funcional, a satisfação da clientela, implantação de programas e/ou projetos que serão utilizados para efeito de análise de indicadores.

Finaliza-se a estrutura com a inserção de processos de análise Vertical, Horizontal e de Indicadores de Responsabilidade Social que procuram relacionar dados econômicos e sociais de forma comparativa, proporcionando ao público em geral uma visão compacta que permite avaliar a postura social dos bancos.

2) Total Ações de Responsabilidade Social Interna

Nos modelos tradicionais, os investimentos feitos ao público interno, representado por empregados e seus dependentes, são agrupados como Indicadores Sociais Internos.

Todas as ações listadas nos modelos existentes e constantes do estudo de caso foram mantidas na proposta por retratarem uma forma de gestão de recursos humanos voltada não apenas à qualidade no trabalho, mas também à qualidade de vida dos empregados.

Segundo Gil (2001, p.46-61), para que os empregados sejam produtivos “[...] *devem sentir que o trabalho que executam é adequado a suas habilidades e que são tratados como pessoa.*” Afirma ainda que as empresas devem desenvolver estratégias que possibilitem o crescimento pessoal de seus empregados, ao mesmo tempo em que garantem o alcance de suas metas e realização de sua missão.

Os investimentos feitos em benefícios, dentre os quais bem-estar e qualificação dos empregados, os motivam a um desempenho ótimo, ganhando a empresa maior produtividade podendo não apenas gerar emprego e renda, mas outros benefícios em prol da sociedade.

Foi ainda incluída na proposta a remuneração salarial e os honorários que integram outras demonstrações sociais, porém em forma de distribuição de riqueza gerada e não como benefícios.

As inclusões decorrem do conceito de responsabilidade social defendido no trabalho, que consiste em considerar a continuidade da empresa no mercado produtivo e a geração e manutenção de emprego uma ação socialmente responsável.

Fitz-enz (2001, p.1) afirma que “*A chave para manter uma empresa lucrativa ou uma economia saudável é a produtividade da força de trabalho.*” Esta afirmação reforça o conceito de responsabilidade social defendido.

Outras ações foram acrescentadas à proposta, como o recolhimento feito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por representarem depósitos efetuados pelos bancos em nome dos empregados que serão utilizados em causas sociais.

Ações que beneficiam empregados em caso de transferências para outras jurisdições, em forma de ajuda de custos e auxílio moradia, também foram consideradas, e por força de acordos trabalhistas, serão consideradas como ações compulsórias.

Os benefícios estarão dispostos em Compulsórios e Voluntários, e representam, em sua essência, a relação empregador *versus* empregados, evidenciando a postura social dos bancos perante seus empregados, tendo em vista que muitas das ações publicadas como de responsabilidade social emanam da legislação vigente, portanto obrigatória.

O fato de ser ou não voluntária não desmerece a ação praticada. Entretanto o discurso divulgado pela mídia deve melhor qualificar a informação, possibilitando ao público em geral analisar o grau de comprometimento social da empresa.

As contas identificadas a seguir representam a ação praticada no âmbito social evidenciada de forma analítica. O nome e número de códigos da ação devem variar de acordo com o plano de contas adotado pelos bancos.

De acordo com o Bacen, cada instituição financeira tem um elenco de contas próprias que integram o Cosif, sendo permitido utilizar apenas os títulos contábeis ali previstos. A codificação dessas contas pode ser estruturada em até 8 dígitos.

As contas detalhadas na proposta existem na contabilidade dos bancos, e são de controle interno com padronização contábil de 6 e 7 dígitos, portanto, mais analítica. Entretanto serão evidenciadas na estrutura até o dígito 5 do Cosif, por ser padrão a todos os bancos.

- Despesa de Pessoal-Proventos e Despesa de Honorários

Considerados neste grupo em virtude do conceito de responsabilidade social já comentado. Representam a remuneração em dinheiro concedido pelos serviços prestados pelos empregados e diretoria.

- Despesa de Pessoal – Benefícios

Segurança e Saúde do trabalhador: envolve os investimentos feitos com os meios de proteção do empregado no seu ambiente de trabalho, inclusive por intermédio de palestras que contribuem, dentre outros, para reduzir acidentes de trabalho.

Programa de Alimentação: considera os valores relacionados com alimentação concedida, inclusive o vale-refeição e cesta básica.

Vale Transporte: é a antecipação feita ao empregado para deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Auxílio Creche: corresponde ao reembolso de despesas com creche de forma parcial e integral.

Ajuda de Custo e Auxílio Moradia: representam benefícios concedidos por força de dissídios coletivos prestados aos empregados em caso de transferência para outras localidades, estando dispostos em contas distintas.

- Despesa Pessoal – Encargos

FGTS: compreende os valores recolhidos em nome dos empregados a ser utilizado em condições estabelecidas por lei.

Previdência Complementar: representada pelos valores destinados a complemento de benefícios a aposentadorias por tempo de serviço.

Plano de Assistência à Saúde: representa os valores concedidos em forma de benefício à assistência médica, à qualidade de vida e a outros gastos com a saúde.

- Despesa de Pessoal-Treinamentos

Educação Continuada: correspondem aos investimentos feitos como incentivo aos empregados para que continuem seus estudos em vários níveis.

Treinamentos: compreende os gastos que visam a ampliar as capacidades individuais para o desempenho de atividades.

- Despesa de Promoções e Relações Públicas

Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais.

Esporte e Lazer: compreende os gastos com atividades recreativas.

- Despesa de Manutenção e Conservação de Bens

Representa os gastos com manutenção de um ambiente de trabalho mais atracente. É uma ação compulsória por influenciar a sua inobservância na qualidade de vida dos empregados e clientes em geral.

- **Despesa de Seguros - Seguros de Vida em Grupo**

Corresponde aos valores de seguros de vida e de acidentes proporcionados aos empregados.

- **Participação nos Lucros da Empresa**

Compreende a parcela destinada aos empregados nos resultados da empresa.

Em caso de necessidade, o elemento Outros abrigará benefícios concedidos aos empregados por força de lei ou de forma voluntária, devendo ser nominados e codificados.

3) Total Ações de Responsabilidade Social Externa

Estas ações representam a preocupação dos bancos com a comunidade onde atuam e o país que lhe serve de sede, estando distribuídas, nesta proposta, em três grupamentos: Sociedade, Governo e Meio Ambiente que consolidam as ações que retratem as necessidades prementes da sociedade consideradas como de responsabilidade social.

O processo de mudança na linha estratégica de negócios de alguns segmentos econômicos passa a ser observada, por meio de práticas de ações sociais, embora, muitas vezes, tal atitude não venha sendo divulgada e implementada em forma de balanço social.

3.1) Sociedade

Os investimentos voltados para o público externo, considerados nesta proposta e consolidados no item Sociedade, são, em sua maioria, os listados nos modelos existentes e representam alguns dos problemas sociais como educação, saúde, cultura, amenizados pelas empresas, mesmo que de forma incipiente, por meio de ações consideradas socialmente responsáveis.

No caso da educação, por exemplo, seu processo é lento, mas é por meio dele que se pode desenvolver a capacidade intelectual e moral do ser humano, o que faz com que sua interação com a sociedade seja facilitada.

Foram incluídas na proposta ações referentes à contratação de estagiários e portadores de deficiência por retratar a nova realidade das empresas junto à sociedade.

As contas que identificam essa postura social são as seguintes:

- Despesa de Remuneração – Estagiário

Corresponde ao valor despendido com o uso da mão-de-obra estudantil.

- Despesa Serviços de Terceiros

Portadores de Deficiência: representa a remuneração concedida aos portadores de deficiência que atuam no banco.

- Despesa de Promoção e Relação Pública

Segrega as ações em Programas e Projetos realizados por conta própria e em forma de parceria, podendo estar direcionada a ações identificadas na contabilidade por despesas com:

Educação: envolve os gastos feitos sob as diversas formas de benefício à educação da comunidade.

Criança e Adolescente e Terceira Idade: representam os investimentos feitos na busca de amenizar os males sofridos pelos pontos extremos da natureza humana.

Combate à Fome: representam os valores investidos na compra de alimentos a serem distribuídos à população de baixa renda.

- Outras Obrigações: ficarão os valores recebidos para serem aplicados em ações feitas em parceria, podendo ser registradas com um subtítulo de Fundos de Investimentos Sociais, detalhado conforme critério de cada banco.

3.2) Governo

No **item Governo** foram considerados todos os impostos, taxas e contribuições, inclusive os encargos sociais, por representarem a maior parcela de recursos concedidos pela empresa que deverão retornar à sociedade em forma de benefícios prestados pelo Estado, que muito arrecada, porém enfrenta dificuldades para realizá-los, gerando grandes desigualdades sociais.

A idéia de incluir os encargos sociais neste grupamento está no fato de configurar-se como a contribuição das empresas junto à previdência social, que poderá ou não retornar ao empregado ao longo do tempo.

De Luca (1998, p.40) afirma que

Isto ocorre porque parte dos recursos [...] é utilizada para custear a própria máquina do governo na área da saúde e da previdência, inclusive a administrativa, além do fato de que nem todos os empregados se utilizam dessa assistência, recorrendo a associações de assistência médica e previdência privada.

Trata-se, portanto, de recursos repassados pelas empresas e intermediados pelo governo que procura assegurar, ao cidadão, saúde, educação e aposentadoria. Concessões de cunho social que buscam amenizar o abismo social existente no país.

Ao considerar todos os tributos nesse item, tentou-se consolidar o repasse feito ao governo, tornando-o equivalente à informação constante na estrutura dos balanços sociais e a inserida na DVA.

As contas de despesas a serem consideradas envolvem:

- Despesa de Pessoal-Encargos: representa os valores recolhidos com base na remuneração dos empregados.
- Despesa Tributária: corresponde à soma dos impostos e contribuições (exceto imposto de renda e contribuição social) feitas nas esferas federais, estaduais e municipais.

- Imposto de Renda e Contribuição Social: referente à distribuição realizada com base nos resultados alcançados no período.

3.3) Meio Ambiente

O item Meio Ambiente representa a preocupação dos bancos com a preservação do meio ambiente. Declaram considerar, na condução de seus negócios, que seus parceiros detenham postura ambiental semelhante a por eles praticadas, já que a natureza é o maior patrimônio.

A conta que melhor identifica a operação por representar despesa que seja de interesse da instituição, conforme o Cosif, é a:

- Despesa de Promoção e Relação Pública: abriga valores investidos em programas e projetos que retratam a preocupação com a ecologia e a preservação do meio ambiente.
- Outras obrigações: abriga os valores recebidos para investimentos em forma de parceria, conforme já explicado.

Os projetos e programas direcionados à sociedade são feitos por iniciativa da empresa, contam com incentivos governamentais, e muitas vezes são realizados em forma de parceria, o que não tira o brilho da atitude, só que poderiam ser quantificados na estrutura quanto à fonte que originou os valores investidos.

Os benefícios considerados como ações de responsabilidade social externa, somados individualmente, e em conjunto, totalizarão o valor investido em benefício da sociedade possibilitando analisar o relacionamento dos bancos com a sociedade que os acolhe.

4) Informações de Responsabilidade Social Relevantes

Representam dados que possibilitam avaliar procedimentos éticos do banco no que se refere a:

- Geração de empregos analisada por meio da média de empregados efetivos e admissões realizadas no período.

- Satisfação de clientes observada por meio do acréscimo de número de contas, boa aceitação de novos produtos, ou mediante aplicação de questionários aos clientes.
- Preocupação com segurança de empregados e clientes detectada por meio da avaliação do número de assaltos sofridos.
- Número de empregados terceirizados que representam geração de empregos por meio de contratação de mão-de-obra indireta.
- As unidades instaladas no período mostram a interação do banco com a comunidade, principalmente se forem em localidades economicamente deficitárias.
- O número de programas/projetos implementados com trabalhos voluntários ou não mostra o compromisso dos empregados e da própria empresa com ações de responsabilidade social.
- Por meio do valor de provisões em ações trabalhistas é possível analisar o nível de satisfação dos empregados em relação ao empregador.
- Acréscimos no número de projetos e programas sociais implantados, independente da forma como estão sendo conduzidos, deixam transparecer a preocupação dos bancos com problemas sociais.

A avaliação dessas informações se processa de forma visual, mediante o assinalar dos deltas que indicarão se houve acréscimos ou decréscimos no valor ou número das ações realizadas.

III) Resultado das Ações de Responsabilidade Social

Devem ser divulgados em forma de notas explicativas inseridas ao lado do valor da ação a que se referem. No comentário poderá constar a importância do investimento para a sociedade, ao relacionar valores e os resultados alcançados com a iniciativa.

Por serem auto-explicativas, apenas algumas informações serão abordadas.

- Resultado Bruto da Intermediação Financeira: Decorre do balanceamento das receitas e despesas vinculadas à atividade básica dos bancos e refletem o *spread* das transações financeiras.
- Total Ações de Responsabilidade Social Interna: Representa os investimentos feitos aos empregados que corresponderam a X% do total de recursos investidos em ações sociais.
- Despesas de Pessoal - Proventos: Investimentos efetuados a X nº de empregados que passaram a contribuir para o giro de capital da sociedade.
- Auxílio-Creche: Reembolso a X nº de empregados com filhos até Y anos de idade, feitos em forma integral e/ou parcial.
- Educação Continuada: Estimulou X nº de empregados a continuarem estudos em nível médio, superior, pós-graduação, mestrado e doutorado.
- Treinamento: Incentivou X nº de empregados a melhor desempenharem suas atividades por meio de eventos internos e externos. Foram realizados no período X nº de Cursos de X nº de horas.
- Estagiários: Proporcionou à classe estudantil X nº de estágios em nível médio e superior.
- Portadores de Deficiência: Consta no quadro da empresa X nº de portadores de deficiência que correspondem a Y nº de empregados efetivos.
- Educação à Sociedade: Por meio, por exemplo, do Programa Alfabetização Solidária foram atendidos X nº de jovens e adultos.
- Governo: Os recursos repassados correspondem a X % dos investimentos feitos no âmbito social que retornam à sociedade sob a forma de novos benefícios.
- Projetos e Programas ambientais: Por meio de ONGs, atuou no Programa X etc.

IV) Procedimentos de Análise

As informações constantes da Demonstração de Ações de Responsabilidade Social possibilitam a associação com seus vários componentes a partir da adoção de processos de análise que integram o contexto da contabilidade oficial extensivo à contabilidade social.

A formatação do formulário conduz à aplicação de três técnicas de análise. A análise vertical, a análise horizontal e a análise de indicadores.

A análise vertical possibilita visualizar a adoção das estratégias sociais seguidas pelos bancos já que relaciona o total dos investimentos às ações realizadas. A horizontal permite acompanhar a evolução ou involução dos valores investidos em cada área social.

A análise de indicadores é auto-explicativa e associa dados que refletem potencialidades econômicas a aspectos sociais ou a informações relevantes que caracterizem o procedimento ético que molda a postura dos bancos.

A avaliação visual dos processos de análise se materializa, além dos números inseridos no quadro resumo, no assinalar do conjunto de triângulos (deltas) impressos na estrutura. A informação transparente que reportam torna possível acompanhar o posicionamento econômico-social desse segmento.

A proposta não representa mais um documento de informações sociais, o que se objetiva é ampliar as estruturas existentes, direcionando-a aos bancos, no sentido de detalhar os dados de uma forma ainda não observada nos modelos sugeridos, para que possam melhor refletir a amplitude das ações socialmente responsáveis, divulgadas pelos meios de comunicação.

O detalhamento sugerido, ao separar os investimentos realizados em benefícios aos empregados, denominados de Capital de Trabalho, e caracterizados por Ações de Responsabilidade Social Interna, buscou dar transparência à prática social divulgada pela mídia.

É de conhecimento que muitos benefícios que integram o contexto de ações de responsabilidade social voltados aos empregados são realizados em cumprimento de normas legais, portanto direitos adquiridos.

Outros benefícios julgados necessários ao bem estar e qualidade de vida dos empregados também passaram a ser considerados no contexto social. O conjunto dessas ações visa mostrar à sociedade, o reconhecimento dos bancos para com aqueles que participaram ativamente no seu desempenho econômico-financeiro.

A iniciativa é salutar, pois dá condições de se acompanhar a postura social de bancos como empregadores. Porém melhor seria que fosse dado maior detalhamento dessa atuação social, no sentido de caracterizar se tais ações são realizadas porque a lei assim o determina ou se partem de uma atitude voluntária.

Em se tratando de recursos investidos voltados para o interior dos bancos, qual a proporcionalidade das ações voluntárias e compulsórias? É claro que considerando o conceito de responsabilidade adotado neste trabalho, que inclui as despesas de pessoal - salário e honorário, a diferença entre tais ações será significativa.

Porém, será que alguma ação voluntária vem realmente sendo desenvolvida, ou a prática social divulgada é tão somente cumprimento de preceitos legais? A resposta para esse questionamento é possível se uma maior transparência na prática de divulgar ações sociais for adotada.

Os benefícios voltados para a sociedade tendem a demonstrar o reconhecimento dos bancos quanto aos problemas sociais que envolvem a comunidade que os cerca.

Minimizá-los através de programas e projetos financiados com recursos próprios ou em forma de parceria são informações que podem se transformar em um fator de diferenciação entre os demais congêneres.

Não basta apenas dizer que praticam ações sociais em forma de parceria, é preciso evidenciar, em um conjunto de dados, o quanto vem sendo destinado a práticas sociais.

Muitas dessas ações decorrem de programas e/ou projetos próprios financiados pelos próprios bancos, ou realizados por meio de parcerias, que deveriam também ser melhor explicitadas.

A evidenciação numérica dessas ações, dispostas de forma detalhada e visualizada de maneira compacta, facilitará o acompanhamento do compromisso social dos bancos para com a sociedade, propagado pela mídia. Ao mesmo tempo em que mostrará a interação dos bancos com os elementos que os cercam por meio da transparência de seus investimentos sociais diante das potencialidades econômicas que ostentam.

Quadro 3 - Fórmulas e Significados dos Indicadores Propostos

<u>Valor Adicionado Bruto</u> Número Médio de Empregados	Quanto cada funcionário em média contribuiu para a geração de riqueza do banco.
<u>Resultado da Intermediação Financeira</u> Número Médio de Empregados	Quanto cada funcionário em média contribuiu para o resultado bruto do banco.
<u>Lucro Líquido do Exercício</u> Número Médio de Empregados	Quanto cada funcionário em média contribuiu para a obtenção do LLE.
<u>Número de Portadores de Deficiência</u> Número Médio de Empregados	Quanto do quadro funcional está sendo ocupado por portadores de deficiência.
<u>Número de Empregados Admitidos</u> Número Médio de Empregados	Quanto empregados em média foram gerados no período.
<u>Investimentos em Capital de Trabalho</u> Resultado da Intermediação Financeira	Quanto do resultado bruto do banco foi investido em benefício dos empregados.
<u>Investimentos na Sociedade (exceto governo)</u> Resultado da Intermediação Financeira	Quanto do resultado bruto do banco foi investido em ações para sociedade.
<u>Investimento no Governo</u> Resultado da Intermediação Financeira	Quanto do resultado bruto do banco foi investido em contribuições indiretas à sociedade.
<u>Investimento em Capital de Trabalho</u> Valor Adicionado Bruto	Quanto da riqueza gerada está investido nos empregados.
<u>Investimentos na Sociedade (exceto governo)</u> Valor Adicionado Bruto	Quanto da riqueza gerada foi investido em ações para sociedade.
<u>Investimento no Governo</u> Valor Adicionado Bruto	Quanto da riqueza gerada foi recolhido ao governo como participação indireta da empresa em benefício da sociedade.
<u>Investimento em Capital de Trabalho</u> Receita de Prestação de Serviços	Quanto da receita de prestação de serviço é investido em benefício dos empregados.
<u>Investimentos no Meio Ambiente</u> Receita de Prestação de Serviço	Quanto da receita de prestação de serviço é investido na preservação do meio ambiente.
<u>Investimento na Sociedade</u> Receita de Prestação de Serviço	Quanto da receita de prestação de serviço é destinado para investimentos em benefício da sociedade.
<u>Valor de Provisões em Ações Trabalhistas</u> Resultado da Intermediação Financeira	Quanto do resultado da atividade básica do banco está comprometido com provisões em ações trabalhistas

Fonte: Elaborado pela autora (Pesquisa 2003).

5.3 As Vantagens da Estrutura Proposta

Ao se idealizar a demonstração de ações de responsabilidade social, procurou-se vantagens que tornassem sua adoção atrativa, dentre as quais a de facilitar a análise das informações àqueles que dela necessitam, mediante o detalhamento da condução de programas e projetos sociais desenvolvidos.

Dentre outras vantagens estão as de:

- a) Consolidar as ações como benefícios prestados de acordo com um conceito amplo de responsabilidade social defendido.
- b) Indicar o código das contas do Cosif que abrigam os valores de ações de responsabilidade social.
- c) Visualizar, em uma mesma linha, os números que retratam a prática de ações sociais, acompanhados das notas de esclarecimentos que possibilitam conhecer a estratégia social que vem sendo desenvolvida.
- d) Uniformizar critérios de elaboração de informações sociais para um segmento da sociedade, favorecendo um atributo da contabilidade que é a comparabilidade.
- e) Separar os benefícios direcionados aos empregados, em ações voluntárias e ações compulsórias, proporcionando uma melhor transparência quanto à prática de ações sociais voltadas para o interior dos bancos.
- f) Demonstrar se os programas e/ou projetos sociais dirigidos à comunidade são de iniciativa própria ou decorrem de ações realizadas em forma de parceria.
- g) Totalizar os investimentos realizados em ações de responsabilidade social interna e externa, propiciando conhecer de imediato o quanto foi investido no âmbito social.
- h) Direcionar a técnica de análise vertical para identificar as ações que vêm obtendo mais investimentos, já que serão relacionadas com o total de recursos aplicados.

- i) Inserir a técnica de análise horizontal permitindo o acompanhamento investido em cada área social.
- j) Dispor de informações que exerçam impacto na postura social dos bancos, caracterizadas pela geração de empregos, satisfação da clientela, a preocupação com a segurança e a disseminação de práticas sociais por meio de novos programas e/ou projetos.
- k) Relacionar dados quantitativos e qualitativos que facilitem as análises comparativas, baseadas em indicadores sociais, inclusos na estrutura, tornando sua elaboração obrigatória.
- l) Evidenciar de forma compacta os dados que retratem visualmente o posicionamento social, identificando acréscimos e decréscimos assinalados por meio de deltas.

A proposta ao incluir 3 processos de análise contribui para a avaliação do desempenho social, podendo os gestores avaliar o compromisso assumido com a sociedade e essa mesma sociedade pode comprovar numericamente a atuação.

Tachizawa (2002, p.353) afirma que a:

Análise significa extrair das informações conclusões mais relevantes para apoiar a avaliação e a tomada de decisões exigidas para o equacionamento das questões ambientais e sociais. Tal análise serve para revelar tendência, projeções e relações de causa e efeito que poderiam não ficar evidentes.

Os parâmetros utilizados nas análises sugeridas contribuem com o processo de avaliação e acompanhamento de desempenho social, bem como servem para comprovar ou não as afirmações divulgadas na mídia sobre a postura social das empresas.

Kanitz, na Revista Veja, de 18 de fevereiro de 2004 (p. 22), comenta ter criado o Prêmio Bem Eficiente, dedicado aos que devotam 100% de suas energias e receitas ao social como, por exemplo, as entidades beneficentes. Afirma ainda,

dentro deste contexto, que as empresas “[...] gastam em média 0,1% de suas receitas no social e acham que merecem prêmios por isso.”

Relacionar quantidade de riqueza agregada no período com os recursos destinados às práticas sociais reforça a idéia de que a transparência na condução de assuntos sociais deve ficar melhor definida, para que afirmações dessa ordem possam vir a ser confirmadas ou contestadas.

5.4 Operacionalização da Proposta

A viabilidade da implantação da Demonstração de Ações de Responsabilidade Social, antes de qualquer coisa, dependerá, exclusivamente, da vontade dos bancos, por se tratar de um processo voluntário, caracterizando talvez uma desvantagem da sugestão.

A operacionalização da proposta tem início com a interface dos dados gerados pelo sistema de informação contábil que os formatará em um nível de detalhamento que conduza o usuário a melhor entender a forma como são conduzidos os investimentos sociais.

A proposta reorganiza em compulsórias e voluntárias as contas de despesas em que foram contabilizadas as ações sociais. Da mesma forma, identifica os programas/projetos executados para a comunidade especificando se foram idealizados pelos bancos ou por terceiros e a origem dos recursos utilizados, se próprios ou de parceiros.

O procedimento não desvia a padronização contábil exigida pelo Bacen, já que o nível de detalhamento melhor evidenciará a conduta social, trazendo a sugestão um modo de uniformizar a divulgação.

Mesmo que os bancos utilizem Planos de Contas Internos, conhecidos por Código de Eventos, o processo de reorganização das contas é idêntico. A ação já foi praticada e contabilizada na codificação existente, devendo ser apenas reestruturada.

A consolidação dos benefícios sociais identificados pelo código de contas e disposto de forma mais detalhada não é observada nos modelos existentes por ser generalizado a todo ramo de atividade.

O modelo Ibase no caso, apresentado no Anexo D não tem igual formato. O quadro comparativo a seguir resume as diferenças entre este documento e a proposta sugerida.

Quadro 4 – Diferenças entre as estruturas de ações sociais

ITEM	ESTRUTURA EXISTENTE	ESTRUTURA PROPOSTA
Finalidade	Mostrar à sociedade o desempenho social das empresas	Mostrar a sociedade o como e a razão pela qual, as ações são praticadas, e quanto foi investido em compromissos sociais.
Nominação	Balço Social	Demonstração de Ações de Responsabilidade Social
Estrutura	Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta	Resultado de Intermediação Financeira, Receitas de Prestação de Serviços, Valor Adicionado Bruto e Lucro Líquido do Exercício.
Base de Cálculo		Ações de Responsabilidade Social Interna Capital de Trabalho Compulsória Voluntária
Componentes	Indicadores Sociais Internos	
	Indicadores sociais Externos Sociedade	Ações de Responsabilidade Social Externa Sociedade Projetos e Programas Próprios Projetos e Programas em Parceria
	Tributos (excluídos encargos sociais) Indicadores Ambientais	Governo (todos os tributos, impostos e contribuições, inclusive encargos sociais) Meio Ambiente Projetos e Programas Próprios Projetos e Programas em Parceria
	Indicadores do Corpo Funcional	
	Informações Relevantes	Informações de Responsabilidade Social Relevantes (considerados para efeito de análise)
	Outras Informações	
Valor Adicionado		Considerado como base de cálculo na forma dos modelos existentes
Notas Explicativas	Os esclarecimentos acompanham fotografias que se sobrepõem algumas vezes às notas explicativas estando distantes dos números a que se referem.	Os esclarecimentos estão na mesma linha dos números, o que facilita visualizar o resultado da prática social adotada.
Técnicas de Análise	Análise Vertical: relaciona os indicadores Sociais Internos e Externos à base de cálculo.	Análise Vertical: relaciona as ações de responsabilidade social interna e externa ao total dos investimentos aplicados, possibilitando o redirecionamento de estratégia social.
	Análise de Indicadores: evidencia ser a prática optativa, pois nem sempre é realizada nos balanços sociais	Análise Horizontal: evidencia acréscimos e decréscimos dos investimentos sociais. Análise de Indicadores: é obrigatória e relaciona as ações de Responsabilidade Social Relevante à base de cálculo sugerida e facilita acompanhar o desempenho social por meio de delias, inseridos ao lado de cada indicador.

Fonte: Elaborado pela autora (Pesquisa 2003)

5.5 Estrutura da Demonstração das Ações de Responsabilidade Social

Apresenta-se a seguir o documento proposto, lembrando que as instruções orientadoras para sua elaboração podem ser encontradas no tópico 5.2 Análise da Proposta.

Quadro 5- Estrutura de Evidenciação de Ações de Responsabilidade Social

DEMONSTRAÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL						
Empresário	Quadro Resumo	2002		2001		Resultado das Ações de Responsabilidade Social
		RS mil	AV %	RS mil	AV %	
	1- Base de cálculo					
	Resultado Bruto Intermediação Financeira					
	Receitas de Prestação de Serviços					
	Valor Adicionado Bruto					
	Lucro Líquido do Exercício					
	2- Total Ações de Responsabilidade Social Interna					
	2.1- Capital de Trabalho					
	Compulsória					
	8.1.7.33.00- Despesa de Pessoal – Proventos					
	8.1.7.18.00- Despesas de Honorários					
	8.1.7.27.00- Despesa de Pessoal – Benefícios					
	Compulsória					
	8.1.7.27.00- Segurança e Saúde do Trabalhador					
	8.1.7.27.00- Programa de Alimentação					
	8.1.7.27.00- Vale Transporte					
	8.1.7.27.00- Ajuda de Custo					
	8.1.7.27.00- Auxílio Moradia					
	8.1.7.27.00- Outros					
	Voluntária					
	8.1.7.27.00- Auxílio Creche					
	8.1.7.27.99- Outros					
	8.1.7.30.00- Despesa de Pessoal – Encargos					
	Compulsória					
	8.1.7.30.10- FGTS					
	8.1.7.30.99- Outras					
	Voluntária					
	8.1.7.30.60- Previdência Complementar					
	8.1.7.30.99- Plano Assistência de Saúde					
	8.1.7.30.99- Outros					
	8.1.7.36.00- Despesa de Pessoal – Treinamentos					
	Voluntária					
	8.1.7.36.00- Educação Continuada					
	8.1.7.36.00- Treinamento					
	8.1.7.42.00- Despesas de Promoções e Relações Públicas					
	Voluntária					
	8.1.7.42.00- Cultura					
	8.1.7.42.00- Esporte e Lazer					
	8.1.7.51.00- Despesas de seguros- Seguro de Vida em grupo					
	8.9.7.00.00- Participação no Lucro das Empresas					
	3- Total Ações de Responsabilidade Social Externa					
	3.1- Sociedade					
	8.1.7.37.00- Despesa de Remuneração – Estagiário					
	8.1.7.57.00- Despesa Serviços de Terceiros – Portador Deficiência					

(Continua)

Quadro 5- Estrutura de Evidenciação de Ações de Responsabilidade (continuação)

		Resultado das Ações de Responsabilidade Social										
		RS mil	AV %	RS mil	AV %	AH%						
		2002	Análise	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	Análise
3.1- Sociedade (continuação)												
8.1.7.42.00- Despesa de Promoções e Relações Públicas												
Projeto/ Programas Próprios												
8.1.7.42.00- Educação												
8.1.7.42.00- Saúde												
8.1.7.42.00- Cultura												
8.1.7.42.00- Esporte e Lazer												
8.1.7.42.00- Criança e Adolescência												
8.1.7.42.00- Terceira Idade												
8.1.7.42.00- Combate à Fome												
8.1.7.42.99- Outros												
Projeto/Programas em Parceria												
8.1.7.42.00- Educação												
8.1.7.42.00- Saúde												
8.1.7.42.00- Cultura												
8.1.7.42.00- Esporte e Lazer												
8.1.7.42.00- Criança e Adolescência												
8.1.7.42.00- Terceira Idade												
8.1.7.42.00- Combate a Fome												
8.1.7.42.99- Outros												
4.9.0.00.00- Outras Obrigações - Fundo de Investimentos Sociais												
3.2- Governo												
3.3- Meio Ambiente												
8.1.7.42.00- Despesa de Promoções e Relações Públicas												
8.1.7.42.00- Projetos/Programas Próprios												
8.1.7.42.00- Projetos/Programas em Parceria												
4.9.0.00.00- Outras Obrigações - Fundo de Investimentos Sociais												
Total das Ações de Responsabilidade Social (2 + 3)												
4- Informações de Responsabilidade Social Relevantes			Análise	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	Análise
Nº de empregados ao final do período			Δ ▽									Δ ▽
Nº de admissões durante o período			Δ ▽									Δ ▽
Nº de Projetos/ Programas sociais implementados			Δ ▽									Δ ▽
5- INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL												
Valor Adicionado Bruto			Δ ▽									Δ ▽
Número Médio de Empregados			Δ ▽									Δ ▽
Resultado de Intermediação Financeira			Δ ▽									Δ ▽
Número Médio de Empregados			Δ ▽									Δ ▽
Lucro Líquido do Exercício			Δ ▽									Δ ▽
Número Médio de Empregados			Δ ▽									Δ ▽
Número de Portadores de Deficiência			Δ ▽									Δ ▽
Número Médio de Empregados			Δ ▽									Δ ▽
Número de Empregados Admitidos			Δ ▽									Δ ▽
Número Médio de Empregados			Δ ▽									Δ ▽
Investimentos em Capital de Trabalho			Δ ▽									Δ ▽
Resultado da Intermediação Financeira			Δ ▽									Δ ▽
Investimento na Sociedade_ (exceto governo)			Δ ▽									Δ ▽
Resultado da Intermediação Financeira			Δ ▽									Δ ▽
Investimento no Governo			Δ ▽									Δ ▽
Resultado da Intermediação Financeira			Δ ▽									Δ ▽
Investimentos em Capital de Trabalho			Δ ▽									Δ ▽
Valor Adicionado Bruto			Δ ▽									Δ ▽
Investimento na Sociedade_ (exceto governo)			Δ ▽									Δ ▽
Valor Adicionado Bruto			Δ ▽									Δ ▽

Fonte: Elaborado pela autora (Pesquisa 2003).

CONCLUSÃO

O Balanço Social expressa o exercício da cidadania empresarial, ao possibilitar, por meio de um conjunto de informações relevantes, que a sociedade tome conhecimento das ações sociais praticadas pelas empresas, ao demonstrarem interação com a comunidade.

O nível do comprometimento das empresas com os problemas sociais focaliza ações direcionadas ao benefício dos empregados e da sociedade.

Esse compromisso assumido deve ter por base princípios e valores éticos e, por estar inserido dentro de um contexto contemporâneo, vem sendo chamado de responsabilidade social.

A proposta deste trabalho foi a de analisar a forma como são evidenciadas as ações consideradas, conceitualmente como de responsabilidade social, dos bancos.

Este segmento econômico, no Brasil, passou por profundas mudanças decorrentes de privatizações de quase todos os bancos públicos estaduais, saneamento de bancos federais, a livre concorrência de bancos internacionais e a absorção de muitos por outros de maior porte.

A responsabilidade social principal, neste caso, foi vencer os numerosos desafios, lutando para se manter atuantes no mercado, solidificando raízes de sobrevivência, pois sua permanência é a força impulsionadora do desenvolvimento integrado das regiões, por meio de recursos, produtos e serviços, o que torna os bancos transformadores nos âmbitos econômico, financeiro, político, social e ambiental, proporcionando a satisfação dos *stakeholders*.

O estudo de caso múltiplo que deu sustentação ao trabalho evidenciou que, nos modelos de balanços sociais, existe um problema quanto à forma de demonstrar como as ações sociais são praticadas.

A proposta sugerida apresenta uma alternativa que resolveria o problema, ao detalhar e consolidar dados, ampliando a sua importância junto ao usuário, tornando-se mais qualitativa, quantitativa e, principalmente, informativa e transparente.

Os resultados deste estudo permitiram constatar que os objetivos da pesquisa, identificados no Capítulo 1, foram alcançados de acordo com as seguintes conclusões:

- 1) Foi apresentada uma ampliação na forma de estruturar ações de responsabilidade social que melhor demonstrasse à sociedade a postura social do segmento bancário.
- 2) A reorganização das ações sociais mostrou que um diagnóstico social pode ser feito mediante a visualização gráfica das ações consideradas como de responsabilidade social exposta de forma compacta, inclusive com explicações a respeito das práticas adotadas.
- 3) **A Demonstração de Ações de Responsabilidade Social** proposta pode facilitar a análise do nível de ações praticadas quanto:
 - a) à forma de atuação, se voluntária ou compulsória, e se feitas mediante programas e projetos próprios ou em parceria;
 - b) a visualizar o total dos valores investidos em práticas sociais e onde estão concentrados os maiores investimentos em termos proporcionais;
 - c) a um melhor acompanhamento das ações praticadas permitindo a adoção de decisões moldadas em técnicas de análises e transparência gráfica, representada por deltas inclusos na estrutura, que têm a função de caracterizar acréscimos ou decréscimos de atuações sociais.
- 4) A proposta é voltada para os bancos e, independente da ação social praticada, os investimentos estão registrados e identificados na contabilidade, de forma padronizada pelo Cosif, o que facilita a comparabilidade.
- 5) O nível de detalhamento das contas partiu de dados já existentes na contabilidade oficial. A sugestão proposta apenas molda as contas a uma estrutura social que utiliza o apoio da informática.

- 6) A relação das estratégias sociais adotadas pelos bancos às suas potencialidades econômicas permitirá comprovar ou negar o que propaga a mídia a respeito de responsabilidade social.

As conclusões enumeradas auxiliam a constatação das hipóteses suscitadas, testadas por eventos e circunstâncias do mundo real, considerando verdadeiras as seguintes afirmações:

- Os balanços sociais publicados não distinguem as ações sociais em voluntárias e compulsórias.

Considerando que o objetivo principal do balanço social é o de prestar contas das ações sociais já realizadas, mostrando à sociedade o grau de envolvimento das empresas com questões sociais, foi observado que muitas das ações praticadas, principalmente as que envolvem o bem-estar dos empregados, são realizadas pelos bancos, não porque são solidários às causas sociais, mas em cumprimento a normas legais decorrentes, inclusive, de acordos coletivos.

O *marketing* da propaganda de algumas empresas é forte, e faz com que a prática social divulgada nos modelos existentes leve a sociedade a acreditar estarem as empresas realmente comprometidas com as questões sociais. O que não deixa de ser verdade, porém esta informação precisa ser melhor qualificada.

- Os balanços sociais publicados não caracterizam a origem dos recursos utilizados.

As empresas evidenciam suas preocupações com a comunidade mediante a prática de ações que venham a amenizar os desníveis sociais existentes. Entretanto, foi observado que, mesmo enfatizando em notas explicativas atividades feitas em parceria, os valores recebidos e administrados para este fim não são evidenciados nos modelos utilizados.

A Demonstração de Ações de Responsabilidade Social, por ter uma estrutura que contempla informações dispostas de forma a melhor traduzir o comprometimento dos bancos no âmbito social, pode contribuir como um meio de comunicação importante para a sociedade.

Convém registrar que a contribuição deste trabalho não está apenas na ampliação da forma como são estruturadas as informações inscritas nos balanços sociais existentes, a ser utilizada pelos bancos, mas também na sua utilização, desde que adaptada, para os demais segmentos econômicos.

Analisando os balanços sociais de empresas de outros ramos de atividade, tais como petrolífero, calçados, energia elétrica, celulose, alumínio e supermercados, foi constatado que os investimentos estão voltados para as mesmas preocupações sociais: a saúde, a educação, o esporte, a cultura, o meio ambiente, dentre outros, direcionados não apenas aos empregados, mas à comunidade que os rodeia.

Da mesma forma, as informações prestadas à sociedade nos modelos existentes não especificam como foram obtidos os recursos investidos em ações sociais e por que foram aplicados nas ações nominadas.

A clareza da informação prestada aos usuários quanto a práticas sociais adotadas pelas empresas independe da atividade que desenvolvam. Razão pela qual a estrutura apresentada pode ser utilizada, desde que moldada a qualquer segmento que a adote.

A elaboração e divulgação de informações sociais é uma atitude voluntária, e como tal será a adoção desta proposta pelos bancos que desejarem dar mais transparência às suas práticas de ações sociais.

Convém esclarecer que a pesquisa realizada não apenas constatou a necessidade de se ter uma demonstração de ações sociais analítica, disposta de forma compacta, que permitisse visualizar o desempenho social dos bancos, mas também gerou a identificação de alguns pontos que precisam ser aprofundados como complemento aos estudos aqui iniciados, e que envolvem os seguintes questionamentos:

- O que leva a maioria dos bancos a não publicar suas ações sociais mesmo as praticando de alguma forma?
- O que motiva a minoria dos bancos a se envolver em ações de responsabilidade social voluntária?

- A preferência em ser cliente de algum banco já tem como ponto de referência a atuação social que desenvolvem?

As respostas para tais questionamentos podem ensejar novas linhas de pesquisa, que contribuirão para disseminar conceitos mais abrangentes de responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARRIGONI, Fernando José. *Disclosure das Aplicações Sociais da Sociedade Cooperativa e sua Contribuição à elaboração do Balanço Social*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). São Paulo, 2000. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível no endereço: <<http://www.bancocentral.gov.br>>. Acessado em várias datas de 2003.

_____. Disponível no endereço: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessado em várias datas de 2003.

BANCO BRADESCO S.A. **Balanço Social 2001.**

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. **Balanço Social 2000, 2001. Relatório Anual de 2001.**

BANCO DO BRASIL S.A. **Balanço Social 2000, 2001 e 2002. Relatório Anual de 2001.**

BANCO ITAÚ. **Balanço Social 2000, 2001 e 2002. Relatório Anual de 2001.**

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES. **Balanço Social 2001. Relatório Anual de 2001.**

BANCO DO NORDESTE S.A. **Balanço Social. Relatório Anual de 2001.**

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE. **Relatório Anual de 2002.**

BANCOS adotam princípios de responsabilidade social. Artigo publicado no jornal **O Valor Econômico**, de 5 de junho de 2003, São Paulo.

BANCOS investem pesado em imagem. **Folha de São Paulo**, de 13/07/2003, São Paulo, Caderno Dinheiro, p. B6.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para iniciação científica**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BAUMHART, Raymund S.J. **Ética em Negócios**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1971.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidade Social dos homens de negócios**. Tradução Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1957.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. *In: Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 9a. ed. São Paulo: Mapa Fiscal Editora Ltda., 1992.

_____. Decreto-Lei nº 76.900 de 23 de dezembro de 1975. *In: Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 9a. ed. São Paulo: Mapa Fiscal Editora Ltda., 1992.

_____. Lei Complementar nº 26 de 11 de setembro de 1975. *In: Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 9a. ed. São Paulo: Mapa Fiscal Editora Ltda., 1992.

_____. Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966. *In: Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 9a. ed. São Paulo: Mapa Fiscal Editora Ltda., 1992.

_____. Resolução nº 1524, de 21 de setembro de 1988 – BACEN. Disponível no endereço: <<http://www.bancocentral.gov.br>>. Acesso em 26/05/2003.

_____. Decreto Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSABILITY. Disponível no endereço <<http://www.bsr.org>>. Acessado em várias datas de 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. **Balanço Social. Relatório Anual de 2001**.

CARDOSO, Alexandre Jorge Gaia. **A Responsabilidade Social e o setor Bancário: Um Estudo de Caso**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARVALHO, Nelson L.; RIBEIRO, Maisa de Souza. **A Posição das Instituições Financeiras Frente ao Problema das Agressões Ecológicas**. IX Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil, FEA/USP. Anais. São Paulo, 2000.

CASTRO, Cláudio Moura. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: Editora McGrawhill do Brasil, 1977.

COLLI, José Alexandre; FONTANA, Marino. **Contabilidade Bancária**. 5ª ed. São Paulo: Atlas .1990.

CRAVERO, Márcia. **Análise de Alguns Modelos de Relatórios Sociais**. Monografia (Graduação em Contabilidade). São Paulo, 2002. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado –DVA- Um Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza das Empresas para os Funcionários**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado – Do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. Tradução de Nivaldo Montingelli Júnior. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. **Responsabilidade Social: A Empresa Hoje**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1986. Fundação Assistencial Brahama.

DUBRIN, Andrew J. **Essentials of Management**.5th ed. Cincinnati, South-Western College Publishing, 2000.

EXAME: **Guia da Boa Cidadania Corporativa**. São Paulo, 2001.

_____. **Guia da Boa Cidadania Corporativa**. São Paulo, 2002.

_____. **Guia da Boa Cidadania Corporativa**. São Paulo, 2003.

_____. **Melhores e Maiores**. São Paulo, 2002.

_____. **Melhores e Maiores**. São Paulo, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Balanço Social - FEBRABAN.ORG. Disponível no endereço: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em diversas datas de 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FITZ-ENZ, Jac. **Retorno do Investimento em Capital Humano**. Tradução de Celso Roberto Paschoa. São Paulo: Makron Books, 2001.

FRANÇA, Júnia Lessa, com colaboração de: VASCONCELLOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris Borges. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 6ª ed. ver. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFM, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Tradução Luciana de Carli. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GLAUTIER, Mwe E Underdown, *Accounting Theory and Practice*. Pitmann Publishing Limited, London, 1977.

GONÇALVES, Ernesto Lima (Org). **Balanço Social da Empresa na América Latina**. Tradução de Maria Aparecida Ataliba de Lima Gonçalves. São Paulo: Pioneira, 1980.

GRAYSON, David; HODGES, Adrian. **Compromisso Social e Gestão Empresarial**. Tradução de Carlos Mendes Rosa, César Taylor, Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1976.

IBRACON -Instituto Brasileiro de Contadores. **Princípios Contábeis: Pronunciamentos do: IBRACON - Normas Brasileiras de Contabilidade / CFC - Normas Internacionais de Contabilidade / IASC**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. 2003.

_____. **Manual de Primeiros Passos de Responsabilidade Empresarial.** 1998.

_____. **Primeiros Passos.** Versão 2003.

INSTITUTO ETHOS. Disponível no endereço <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/publicacoes/outras_publicacoes>. Acessado em 2002.

INSTITUTO IBASE . Disponível no endereço: <<http://www.balancosocial.org.br/empresas.htm>>. Acessado em várias datas de 2002 e 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA -IPEA. Disponível no endereço: <<http://www.gov.br/asocial/resumo.htm>>. Acesso em 08/06/2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KANITZ, Stephen. Paz de Espírito. **Revista Veja.** Ed. 1841, ano 37, nº 7. São Paulo, 18 de fevereiro de 2004.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Práticas da Pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2001:

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco Social – Teoria e Prática.** 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Maria Araci de. **Uma contribuição ao Estudo sobre a Elaboração do Balanco Social do terceiro Setor.** Um Estudo de Caso. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LISBOA, Lázaro Plácido; RIBEIRO, Maísa. **Balanco Social.** **Revista Paulista de Contabilidade.** São Paulo, 1999.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos.** São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Eliseu. Uma nova demonstração: a do Valor Adicionado. *Temática Contábil e Balanços. Informações Objetivas – IOB*, nº 14, 1993.

_____. Demonstração do Valor Adicionado de Bancos. *Temática Contábil e Balanços. Informações Objetivas – IOB*, nº 30, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. *Guia para Elaboração de Monografia e Trabalhos de Conclusão de Curso.* São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualimark Ed., 2001.

_____. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A administração do terceiro setor.** Rio de Janeiro: Qualimark Ed., 1999.

NASH, Laura. **Ética nas Empresas.** São Paulo: Makron Books do Brasil, 1993.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de Monografia.** 2^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de Oliveira. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PARMEZZANO, Claudia Meca. **Demonstração do Valor Adicionado: Uma proposta de modelo aplicado às principais seguradoras do Brasil e os resultados obtidos desta pesquisa.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Carlos Alberto. **Contribuição à Elaboração de um Modelo de Mensuração Aplicado aos Modelos de Decisão dos Principais Eventos Econômicos de Instituições Financeiras: Uma abordagem de Gestão Econômica.** São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PRADO, Érica. Bancos contra atacam para salvar imagem. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, B6, 13 de julho de 2003.

PRADO JR., Caio. **Histórias Econômicas do Brasil**. 39ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

REIS, Adriana Martins. Responsabilidade social pode render lucros e dividendos. Disponível no endereço <<http://wessel.bol.com.Br/cgi-bin/webmail.exe>>. Acesso em 08/06/2002.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Balço Social: Participação X Responsabilidade Empresarial**-Seminário na Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais – Abemec Nacional. 1997.

_____. **Balço Social: Instrumento de divulgação da Interação da empresa com a sociedade**. 23º Enanpad – Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Anais. Foz do Iguaçu – PR, 19 a 22/09/1999.

_____. O Custeio por Atividades Aplicado ao Tratamento Contábil por Gastos de Natureza Ambiental. **Cadernos de Estudos Fipecafi**, São Paulo, v.10, nº 19, p. 82-91, setembro/dezembro 1998.

_____. **Custeio das Atividades de natureza ambiental**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ROSEN, Christine Meisner, Businessmen Against Pollution. In: **Late Nineteenth Century Chicago – History Business Review**, 69 (3), autumn 1995.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA**. Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. São Paulo, 1999. Tese (Livre Docência em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo et al. **O balanço Social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis**. 22º Encontro da ANPD, Anais, 1998.

_____. **Demonstração do Valor Adicionado. Como elaborar e analisar a DVA.** São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SERRALVO, Maria Clotilde Perez Rodrigues. **As Estratégias Competitivas no Setor Bancário – Um estudo de caso.** São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Ana Paula da Silva; SANTOS, Ana Cecília dos. **A Responsabilidade Social Corporativa e o Balanço Social como Instrumento de Transparência.** 2º Seminário USP. Anais. 01 a 02/10/2002.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org). **Balanço Social: Teoria e Prática: Inclui o novo modelo IBASE.** São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Girval Trevisan da. **Balanço Social: o problema de sua evidenciação.** *Revista Paulista de Contabilidade.* São Paulo, nº 484, p. 19-24, julho, 2002.

SILVEIRA FILHO, Ubirajá; FREY, Márcia Roseana. **Análise das ações das Empresas Detentoras do Selo IBASE/Betinho 2000.** 2º Seminário USP. Anais. 01 a 02/10/2002.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia. **Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações:** Uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Produção). Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Tradução Luiz João Baraúna. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOLOMON, Robert. **A Melhor Maneira de Fazer Negócios: como a integridade pessoal leva ao sucesso corporativo.** São Paulo: Negócios Editora, 2000.

SOUZA, Herbert de. **Empresa Pública e Cidadã. Folha de São Paulo.** p.2-2, 26 de março de 1997.

SOUZA FILHO, José Vicente de. **Razões Contemporâneas para a Divulgação e Implantação do Balanço Social.** São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em

Contabilidade). Departamento de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SUL AMÉRICA – Relatório de Atividades 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TARIFAS cobrem folha de pessoal dos bancos. **Jornal O Liberal**, Caderno Painel, p.6, Belém, 24 de fevereiro de 2004.

TEIXEIRA, Luiz Antonio Nunes. Artigo. In: **Revista de Administração de Empresas FGV**, São Paulo, 1984.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social – Uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. **Balanco Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TREVISAN, Fernando Augusto. O balanço social e o marketing das empresas. **Revista Trevisan Especial**. São Paulo, nº 154, p.20-24, dez. 2000.

UNAMA – UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. **O grau de satisfação do cliente, usuário em relação aos produtos e serviços ofertados pelos bancos da grande Belém**. 2001.

UNIBANCO. **Balanco Social 2001 e 2002. Relatório Anual de 2001.**

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Responsabilidade Social das Organizações: Um estudo de caso no Banco Central do Brasil**. Rio de Janeiro, 1999. (Dissertação de Mestrado). Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

VICENTE, Paula; MARQUES Simone. **Responsabilidade Social e voluntariado nas empresas**. Disponível no endereço <<http://watson.bol.com.br/cgi-bin/webmail.exe>>. Acesso em 08/06/2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

YOSHIOKA, Ricardo. Valor Adicionado –alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. Temática Contábil e Balanços. **Informações Objetivas – IOB**, nº 8, 1998.

YOUNG, Carlos Eduardo F; SANTOS, Márcia Carvalho dos. **Responsabilidade Social: Sua Percepção na Contabilidade Nacional e na Contabilidade Empresarial**. 2º Seminário USP. Anais. 01 a 02/10/2002.

ANEXOS

Anexo A - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	147
Anexo B – Consolidação dos bancos existentes em 2002	151
Anexo C – Empresas que publicam Balanço Social no Modelo Ibase	155
Anexo D – Balanço Social Anual Ibase	166
Anexo E – DVA modelo Fipecafi – empresas em geral	169
Anexo F – DVA modelo Fipecafi – Bancos	170
Anexo G – DVA modelo Instituto Ethos	171

ANEXO A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

DESCRIÇÃO

Receitas da Intermediação Financeira

Operações de Crédito

7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito
7.1.9.20.00-9	Recuperação de créditos baixados como prejuízo
7.1.9.25.00-4	Rendas de créditos decorrentes contratos exportação adquir
7.1.9.50.00-0	Rendas de créditos p/avais e fianças honrados
7.1.9.80.00-1	Rendas de repasses interfinanceiros
8.1.9.45.00-5	Despesas cessão créditos decorrentes contratos exportação
8.1.9.50.00-7	Despesas de cessão de operações de crédito

Operações de Arrendamento Mercantil

7.1.2.00.00-4	Rendas de arrendamento mercantil
8.1.3.99.00-4	Despesas de arrendamento mercantil

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez
7.1.5.10.00-0	Rendas de títulos de renda fixa
7.1.5.75.00-7	Lucros com títulos de renda fixa
7.1.5.90.00-6	TVM - ajuste positivo ao valor de mercado
7.1.9.40.00-3	Rendas de aplicações no exterior
7.1.9.45.00-8	Rendas de aplicações no exterior - taxas flutuantes
7.1.9.47.00-6	Rendas de aplicações em moedas estrang.no país -tx.flutuantes.
7.1.9.90.05-3	Perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros
7.1.9.90.10-1	Reversão de provisões operacionais - títulos livres
7.1.9.90.15-6	Desvalorização de títulos vincul. a operações compromissadas
7.1.9.90.20-4	Desvalorização de títulos vincul.a negociação e intermed.de valores
7.1.9.90.70-9	Perdas em participações societárias
8.1.5.20.00-4	Prejuízos com títulos de renda fixa
8.1.5.80.00-6	TVM - ajuste negativo ao valor de mercado
8.1.8.30.05-5	Perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros
8.1.8.30.10-3	(-) Desvalorização de títulos livres
8.1.8.30.15-8	Desvalorização de títulos vincul.a operações compromissadas
8.1.8.30.20-6	Desvalorização de títulos vincul.a negociação e interm.de valores
8.1.8.30.70-1	Perdas em participações societárias

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

7.1.5.80.00-9	Rendas em operações com derivativos
8.1.5.50.00-5	Despesas em operações com derivativos

Resultado de Operações de Câmbio

7.1.3.00.00-7	Rendas de câmbio
8.1.4.00.00-7	(-) Despesas de câmbio

Resultado das Aplicações Compulsórias

7.1.9.55.00-5	Rendas de créditos vinculados ao crédito rural
7.1.9.60.00-7	Rendas de créditos vinculados ao Bacen
7.1.9.65.00-2	Rendas de créditos vinculados ao SFH
7.1.9.90.12-5	Desvalorização de créditos vinculados
8.1.8.30.12-7	(-) Desvalorização de créditos vinculados

(-) Despesas da Intermediação Financeira

Operações de Captação no Mercado

8.1.1.00.00-8	Despesas de captação
8.1.9.80.00-8	Despesas de captação em títulos de desenvolvimento econômico

Operações de Empréstimos e Repasses

8.1.2.00.00-1	Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses
8.1.9.60.00-4	Despesas de obrigações p/fundos financeiros de desenvolvimento

Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos

7.1.9.90.30-7	(-) Reversão de Operações de crédito
7.1.9.90.35-2	Repasses interfinanceiros
7.1.9.90.40-0	Créditos de arrendamento de liquidação duvidosa
7.1.9.90.60-6	(-) Reversão de Outros créditos
8.1.8.30.30-9	Provisões para operações de crédito
8.1.8.30.35-4	Repasses interfinanceiros
8.1.8.30.40-2	Provisões para arrendamento mercantil
8.1.8.30.60-8	Provisões para outros créditos

Resultado bruto da intermediação financeira

Outras receitas (despesas) operacionais

(+) Receitas de prestação de serviços

7.1.7.00.00-9	Rendas de prestação de serviços
7.1.9.70.00-4	Rendas de garantias prestadas

(-) Despesas de pessoal

8.1.7.18.00-5	Despesas de honorários
8.1.7.27.00-3	Despesas de pessoal - benefícios
8.1.7.30.00-7	Despesas de pessoal - encargos sociais
8.1.7.33.00-4	Despesas de pessoal - proventos
8.1.7.36.00-1	Despesas de pessoal - treinamento
8.1.7.37.00-0	Despesas de remuneração de estagiários

(-) Outras despesas administrativas

8.1.7.03.00-3	Despesas de água, energia e gás
8.1.7.06.00-0	Despesas de aluguéis
8.1.7.09.00-7	Despesas de arrendamentos de bens
8.1.7.12.00-1	Despesas de comunicações
8.1.7.15.00-8	Despesas de contribuições filantrópicas
8.1.7.21.00-9	Despesas de manutenção e conservação de bens
8.1.7.24.00-6	Despesas de material
8.1.7.39.00-8	Despesas de processamento de dados
8.1.7.42.00-2	Despesas de promoções e relações públicas
8.1.7.45.00-9	Despesas de propaganda e publicidade
8.1.7.48.00-6	Despesas de publicações
8.1.7.51.00-0	Despesas de seguros
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro
8.1.7.57.00-4	Despesas de serviços de terceiros
8.1.7.60.00-8	Despesas de serviços de vigilância e segurança
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados
8.1.7.66.00-2	Despesas de transporte
8.1.7.72.00-3	Despesas de viagem ao exterior
8.1.7.75.00-0	Despesas de viagem no país
8.1.7.77.00-8	Despesas de multas aplicadas pelo Banco Central
8.1.7.99.00-0	Outras despesas administrativas
8.1.8.10.00-6	Despesas de amortização
8.1.8.20.00-3	Despesas de depreciação
8.1.9.90.30-4	Imposto e contribuições s/serviços de terceiros

(-) Despesas tributárias

8.1.7.69.00-9	Despesas tributárias
8.1.9.25.00-1	Despesas de imposto s/serviços de qualquer natureza - ISS
8.1.9.30.00-3	Despesas de contribuição ao COFINS
8.1.9.33.00-0	Despesas de contribuição ao PIS/PASEP
8.1.9.90.90-2	Outros

(+) Outras receitas operacionais

7.1.9.30.00-6	Recuperação de encargos e despesas
7.1.9.85.00-6	Rendas de créditos específicos
7.1.9.87.00-4	Rendas de operações Refinanciamento c/ Governo Federal
7.1.9.90.95-0	Imposto de renda
7.1.9.90.99-8	Reversão - Outras
7.1.9.99.00-9	Outras rendas operacionais
7.7.1.00.00-5	Ajustes de programas de estabilização econômica
7.8.1.00.00-4	Rateio de resultados internos

(-) Outras despesas operacionais

- 8.1.8.30.99-0 Outras - Despesas de Provisões Operações - Câmbio
- 8.1.9.10.00-9 Despesas de administração de fundos e programas sociais
- 8.1.9.52.00-5 Despesas de descontos concedidos em renegociações
- 8.1.9.55.00-2 Despesas de juros ao capital
- 8.1.9.65.00-9 Despesas de recursos do Proagro
- 8.1.9.99.00-6 Outras despesas operacionais
- 8.7.1.00.00-2 Ajustes de programas de estabilização econômica
- 8.8.1.00.00-1 Rateio de resultados internos

Resultado operacional**Resultado não operacional**

- 7.3.0.00.00-6 (+) Receitas não operacionais
- 8.3.0.00.00-3 (-) Despesas não operacionais

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações**(-) Imposto de renda e contribuição social**

- 8.1.9.90.10-8 Impostos e contribuições s/lucros
- 8.9.4.00.00-9 Imposto de Renda/Contribuição Social

Participações estatutárias no lucro

- 8.9.7.00.00-8 Participações no lucro

Lucro líquido do período**Lucro por ação**

ANEXO B

CONSOLIDAÇÃO DOS BANCOS EXISTENTES EM 2002

Seq. BANCO

- 1 BANCO A.J. RENNER S.A.
- 2 BANCO ABB S.A.
- 3 BANCO ABC BRASIL S.A.
- 4 BANCO ABN AMRO REAL S.A.
- 5 BANCO AGF S.A.
- 6 BANCO ALFA S.A.
- 7 BANCO AMERICAN EXPRESS S.A.
- 8 BANCO ARBI S.A.
- 9 BANCO BANDEIRANTES S.A.
- 10 BANCO BANEBS S.A.
- 11 BANCO BANERJ S.A.
- 12 BANCO BANESTADO S.A.
- 13 BANCO BANIF PRIMUS S.A.
- 14 BANCO BARCLAYS E GALICIA S.A.
- 15 BANCO BBA-CREDITANSTALT S.A.
- 16 BANCO BBM S/A
- 17 BANCO BCN S.A.
- 18 BANCO BEG S.A.
- 19 BANCO BEMGE S.A.
- 20 BANCO BGN S.A.
- 21 BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA BRASIL S.A.
- 22 BANCO BMC S.A.
- 23 BANCO BMG S.A.
- 24 BANCO BNL DO BRASIL S.A.
- 25 BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
- 26 BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S.A.
- 27 BANCO BONSUCESSO S.A.
- 28 BANCO BRADESCO S.A.
- 29 BANCO BRASCAN S.A.
- 30 BANCO BRJ S.A.
- 31 BANCO BVA S.A.
- 32 BANCO CACIQUE S.A.
- 33 BANCO CAPITAL S.A.
- 34 BANCO CARGILL S.A.
- 35 BANCO CEDULA S.A.
- 36 BANCO CIDADE S.A.
- 37 BANCO CITIBANK S.A.
- 38 BANCO CLASSICO S.A.
- 39 BANCO CNH CAPITAL S.A.
- 40 BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTO SUDAMERIS S.A.
- 41 BANCO COMERCIAL URUGUAI S.A.
- 42 BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A.
- 43 BANCO CREDIBANCO S.A.
- 44 BANCO CREDIBEL S.A.
- 45 BANCO CREDIT LYONNAIS BRASIL S.A.
- 46 BANCO CREDIT SUISSE FIRST BOSTON S.A.
- 47 BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.
- 48 BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
- 49 BANCO DAIMLERCHRYSLER S.A.

- 50 BANCO DAS NACOES S.A
- 51 BANCO DAYCOVAL S.A.
- 52 BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.
- 53 BANCO DE LA NACION ARGENTINA
- 54 BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES
- 55 BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
- 56 BANCO DE PERNAMBUCO S.A. - BANDEPE
- 57 BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI BRASIL S.A.
- 58 BANCO DIBENS S.A.
- 59 BANCO DO BRASIL S.A.
- 60 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.
- 61 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S.A. - BANESPA
- 62 BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.
- 63 BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A.
- 64 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A. BEC
- 65 BANCO DO ESTADO DO MARANHAO S.A. - BEM
- 66 BANCO DO ESTADO DO PARA S.A.
- 67 BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. - BEP
- 68 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- 69 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
- 70 BANCO EMBLEMA S.A.
- 71 BANCO EUROPEU PARA A AMERICA LATINA (BEAL) S.A.
- 72 BANCO FATOR S.A.
- 73 BANCO FIAT S.A.
- 74 BANCO FIBRA S.A.
- 75 BANCO FICRISA AXELRUD S.A.
- 76 BANCO FICSA S.A.
- 77 BANCO FINANCIAL PORTUGUES
- 78 BANCO FINANSINOS S.A.
- 79 BANCO FININVEST S.A.
- 80 BANCO FORD S.A.
- 81 BANCO FRANCES E BRASILEIRO S.A.
- 82 BANCO GE CAPITAL S.A.
- 83 BANCO GENERAL MOTORS S.A.
- 84 BANCO GERDAU S.A
- 85 BANCO GUANABARA S.A.
- 86 BANCO HONDA S.A.
- 87 BANCO INDUSCRED S.A.
- 88 BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
- 89 BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.
- 90 BANCO INDUSVAL S.A.
- 91 BANCO INTER AMERICAN EXPRESS S.A.
- 92 BANCO INTERCAP S.A.
- 93 BANCO INVESTCRED S.A.
- 94 BANCO ITAU S.A.
- 95 BANCO J. SAFRA S.A.
- 96 BANCO J.P. MORGAN S.A.
- 97 BANCO JOHN DEERE S.A.
- 98 BANCO KEB DO BRASIL S.A.
- 99 BANCO LLOYDS TSB S.A.
- 100 BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
- 101 BANCO MATONE S.A.

- 102 BANCO MAXINVEST S.A.
- 103 BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.
- 104 BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
- 105 BANCO MERRILL LYNCH S.A.
- 106 BANCO MODAL S.A.
- 107 BANCO MORADA S.A.
- 108 BANCO MORGAN STANLEY DEAN WITTER S.A.
- 109 BANCO MULTISTOCK S.A.
- 110 BANCO NOSSA CAIXA S.A.
- 111 BANCO OPPORTUNITY S.A.
- 112 BANCO OURINVEST S.A.
- 113 BANCO PACTUAL S.A.
- 114 BANCO PANAMERICANO S.A.
- 115 BANCO PATAGON S.A.
- 116 BANCO PAULISTA S.A.
- 117 BANCO PEBB S.A.
- 118 BANCO PECUNIA S.A.
- 119 BANCO PINE S.A.
- 120 BANCO PORTO SEGURO S.A.
- 121 BANCO POTTENCIAL S.A.
- 122 BANCO PROSPER S.A.
- 123 BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A.
- 124 BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.
- 125 BANCO REDE S.A.
- 126 BANCO RENDIMENTO S.A.
- 127 BANCO RIBEIRAO PRETO S.A.
- 128 BANCO RURAL S.A.
- 129 BANCO SAFRA S.A.
- 130 BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
- 131 BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A.
- 132 BANCO SANTANDER S.A.
- 133 BANCO SANTOS S.A.
- 134 BANCO SCHAHIN S.A.
- 135 BANCO SISTEMA S.A.
- 136 BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A.
- 137 BANCO SOFISA S.A.
- 138 BANCO STERLING S.A.
- 139 BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.
- 140 BANCO SUL AMERICA S.A.
- 141 BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.
- 142 BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
- 143 BANCO TRIANGULO S.A.
- 144 BANCO TRICURY S.A.
- 145 BANCO UBS WARBURG S.A.
- 146 BANCO UNION - BRASIL S.A.
- 147 BANCO UNO - E BRASIL S.A.
- 148 BANCO VOLKSWAGEN S.A.
- 149 BANCO VOLVO (BRASIL) S.A.
- 150 BANCO VOTORANTIM S.A.
- 151 BANCO VR S.A.
- 152 BANCO WACHOVIA S.A.
- 153 BANCO ZOGBI S.A.

- 154 BANCO1.NET S.A.
- 155 BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
- 156 BANK OF AMERICA - LIBERAL S.A. (BANCO MULTIPLO)
- 157 BANKBOSTON BANCO MULTIPLO S.A.
- 158 BANKBOSTON, N.A.
- 159 BR BANCO MERCANTIL S.A.
- 160 BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.
- 161 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
- 162 CITIBANK N.A.
- 163 CONTINENTAL BANCO S.A.
- 164 DEUTSCHE BANK S.A.BANCO ALEMAO
- 165 DRESDNER BANK BRASIL S.A. BANCO MULTIPLO
- 166 DRESDNER BANK LATEINAMERIKA AKTIENGESELLSCHAFT
- 167 GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A.
- 168 HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
- 169 HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
- 170 IBIBANK S.A. - BANCO MULTIPLO
- 171 ING BANK N.V.
- 172 LLOYDS TSB BANK PLC
- 173 MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK
- 174 PARAIBAN - BANCO DA PARAIBA S.A.
- 175 PARANA BANCO S.A.
- 176 UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Fonte : Adaptação do Banco Central do Brasil

ANEXO C

Empresas que Publicam Balanço Social no modelo Ibase

3M do Brasil - www.3m.com/intl/br

ABB - Asea Brown Boveri - www.abb.com/br

Abril S/A - www.abril.com.br

Acesita S/A - www.acesita.com.br

Aché - Laboratórios Farmacêuticos S/A - www.ache.com.br

AES Sul Dist Gaúcha de Energia - www.aesul.com.br

AFL

AGF Brasil Seguros - www.agf.com.br

Agrícola Fraiburgo - www.agricolafraiburgo.com.br

Alcoa - www.alcoa.com.br/respsocial/resp_social.asp

Alpargatas - www.alpargatas.com.br/social_ie.htm

Alternex - www.alternex.com.br

Alumar - www.alumar.com.br/comunidade.asp

Amazônia Celular - www.amazoniacelular.com.br

Aracruz Celulose - www.aracruzcelulose.com.br

Asbace ATP - www.asbace.com.br

Bahia Sul - www.bahiasul.com.br

Banco Bradesco - www.bradesconet.com.br

Banco da Amazônia-BASA - www.bancoamazonia.com.br

Banco do Brasil - www.bb.com.br

Banco do Nordeste

Banco Itaú - www.itaui.com.br

Banco Lloyds TSB Brasil

Banco Regional de Desenv. do Extremo Sul - www.brde.com.br

Banco Santos - www.bancosantos.com.br

Bandeirante Energia - www.bandeirante.com.br

Banespa - www.banespa.com.br/site/servicos/institucional/BS%202002.pdf

Bank Boston - www.bankboston.com.br

Banrisul - www.banrisul.com.br

Basf - www.basf.com.br

Belcar Caminhões e Máquinas - www.belcartrucks.com.br

Belgo Mineira (Empresas Belgo Mineira) - www.belgomineira.com.br

Berlitz Centro de Idiomas - www.berlitz.com.br

BioBrás-MG

BM&F - www.bmf.com.br/pages/mapasite1/frameAcaosocial.htm

BR Distribuidora - www.br-petrobras.com.br

Brasil Telecom - www.brasiltelecom.com.br

Brasil Telecom Participações - www.brasiltelecom.com.br

Brasmotor

Bristol-Myers Squibb - www.bristol.com.br

Caesb - www.caesb.df.gov.br

Caiuá-Serviços de Eletricidade - www.caiua.com.br

Calçados Azaléia - www.azaleia.com.br

Calçados Bibi - www.bibi.com.br

Camargo Corrêa - www.camargocorrea.com.br

Cambará SA Produtos Florestais

Canguru Embalagens - www.canguru.com.br

Cassi - www.cassi.com.br

CBMM (Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração)

CBTU (Cia Bras Trens Urbanos) - www.cbtu.gov.br

CEA (Cia de Eletricidade do Amapá) - www.cea-ap.com.br

CEAL (Cia Energética de Alagoas) - www.ceal.com.br

CEB (Cia Energética de Brasília) - www.ceb.com.br

Cecrisa - www.cecrisa.com.br

Cedac - www.cedac.rj.gov.br

CEF (Caixa Econômica Federal) - www.ccf.gov.br

CELB (Cia Energética da Borborema) -
www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/acompanhamento/empresas/ncelb.htm

Celg (Centrais Elétricas de Goiás) - www.celg.com.br

Celpa (Centrais Elétricas do Pará) - www.celpa.com.br

Celpe (Centrais Elétricas de Pernambuco) - www.celpe.com.br

Celtins (Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins) -
www.gruporede.com.br

Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses) - www.cemat.com.br

Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) - www.cemig.com.br

CENF (Cia de Eletricidade de Nova Friburgo) -
www.nuca.ie.ufrj.br/livro/acompanhamento/ncenf.htm

Cepisa (Cia Energética do Piau) -
www.nuca.ie.ufrj.br/livro/acompanhamento/ncepisa.htm

Cesp (Companhia Energética de São Paulo) - www.cesp.com.br

CET (Cia de Engenharia de Tráfego de São Paulo) - www.cetsp.com.br

CHESF (Cia Hidro Elétrica do S.Francisco) - www.chesf.gov.br

Cia Carris Porto-Alegrense - www.carris.com.br

Cia Força e Luz do Oeste - www.gruporede.com.br

Cia Ind. Cataguases - www.cataguases.com.br

Cia Nacional de Energia Elétrica - www.gruporede.com.br

Cia Província - www.ciaprovincia.com.br

Cia Suzano de Papel e Celulose - www.suzano.com.br

CLFSC (Cia Força e Luz Santa Cruz) - www.ciaatacruz.com.br

Cocel (Cia Campolarguense de Energia) -
www.nuca.ie.ufrj.br/livro/acompanhamento/ncocel.htm

Coelba - www.coelba.com.br/energia_social_ambiental

Coelce (Cia Energética do Ceará) - www.coelce.com.br

Coemsa

Cohab-PA - www.cohab.pa.gov.br

Confab

Conpasul Construção e Serviços - www.conpasul.com.br

Copel (Cia Paranaense de Energia Elétrica) - www.copel.com

Copene

Copesul - www.copesul.com.br

Cosern (Cia Energética do Rio Grande do Norte) - www.cosern.com.br

Cosipa - www.cosipa.com.br

CPFL (Cia Piratininga de Força e Luz) - www.cpfl.com.br

CPFL Geração de Energia - www.cpfl.com.br

CPTM (Cia Paulista de Trens Metropolitanos) - www.cptm.com.br

CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) - www.csn.com.br

CST (Cia Siderúrgica de Tubarão) - www.cst.com.br

CTEEP (Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) -
www.cteep.com.br

CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) - www.cvrd.com.br

Daimler Chrysler - www.daimlerchrysler.com.br

DataPrev - www.dataprev.gov.br

De Nadai Alimentação - www.denadai.com.br

Deten Química - www.deten.com.br

Diário de Pernambuco - www.pernambuco.com/diario

Dpaschoal - www.dpaschoal.com.br

DuPont -
www.dupont.com.br/public/port/compromisso/balanco/balanco_geral.asp

Duratex - www.duratex.com.br/portugues/balanco_social.htm

Editora Palavra Mágica - www.palavramagica.com.br

EFLUL (Empresa Força e Luz Urussanga) - www.eflul.com.br

Elektro Eletricidade e Serviço - www.elektro.com.br

Eletroacre (Cia de Eletricidade do Acre) - www.eletoacrc.com.br

Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras) - www.eletobras.gov.br

Eletroceee - www.eletoceee.com.br

Eletronorte (Centrais Elétricas no Norte do Brasil) - www.eln.gov.br

Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear) - www.eletronuclear.gov.br

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - www.eletropaulo.com.br

Eli Lilly do Brasil - www.lilly.com.br

Emater - www.emater.com.br

Embraer - www.embraer.com.br

Embrapa (Emp. Brasileira de Pesquisa Agropecuária) - www.embrapa.br

Embratel - www.embratel.com.br

Emepa - www.emepa.org.br

Emparn - www.dmrh.emparn.br

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - www.correios.com.br

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (DR Rio Gde do Sul) - www.correios.com.br

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema - www.gruporede.com.br

Empresa Elétrica Bragantina - www.gruporede.com.br

Empresa Jornalística Tropeiro dos Pampas

Empresa Pública de Transporte e Circulação

Energipe (Empresa Brasileira de Sergipe) - www.nuca.ie.ufrj.br/livro/acompanhamento/nenergipe.htm

Enersul (Emp. Energética de Mato Grosso do Sul) - www.enersul.com.br

Epagri - www.epagri.rct-sc.br

Epamig - postmaster@epamig.br

EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica) - www.cteep.com.br

Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas) - www.escelsa.com.br

Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa - www.barreiraroxa.com.br

Eskalab Com e Rep

Febraban - www.fcbraban.com.br/arquivo/servicos/imprensa/balancosocial.asp

Fersol Ind e Com Ltda - www.fersol.com.br/balan.htm

Florestal Alimentos - www.florestal.com

Fras-le - www.fras-le.com.br

Free Hotel São Paulo

Fronap

Fundação Bunge - www.fundacaobunge.org.br

Furnas Centrais Elétricas - www.furnas.gov.br

Gafisa - www.gafisa.com.br

Gelre Trabalho Temporário - www.gelre.com.br

General Motors do Brasil - www.gmb.com.br

Gerdau (Metalúrgica Gerdau S/A) - www.gerdau.com.br

Gessy Lever - www.gessylever.com.br

GlaxoWellcome - www.glaxowellcome.com.br

Globo Cabo - nettv.globo.com/NETServ/upload/br/empr/pdf/resp_balanco.pdf

Granvitur Fretamento e Turismo Trocar site para - www.vgv.com.br

Grupo Eberle Mundial - www.gem.ind.br

Grupo Editorial dos Sinos

Grupo Gerdau - www.gerdau.com.br

Grupo Henkel - www9.henkel.com/int_henkel/gateway_br/index.cfm

Grupo J Macedo - www.jmacedo.com.br

Grupo José Pessoa

Grupo Orsa - www.grupoorsa.com.br

Grupo Pão de Açúcar - www.grupopaodeacucar.com.br

Grupo Parks

Grupo Santander Banespa - www.santander.com.br

Grupo Ultra - www.grupoultra.com.br

Grupo Votorantim - www.votorantim.com.br/RSintro.asp

Hidrau Torque Com. e Imp. Ltda

Hidrelétrica Xanxerê - www.xanxerê.com.br

Hidropan (Hidroelétrica Panambi) - www.hidropan.com.br

Hospital das Clínicas de Porto Alegre - www.hcpa.ufrgs.br

IBS Trocar - www.ibs.org.br

Imprensa Oficial do ES

Indústrias e Comércio Chapecó

Inepar - www.inepar.com.br

InfoGlobo

Infraero

Intelbras - www.intelbras.com.br

Intermédica Saúde - www.intermedica.com.br

Intervias - www.intervias.com.br

IPA - www.ipa.br

Itausa - www.itausa.com.br

Itautec Philco - www.itautech-philco.com.br

Jari Celulose - www.jari.com.br

Klabin - Indústrias Klabin de Papel e Celulose - www.klabin.com.br

Kreybel Empreendimentos Imobiliários

Light - Serviços de Eletricidade - www.lightrio.com.br

Lorenatur Turismo

Lupatech - www.lupatech.com.br

Manaus Energia - www.manausenergia.com.br

Marcopolo - www.marcopolo.com.br

Marisol - www.marisol.com.br/responsa.htm

Martins e Salvia Advogados

MBR (Minerações Brasileiras Reunidas) - www.mbr.com.br

Mec-Tronic Components - www.mectronic.com.br

Medial Saúde

Meridional de Tabacos

Merrill Lynch - www.merrilllynch.com.br

Metalúrgica Jackwal

Metrô SP - www.metro.sp.gov.br

Mills do Brasil Estruturas e Serviços - www.mills.com.br

MNA – Metalúrgica Nova Americana - www.mna.com.br

Minas da Serra Geral

Moresco Contabilidade, Assessorias Ltda

Multialloy Eng de Mat

Multibrás da Amazônia - www.multibrasam.com.br

Muxfeldt Marin Cia

Natura - www.natura.com.br

Nestlé - www.nestle.com.br

Nitrofertil

Nitroquímica - www.nitroquimica.com.br

Novita Fiat - www.novita-fiat.com.br

O Boticário - www.boticario.com.br

Odebrecht - www.odebrecht.com.br

Odontoclínicas do Brasil

Organon do Brasil Ind Com Ltda de Akzo Nobel Ltda (Divisão Organon) - www.organon.com.br

Orsa Celulose, Papel e Embalagens - www.grupoorsa.com.br

Otis - www.otis.com

Paranapanema - www.paranapanema.com.br

Parks Comunicação Digital - www.parks.com.br

Perdigão - www.perdigao.com.br

Pesagro-Rio - www.pesagro.com

Peter Chemical - www.pcterchemical.com.br

Petrobras - www.petrobras.com.br

PetroFlex - www.petroflex.com.br

Petróleo Ipiranga - www.ipiranga.com.br

Petros - www.petros.com.br

Pisa Papel de Imprensa

Previ - www.previ.com.br

Qualitatividade

Randon - www.randon.com.br

RBS (Rede RBS de Comunicações) - www.rbs.com.br

Rede Globo de Televisão - www.redeglobo.com.br

RGE (Rio Grande Energia)

Rio Tinto Brasil

Ripasa - www.ripasa.com.br

Sabesp (Cia de Saneamento Básico do Estado de SP) - www.sabesp.com.br

Sadia - www.sadia.com.br

Saganor - www.saganor.com.br

Saint-Gobain Canalização - www.saint-gobain-canalizacao.com.br

Samarco - www.samarco.com.br

Samitri S/A - Mineração da Trindade

SAR (Sul América Refrigeração) - www.sulamericarefrigeracao.com.br

Schemco Indústria de Plásticos - www.schemco.com.br

Schering do Brasil - www.schering.com.br

Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos - www.serasa.com.br

Sercomtel Celular - www.sercomtelcelular.com.br

Sercomtel SA Telecomunicações - www.sercomtelfixa.com.br

Serpro - www.serpro.gov.br

Shell - www.shell.com.br

Siemens do Brasil - www.siemens.com.br

Sistema Firjan

Sogil (Sociedade de Ônibus Gigante) - www.sogil.com.br

Springer/Carrier - www.springer.com.br

Sul América Seguros - www.sulamerica.com.br

Suprisoft (Suprimentos Logiciais p/ Computadores)

Tecnum & Corporate Empreendimentos Imobiliários - www.tecnum.com.br

Tele Centro Sul - www.telecentrosul.com.br

Telemar - www.telemar.com.br

Telemig Celular - www.telemigcelular.com.br

Telesp Celular - www.telespcelular.com.br

Texon Indústria Farmacêutica - www.texon.com.br

Thyssen Fundições - www.thyssenfundicoes.com.br

Todeschini Ind. Com. - www.todeschini.com.br

Torre Empreendimento Rural e Construção

Transportadora Americana - www.tanet.com.br

Trensurb (Empresa de Trens Urbanos Ltda)

Tropical Imóveis

Tupy - www.tupy.com.br

TV Progresso

Uberlândia Refrescos

Unibanco - www.unibanco.com.br

Unimed Goiânia - www.unimedgoiania.com.br

Unimed Ponta Grossa - www.unimedpontagrossa.com.br

Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - www.usiminas.com.br

Valdéia Artefatos Plásticos

Vega Engenharia Ambiental

Viação Campos Gerais - www.viacaocamposgerais.com.br

Viação Grande Vitória - www.vgv.com.br

Volkswagen - www.volkswagen.com.br

Volvo - www.volvo.com.br

Votorantim Celulose e Papel - www.vcp.com.br

Weg - www.weg.com.br

Yazigi-Inter Nexus - www.yazigi.com.br

YPF (Repsol YPF) - www.ypf.com.br

Zanzini Móveis - www.zanzini.com.br

Zivi/Hércules - www.gem.ind.br

ANEXO D



Balço Social Anual / 2002

Empresa:

1 - Base de Cálculo		2002 Valor (Mil reais)			2001 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		0			0		
Resultado operacional (RO)		0			0		
Colheita do pagamento bruta (FPB)		0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Encargos sociais compulsórios		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Providência privada		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Saúde		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Segurança e medicina no trabalho		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Educação		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Cultura		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Capacitação e desenvolvimento profissional		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Preços ou auxílio-croche		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Participação nos lucros ou resultados		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Outros		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total - Indicadores sociais internos		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Cultura		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Saúde e saneamento		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Esporte		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Combate à fome e segurança alimentar		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Outros		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total das contribuições para a sociedade		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Tributos (excluídos encargos sociais)		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total - Indicadores sociais externos		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Total dos investimentos em meio ambiente		0	#DIV/0!	#DIV/0!	0	#DIV/0!	#DIV/0!
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		{ } não possui metas { } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 0 a 50% { } cumpre de 76 a 100%		{ } não possui metas { } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 0 a 50% { } cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período		0			0		
Nº de admissões durante o período		0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0			0		
Nº de estagiários(as)		0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		0			0		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2002			Metas 2003		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		0			0		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } todos(as) + Cipa	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		{ } não se envolve	{ } segue as normas da OIT	{ } incentiva e segue a OIT	{ } não se envolverá	{ } seguirá as normas da OIT	{ } incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } direção	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		{ } não são considerados	{ } são sugeridos	{ } são exigidos	{ } não serão considerados	{ } serão sugeridos	{ } serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		{ } não se envolve	{ } apoiará	{ } organizará e incentivará	{ } não se envolverá	{ } apoiará	{ } organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2002:			Em 2001:		
		% governo	% colaboradores(as)		% governo	% colaboradores(as)	
		% acionistas	% terceiros	% retido	% acionistas	% terceiros	% retido
7 - Outras Informações		0					

Balanco Social Anual / 2002



Empresa:

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa

Número total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação dos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

	2002			Metas 2003		
	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	_____ %	_____ %	_____ %	_____ %	_____ %	_____ %
	Em 2002:			Em 2003:		
	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % terceiros	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % terceiros
	_____ % acionistas	_____ % retido	_____ % retido	_____ % acionistas	_____ % terceiros	_____ % retido

Relação entre a maior e a menor remuneração: o resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.

Número total de acidentes de trabalho: todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.

Normas: conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000).

Balanco Social Anual / 2002

iBase
el Inho
www.ibase.br

Empresa:

7 - Outras Informações

Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

ANEXO E

DVA MODELO FIPECAFI - EMPRESAS EM GERAL

EMPRESA:

DESCRIÇÃO

**Em milhares de
Reais**

1- RECEITAS

- 1.1) Vendas de Mercadorias, produtos e serviços.
- 1.2) Provisão para devedores duvidosos – reversão (Constituição)
- 1.3) Não operacionais

2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – (ICMS e IPI)).

- 2.1) Matérias-primas e consumidas
- 2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos
- 2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.
- 2.4) Perda/Recuperação de valores ativos

3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)

4- RETENÇÕES

- 4.1) Depreciação, amortização e exaustão.

5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)

6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

- 6.1) Resultado de Equivalente patrimonial.
- 6.2) Receitas Financeiras

7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)

8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

- 8.1) Pessoal e Encargos
- 8.2) Impostos, taxas e contribuições.
- 8.3) Juros e alugueis.
- 8.4) Juros, Capitais próprios e dividendos.
- 8.5) lucros retidos, prejuízo do exercício.

Fonte: SANTOS, Arioaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado. Como elaborar e analisar a DVA.2003

ANEXO F**DVA MODELO FIPECAFI - BANCOS****EMPRESA:****DESCRIÇÃO****Em milhares de
Reais****1- RECEITAS**

- 1.1 Intermediação Financeira
- 1.2 Prestação de serviços
- 1.3 Provisão para devedores duvidosos - Reversão/ (Constituição)
- 1.4 Não operacionais

2 DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**3- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

- 3.1 Matérias, energia e outros
- 3.2 Serviços de Terceiros
- 3.3 Perda/Recuperação de valores ativos

4- VALOR ADICINADO BRUTO (1-2-3)**5- RETENÇÕES**

- 5.1) Depreciação, amortização e exaustão.

6- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)**7- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

- 7.1) Resultado de Equivalente patrimonial.

8- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)**9 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

- 9.1) Pessoal e Encargos
- 9.2) Impostos taxas e contribuições.
- 9.3) Alugueis.
- 9.4) Juros, Capitais próprios e dividendos.
- 9.5) lucros retidos, prejuízo do exercício.

Fonte: SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado. Como elaborar e analisar a DVA.2003

ANEXO G

DVA MODELO INSTITUTO ETHOS

GERAÇÃO DE RIQUEZA	2001	2002	2003
(A) Receita Bruta			
(B) Bens e serviços adquiridos de terceiros			
(C) Valor adicionado bruto (A – B)			
(D) Retenções (depreciação, amortização, exaustão).			
(E) Valor adicionado líquido (C – D)			
(F) Transferências Resultado da equivalência patrimonial			
(G) Valor Adicionado a Distribuir (E + F)			

Distribuição por Stakeholders

GOVERNO

Impostos expurgados dos subsídios (isenções)

COLABORADORES

Salários

Encargos previdenciários

Previdência privada

Benefícios

Participação nos resultados

FINANCIADORES

Remuneração de capital de terceiros

ACIONISTAS

Juros s/ capital próprios e dividendos

Lucros retidos/prejuízo do exercício